



**Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

Rosenildo da Costa Pereira

**IDENTIDADE ÉTNICA, FORMAS DE ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL,
MODOS DE FAZER E PRÁTICAS DE USO DOS RIBEIRINHOS
AMAZÔNIDAS: O CASO DO ASSENTAMENTO QUILOMBOLA NA ILHA DE
CAMPOMPEMA, ABAETETUBA, PARÁ**

Belém-Pará

2023



**Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

Rosenildo da Costa Pereira

**IDENTIDADE ÉTNICA, FORMAS DE ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL,
MODOS DE FAZER E PRÁTICAS DE USO DOS RIBEIRINHOS
AMAZÔNIDAS: O CASO DO ASSENTAMENTO QUILOMBOLA NA ILHA DE
CAMPOMPEMA, ABAETETUBA, PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de Pesquisa Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Eliane Cantarino O`Dwyer.

Belém-Pará

2023



**Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Rosenildo da Costa Pereira**

**IDENTIDADE ÉTNICA, FORMAS DE ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL,
MODOS DE FAZER E PRÁTICAS DE USO DOS RIBEIRINHOS
AMAZÔNIDAS: O CASO DO ASSENTAMENTO QUILOMBOLA NA ILHA DE
CAMPOMPEMA, ABAETETUBA, PARÁ**

Defesa de texto de tese submetida em 19 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Eliane Cantarino O`Dwyer (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA - UFPA e Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFF.

Profª. Drª Katiane Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA e Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - NCADR/UFPA.

Prof. Dr. Fabiano de Souza Gontijo (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA.

Profª. Drª. Eliana Campos Pojo Toutonge (Examinador Externo)
Universidade Federal do Pará - Faculdade de Educação e Ciências Sociais - UFPA- Campus Abaetetuba.

Prof. Dr. Fábio Mura (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba - Programa de Pós-Graduação em Antropologia -PPGA/UFPB.

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Examinador Externo Suplente)
Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFPA.

Profª. Drª Júlia Otero dos Santos (Examinador Interno Suplente)
Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA.

Belém-Pará

2023

Este texto de tese dedico, imensamente, ao meu pai, **Durval Santos Pereira** (*in memoriam*) que há sete (07) anos, deixou-nos para morar com Deus. Foi uma partida inesperada, e quero aqui lembrar o quanto foi importante em nossas vidas. Ter um filho Doutor era um sonho partilhado por ele e por mim, que concretizo na defesa desta tese. E à minha mãe, **Rosa da Costa Pereira**, que também sempre quis um futuro promissor para cada um de seus cinco (05) filhos. Todos trilhando no caminho almejado e indicado por ela.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus pela força, coragem, sabedoria e discernimento dado a mim para, com estratégia, vencer até o momento, todos os obstáculos impostos pela vida.

Às Pessoas que fazem existir a Instituição e Programa (PPGA) que não poderia deixar jamais de lembrar.

Ao meu pai, **Durval Santos Pereira** (*in memorian*) pela educação dada a mim e por todo o apoio indispensável na minha vida escolar, desde a educação fundamental até o ensino superior.

À minha mãe, **Rosa da Costa Pereira**, pelo apoio e carinho indispensáveis a todos os seus cinco (05) filhos.

À minha esposa e companheira, **Isonete do Socorro Perna Pereira**, pela compreensão e apoio, a despeito das minhas ausências, quando cursava as disciplinas do curso.

Aos meus filhos, **Raul Vitor Perna Pereira** e **Rayane Gabrielly Perna Pereira**, gratidão por compreenderem e suportarem minhas ausências em determinadas situações importantes na vida deles.

Aos meus queridos irmãos, **Rosiane da Costa Pereira** (*in memorian*), **Rosilene da Costa Pereira**, **Rosivaldo da Costa Pereira** e **Rosinaldo da Costa Pereira**.

Aos meus sobrinhos queridos, gratidão a todos, indistintamente.

À Professora **Dr^a. Eliane Cantarino O'Dwyer**, minha orientadora, com quem tenho muito a aprender, por me aceitar como orientando e por ter partilhado de sua sabedoria e ampla experiência acadêmica para produção desta tese, indicando os melhores caminhos a percorrer.

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) pela oportunidade de cursar o doutorado.

Aos meus colegas de turma do PPGA, pelo companheirismo e partilhamento de saberes e experiências acumulados por cada um.

A todos os docentes do PPGA que contribuíram com minha formação acadêmica, partilhando conhecimentos por eles acumulados mundo afora e textos científicos, na área da antropologia e áreas afins, nos quatro campos que se atravessaram nesta trajetória formativa (Antropologia Social, Bioantropologia, Arqueologia e Linguística).

Ao amigo e secretário do PPGA, Antônio Carlos da Cruz Villas, sempre à disposição, tratando a todos (professores e alunos) com cordialidade, lealdade e presteza. Sempre atendeu a todas as minhas solicitações feitas à Secretaria do Programa.

Em especial, a todos os moradores do *assentamento quilombola* São João Batista, razão pela qual estou cursando o doutorado e do qual brotou esta tese. Sem esse contexto social esta pesquisa jamais teria sido possível.

A todos os professores da banca da tese.

A necessidade de se redescobrir as organizações sociais, as relações e processos destas populações amazônicas em seu cotidiano, ainda tão pouco estudados sob o olhar antropológico; de se desvendar suas especificidades regionais em sua lógica de vida, em sua forma de reagir, a nível regional, aos impactos da mudança, são fatores que vêm motivando a realização de trabalhos acadêmicos entre os quais este se inscreve. Os rumos que a população de pescadores, como um todo, na Amazônia, vem tomando, sobretudo nas duas últimas décadas, por outro lado, convertem-se em razões para que a pesca amazônica se coloque como ângulo de análise da sociedade amazônica, a nível antropológico (FURTADO, 1993, p. 38-39).

RESUMO

Este texto de tese analisa a partir de uma abordagem etnográfica como modos de conhecimento são mobilizados por grupos domésticos no contexto do território de comunidades tradicionais da Amazônia. O *locus* em que a pesquisa foi desenvolvida trata-se do *assentamento quilombola* São João Batista, situado na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará. A partir de um estudo etnográfico, descrevo tecnicamente como os modos de conhecimento do confeccionar o matapi e do seu respectivo uso são mobilizados pelos moradores locais, bem como, trago para o debate os modos de conhecimento da carpintaria naval artesanal construídos na dinâmica do território em estudo. Traço como objetivos principais: Fazer uma pesquisa etnográfica na comunidade, descrevendo modos de conhecimento transmitidos e mobilizados/utilizados/construídos na relação com o território ocupado até o respectivo reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, cujos saberes foram sendo reajustados ao longo dos anos; analisar como se dá o processo de fabricação do matapi pelos sujeitos ribeirinhos locais a partir da antropologia da técnica, descrevendo etnograficamente os processos de conhecimento envolvidos e etapas de produção; fazer uma análise das formas de uso do instrumento matapi pelos moradores do território local, descrevendo todo o processo com o trabalho de pesca com tal apetrecho; e abordar, da mesma forma, o conhecimento da carpintaria naval local. A análise situacional aponta para um conjunto de saberes e conhecimentos mobilizados pelos moradores dentro do/no território referenciados, sobretudo e de forma particular, à carpintaria naval artesanal e à confecção e uso da armadilha matapi, em uma perspectiva da antropologia da técnica.

Palavras-chave: comunidades tradicionais, território, modos de conhecimentos, antropologia da técnica.

ABSTRACT

This thesis text analyzes from an ethnographic approach how modes of knowledge are mobilized by domestic groups in the context of the territory of traditional communities in the Amazon. The locus where the research was developed is the quilombola settlement São João Batista, located in the city of Abaetetuba, State of Pará. From an ethnographic study, I describe technically how the ways of knowing how to make matapi and its respective use are mobilized by local residents, as well as, I bring to the debate the modes of knowledge of artisanal naval carpentry built in the dynamics of the territory under study. Trait as main objectives: Conduct an ethnographic research in the community, describing modes of knowledge transmitted and mobilized/used/built in relation to the occupied territory until the respective recognition of traditionally occupied lands, whose knowledge has been readjusted over the years; to analyze how the matapi manufacturing process takes place by the local riverside subjects from the anthropology of the technique, ethnographically describing the knowledge processes involved and production stages; make an analysis of the ways in which the matapi instrument is used by residents of the local territory, describing the whole process with the work of fishing with such equipment; and approach, in the same way, the knowledge of the local naval carpentry. The situational analysis points to a set of knowledge mobilized by residents within/in the referenced territory, above all and in a particular way, to artisanal naval carpentry and the making and use of the matapi trap, in a perspective of the anthropology of technique.

Keywords: traditional communities, territory, modes of knowledge, anthropology of technique.

LISTA DE SIGLAS

ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano

AMIA - Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba

ARQUIA - Associação dos Remanescentes de Quilombos de Abaetetuba (ARQUIA)

CAP - Companhia de Alumina do Pará (Patrimônio do Nosso Meio Programa de Arqueologia Preventiva) da Companhia de Alumina do Pará, 2012

CEBs - Comunidades Eclesiais de base

CF - Constituição Federal de 1988

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

GESTORWEB.gov.br - Sistema Gestor Web do Estado do Pará

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

LDB-9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MPPA – Ministério Público do Pará

MORIVA - Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

PAE - Projeto de Assentamento

PIB - Produto Interno Bruto

SEDUC- PA - Secretaria Estadual de Educação do Pará (Seduc).

SEMEC - Abaetetuba - Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba (Semec)

STTR - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR)

UEPA - Universidade do Estado do Pará (UEPA)

UFPA - Universidade Federal do Pará (UFPA)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Frutos e frutas e seus respectivos períodos de ocorrências

Quadro 2 - Dados de alunos matriculados na educação infantil, ensino fundamental menor e educação de jovens e adultos (EJA) de acordo com o Censo 2019

Quadro 3 - Número de alunos por turma

Quadro 4 - Número de alunos por turma

Quadro 5 - Barcos de pequeno e médio porte

Quadro 6 - Rabetas de pequeno, médio e grande porte

Quadro 7 - Rabetas/rabudos de pequeno, médio e grande porte

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 - Etapas do processo de fabricação do matapi

Fluxograma 2 - Etapas de construção de um barco

Fluxograma 3 - Etapas de construção de uma rabeta/rabudo

Fluxograma 4 - Etapas do processo de calafetagem, massagem e pintura das embarcações

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Campompema

Mapa 2 – Território da Comunidade de Campompema

Mapa 3 - Localização do município de Abaetetuba, Pará

Mapas 4 e 5 - Localização de algumas ilhas de Abaetetuba

FOTOGRAFIAS

Foto 01 - Declaração emitida pelo Coordenador a um morador da comunidade de Campompema

Foto 02 - Grupo doméstico fazendo a coleta do fruto do açaí no período da safra, com a participação de vizinhos no processo produtivo

Foto 03 - Apenas integrantes do grupo doméstico fazendo a coleta do fruto do açaí, período da entressafra do fruto, onde somente eu, minha esposa e os filhos pegam o açaí que cai no chão

Foto 04 - Fruto do açaí

Foto 05 - Fruto do biribá

Foto 06 - Fruto banana

Foto 07 - Fruto cupuaçu

Foto 08 - Fruto miriti/buriti

Foto 09 - Fruto jambo rosa

Foto 10 - Fruto cacau

Fotos 11, 12, 13 e 14 - Mutirão de produção de matapi

Fotos 15, 16 e 17 - Localização do *assentamento quilombola* São João Batista, Abaetetuba, Pará

Foto 18 - Território do *assentamento quilombola* São João Batista

Fotos 19, 20, 21 e 22 - Programas das festividades

Fotos 23 e 24 - Donativos ofertados pelos moradores do *assentamento* para festividade da comunidade

Foto 25 - Corretor de Leilão

Fotos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 - Brincadeiras das crianças da Comunidade

Fotos 34 e 35- Quadrilha dos jovens da Comunidade

Foto 36 - Ribeirinho artesão fazendo a desbuchagem da tala

Foto 37 - Quebrador de talas

Foto 38 - Ribeirinho quebrando a tala do corpo do matapi, usando um quebrador

Foto 39 - Ribeirinho quebrando as talas do funil

Foto 40 - Preparação da tala do funil com o uso do apontador

Foto 41 - Tala do funil desproporcional

Foto 42 - Ribeirinho quebrando as talas da boca/tampa do matapi, com auxílio de um quebrador de talas

Foto 43 - Estachama/garachama com fatias

Foto 44 - Arco pronto de suas extremidades retiradas

Foto 45 - Tecimento do corpo do matapi

Foto 46 - Fechamento do corpo do matapi

Foto 47 - Medida da largura do pano/corpo feita no chão/assoalho da própira casa

Foto 48 - Tecimento do funil

Foto 49 - Funil em forma de cone

Foto 50 - Introdução da estachama (arco)

Foto 51 - Caseamento da estachama (arco) do meio do matapi

Foto 52 - Conexão do pano com o funil

Foto 53 - Introdução do adereço boca

Foto 54 - Tamanho da tala do cilindro

Foto 55 - Tamanho da tala do funil

Foto 56 - Tamanho da tala da tampa/boca

Fotos 57, 58 e 59 - Pontos de pescas

Foto 60 - Matapi exposto à água para mostrar indicação da boia e da corda

Foto 61 - Puqueca de sacola

Foto 62 - Puqueca de aninga

Foto 63 - Puqueca testada e não aprovada para a captura do camarão

Foto 64 - Ribeirinha fazendo a despescagem do matapi no assentamento

Foto 65 - Puquecas desfeitas

Foto 66 - Sacolas das puquecas desfeitas estendidas/expostas ao sol para serem reaproveitadas

Foto 67 - Matapi consertado após ser quebrado por Guaxinim

Foto 68 - Matapis consertados

Foto 69 - Matapis consertados

Foto 70 - Matapis consertados

Foto 71 - Varal de matapis

Foto 72 - Varal de matapis

Foto 73 - Varal de matapis

Foto 74 e 75 - Praça do Barco em Abaetetuba

Foto 76 - Barco de pequeno porte

Foto 77 - Rabeta de grande porte

Foto 78 - Peças de Piquiá, usada na confecção de braços, cavernas, painel de popa etc.

Foto 79 - Barco em construção

Foto 80 - Barco em construção

Foto 81 - Barco em construção

Foto 82 - Partes da estrutura de um barco

Foto 83 - Rabeta em construção

Foto 84 - Beque de uma rabeta/rabudo

Foto 85 - Rabudo

Foto 86 - Estrutura por completo de uma rabeta/rabudo

Foto 87 - Do uso do Lápis

Foto 88 - Da trena

Foto 89 - Da Goiva

Foto 90 - Do Toca Pino

Foto 91 - Do Formão

Foto 92 - Do Martelo

Foto 93 - Da Enxó

Foto 94 - Do Serrote

Foto 95 - Da Serra Elétrica (Makita)

Foto 96 - Da Serra manual para cortes dos parafusos

Foto 97 - Do Trado

Foto 98 - Do Arco de Pua

Foto 99 - Do poque X

Foto 100 - Da lixadeira elétrica

Foto 101 - Dos Grampos

Foto 102 - Dos Sargentos

Foto 103 - Do Compasso

Foto 104 - Do sutado

Foto 105 - Do esquadro

Foto 106 - Do machado

Foto 107 - Do graminho

Fotos 108 e 109 - Da Plaina manual e Plaina elétrica de mão

Foto 110 - Da Plainadeira Elétrica

Foto 111 - Da Serra de Fita

Foto 112 - Do Motosserra

Foto 113 - Do Pé de Cabra

Foto 114 - Das Chaves para apertar os parafusos

Foto 115 - Do Nível D'água

Foto 116 - Do Prumo

Foto 117 - Do Tico Tico

Foto 118 - Preparação do algodão

Foto 119 - Calafetagem

Foto 120 - Zarcão em pó passado em cima do calafeto

Foto 121 - Massaço do tabuamento/casco do barco

Fotos 122, 123, 124 e 125 - Da preparação da massa

Foto 126 - Passagem da massa corrida

Foto 127 - Lixaço

Foto 128, 129 e 130 - Pintura, barco e rabeta pintados

Foto 131 - Escariador

Foto 132 - Palmeta

Foto 133 - Carcanel

Foto 134 - Maújo

Foto 135 - Espátula

Foto 136 - Marreta

Foto 137 - Pincel

Foto 138 - Desempenadeira

Figura

Figura 1 - Canoa produzida pelos indígenas amazônidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	18
1.1 - Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	23
1.2 - Abrindo o cenário: o contexto social da pesquisa.....	28
1.3 - Ritual de morte entre os Campompemense.....	53
1.4 - O contexto do espaço das águas para os assentados quilombolas de Campompema.....	56
1.5 - Região e os habitantes do <i>assentamento quilombola</i> São João Batista, Abaetetuba, Pará, Brasil.....	61
1.3 - As formas de organização social e política no <i>assentamento quilombola</i>	91
CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM DA ANTROPOLOGIA DA TÉCNICA.....	96
CAPÍTULO 2 - OS SABERES TÉCNICOS DE CONFECCIONAR O MATAPI: A PREPARAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA E O PROCESSO DE FABRICAÇÃO E USO.....	104
2.1 - O saber-fazer técnico da pesca com matapi no <i>assentamento quilombola</i> São João Batista.....	131
2.2 - A Técnica nos reparos/consertos/reformas dos matapis.....	141
2.3 - A Técnica no acondicionamento/agasalho dos matapis.....	142
CAPITULO 3 - CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL EM CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM ABAETETUBA, PARÁ, BRASIL.....	145
3.1 - Os instrumentos de trabalhos e/ou objetos técnicos dos carpinteiros navais e quando eles são mobilizados.....	180
3.2 - Da organização do trabalho.....	192
CAPÍTULO 4 - O PAPEL DOS CALAFATES PINTORES NA CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL EM CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA-PA.....	194
4.1 - Dos instrumentos de trabalho dos calafates pintores.....	206
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO.....	212
REFERÊNCIAS.....	214

1. INTRODUÇÃO

A tese aqui apresentada versa sobre o cotidiano do *assentamento quilombola* São João Batista, ilha de Campompema, construída a partir de diálogo, observação e vivência *in loco*. Para sua escrita fiz um percurso contrário ao que os pesquisadores costumam fazer/realizar, onde na maioria dos casos são pesquisadores externos que fazem o trabalho de campo etnográfico nesses territórios tradicionais. O autor do texto “rompe” com esse tradicionalismo na ciência, à medida em que é morador nativo do local da pesquisa e, portanto, o conteúdo da tese reflete tanto experiência acadêmica quanto prática cotidiana no território. O resultado da pesquisa apresenta “dados para que os leitores possam avaliar com precisão, num passar de olhos, quão familiarizado está o autor com os fatos que descreve” (MALINOWSKI, 1978, p. 18). A tese evidencia justamente o contato estreito entre pesquisador/território ou pesquisador do território.

O trabalho de campo ocorreu no território da ilha de Campopema, território do *assentamento quilombola*, situado na região oeste do município de Abaetetuba-Pará. Na confluência dos territórios quilombolas Genipaúba, pelos fundos, do quilombo de Rio Acaraqui pelo lado esquerdo, com o Rio Abaeté pelo lado direito, rio que margeia de um lado a cidade de Abaetetuba e do outro o *assentamento quilombola* que, pela frente, encontra o assentamento agroextrativista Santa Maria (Rio Sirituba).

Trabalho com o conceito de *assentamento quilombola* na justificativa de apresentar ao leitor que o território em discussão passou por duas formas de reconhecimento. A primeira foi a titulação definitiva de território de quilombo, por meio do processo nº 2001/274.554 de 05 de junho de 2002, publicada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), dada em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), que agrega além do Campompema, as comunidades de Alto e Baixo Itacuruçá, Genipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu e Rio Tauerá-Açú, título este que já passou por várias modificações, incluindo a retirada de Campompema do mesmo. Tal fato foi comunicado aos moradores da comunidade pelo atual Presidente da ARQUIA, no ano de 2021, quando da não inclusão do território na campanha de vacinação da Covid-19.

Entretanto, o comunicado de exclusão do Campompema do título da ARQUIA desencadeou uma mobilização por parte da comunidade que se autodeclara como quilombola, em que acionaram de imediato a Secretaria de Saúde de Abaetetuba por meio do ofício de número 001/2021 de abril de 2021, onde assinam este autorreconhecimento; além disso, acionaram, em 15 de junho de 2021, a Defensoria Pública Agrária de Castanhal e o Ministério Público de Castanhal para intervirem contra a decisão da exclusão do título e reforçando o direito à vacinação quilombola.

Em relação ao Ministério Público Agrário de Castanhal, ressalta-se que não houve reunião com a comunidade nem remotamente e nem de forma presencial. Porém, segundo documento de despacho, o órgão ouviu pesquisadores da UFPA que fazem estudo na área, e, lideranças rurais de Abaetetuba (cujos nomes não são citados no documento). Com base na análise do conteúdo das referidas reuniões, emitiu o seguinte despacho, onde determina que:

Diante da análise dos mapas e da situação geográfica do território, que aponta que se trata de área em ilha federal, o que atrai a atribuição do INCRA para titulação do território quilombola Campopema, não havendo razão para solicitação de modificação do título já expedido anteriormente pelo ITERPA; (DESPACHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO AGRÁRIO DE CASTANHAL, 2021).

Assim, a sugestão e recomendação da Promotoria Agrária de Castanhal é que a comunidade busque o Instituto de Colonização e Reforma Agrária para fazer esse reconhecimento em nível Federal, na justificativa de que o território se encontra localizado na jurisdição do órgão federal.

A segunda forma de reconhecimento foi emitida por meio do Ato de Criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)¹ São João Batista, de 27/07/2004, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo território da

¹ De acordo com a Instrução Normativa Nº 99, de 30 de Dezembro de 2019, no artigo 2, inciso “XIII - Projeto de Assentamento Extrativista - PAE - projeto ambientalmente diferenciado destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem tradicionalmente a respectiva área”.

comunidade de quilombo. Em 2010, a Comunidade recebeu o Termo de Autorização de Uso do território de nº 21163/2010, emitido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Entretanto, até o momento não foi emitido o documento definitivo de posse do território em benefício dos moradores locais.

É, portanto, pelos motivos elencados acima que vou usar no texto o conceito de *assentamento quilombola*, fazendo transparecer o duplo reconhecimento dado à comunidade. O conceito também se pauta no posicionamento dos moradores, quando se autodeclaram como tal, conforme manifestações na comunidade, registradas nas atas de reuniões e nos ofícios expedidos aos órgãos de estado (Defensoria e Promotoria Agrária de Castanhal).

Sobre a declaração autoidentificatória como quilombola, destacam os moradores:

[...] a nossa família ela foi escrava, ela viveu a troco, ela trabalhava trabalho escravo, trabalhava no engenho, cortando cana, meu avô, meu avô, meus dois avôs, a minha vó cozinhava pra mina de gente, a troco de um prato de comida é. Então, isso não é justo com eles, não é justo com nós [...] (REUNIÃO NA COMUNIDADE PARA TRATAR DA QUESTÃO DO QUILOMBO, PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021).

[...] aquilo que a Maria puxou ali é uma verdade eu teve um pai que foi escravo, escravo de serviço de engenho, né. Antão eu sou filho de escravo [...] a gente sabe que nós somos brasileiros, e e têm muitos Japoneses aqui no nosso Brasil, inclusive você que anda muito nessa área aqui du du do Tomé Açú. Lá 30% é Japonês né, né. E aí você pega tem Japonês que é declarado quilombola aqui na nossa, no nosso estado do Pará, que dizer que nós que somos vizinhos que somos quilombolas que somos, que temos toda um, uma, como é que se diz, uma história, uma raiz, que dizer uma briga infernal pra nos tirar pra fora que nascemos naquela área (REUNIÃO NA COMUNIDADE PARA TRATAR DA QUESTÃO DO QUILOMBO, PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021).

Deixado claro o posicionamento de empregar no texto tal conceito, partirei para a análise dos modos de conhecimento da comunidade, bem como para o tipo de abordagem que empregarei no estudo.

Os modos de produção familiar baseiam-se no extrativismo do fruto do açaí, uma das principais fontes de renda dos grupos domésticos, principalmente no período do verão amazônico, onde acontece a safra do fruto; do miriti, na entressafra do açaí, sobretudo no inverno amazônico; na criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos) por parte de alguns grupos domésticos locais; produção artesanal do matapi, usado na captura do camarão, além de ser um instrumento de pesca comercializado tanto dentro do território como na zona urbana; fazem a pesca com uso de rede de emalhar, espinhel, lanço, entre outras ferramentas, e esta prática de produção familiar ocorre durante o ano todo. Destaca-se, ainda, a arte da carpintaria naval, exercida continuamente, possibilitando as construções de embarcações para locomoção dos moradores entre os rios e para a cidade de Abaetetuba para comercializar os produtos provenientes da agricultura familiar, bem como para poder acessar a escola, hospitais e demais espaços públicos para buscar direitos sociais como bolsa família, seguro defeso, entre outros.

Esses modos de conhecimento são realizados “de acordo com o tempo e a época do ano, pois eles se levantam e começam seu trabalho às vezes cedo, às vezes tarde, conforme sua urgência” (MALINOWSKI, 1978, p. 21). Para a prática da pesca com o matapi, usam o horário de final da tarde para armação dos apetrechos nos respectivos pontos de pesca e acordam no outro dia cedo para retirada do mesmo. Além do matapi, menciono como exemplo também, o extrativismo do fruto do açaí, pois os grupos domésticos fazem a extração tanto no horário da manhã como à tarde. Sendo assim, não existe um horário fixo para desenvolver determinada atividade produtiva, a não ser a pesca de matapi etc. Os modos de conhecimentos dos grupos domésticos são acionados de acordo com o período do ciclo agrícola de cada atividade produtiva familiar, que varia consideravelmente durante o decorrer do ano.

Para a prática dessas atividades diárias, as pessoas fazem uso de modos de conhecimento diversificados, uma vez que cada uma dessas práticas precisa de habilidade específica para ser desenvolvida no cotidiano. Habilidades estas de suma importância para a manutenção dos modos de vida da comunidade. Isto é, todos esses saberes envolvem uso de um conjunto de técnicas específicas, permitindo uma abordagem ancorada em saberes classificados como ‘antropologia da técnica’.

Assim, o presente texto de tese traz um estudo de antropologia da técnica, pautado em relatos etnográficos coligidos em comunidades tradicionais da Amazônia. Estudo este construído a partir de diálogo, observação e vivência *in loco*.

A abordagem aqui empreendida buscou pesquisar a cultura local entendendo que seus construtos podem ser apreendidos enquanto modos de conhecimento de comunidades tradicionais da Amazônia do Baixo Tocantins, onde está situado o município de Abaetetuba, com as comunidades ribeirinhas e quilombolas desse território de águas, registrando os saberes técnicos mobilizados a partir das vivências dos sujeitos. Dentre tantos saberes existentes no espaço pesquisado, dirigimos nossa atenção ao mapeamento do processo de fabricação/confecção do matapi e da pesca artesanal praticada com o uso de tal apetrecho/instrumento de pesca, bem como, da prática da carpintaria naval artesanal e do trabalho dos calafates pintores, porque são práticas tradicionais que acontecem o ano todo no território pesquisado.

Sabe-se que a antropologia tem se ocupado, dentre outros temas, na perspectiva dos debates acerca das culturas, com as cosmologias e outros aspectos significativos dos grupos sociais. Temas recentes têm sido incorporados a esta área de conhecimento, a exemplo dos recortes analíticos que têm sido referenciados como antropologia da técnica, foco principal na discussão deste texto. Defende-se que tal recorte é fundamentalmente necessário para contribuir com a produção antropológica no Brasil e para os registros etnográficos do contexto social local.

Inicialmente, para o propósito de qualificação deste texto de tese, recorro à noção inscrita nos debates sobre ‘antropologia da técnica’, de que se trata de um campo recente de pesquisa na realidade antropológica brasileira considerada como “algo relativamente menos presente na antropologia feita no Brasil” (SAUTCHUK, 2017, p. 13), abordando como objetivo principal do estudo a apresentação de um determinado conjunto de técnicas ligadas respectivamente às formas de produzir um instrumento de pesca (o matapi) e aos modos locais de operar a carpintaria naval. Serão discutidos os usos do matapi, bem como, no caso da carpintaria naval, o foco também será posto sobre o trabalho dos calafates pintores, sempre tendo em vista os saberes praticados e

reproduzidos por comunidades tradicionais da Amazônia, especificamente o contexto do *assentamento quilombola* São João Batista, Ilha de Campompema.

1.1 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

As pesquisas realizadas com povos tradicionais² têm sido de bastante utilidade para os registros e a catalogação dos saberes oriundos das diferentes práticas culturais dos sujeitos que habitam o espaço amazônico ribeirinho brasileiro.

Os escritos voltados para os estudos de conhecimentos tradicionais em contextos territoriais amazônicos têm contribuído significativamente para o mapeamento de diferentes modos de uso dos recursos naturais por comunidades tradicionais locais.

No que se refere a esta pesquisa, o propósito é também contribuir para o mapeamento dessa diversidade de culturas e modos de trabalhos existentes no mundo amazônico. Planejou-se registrar o conhecimento do processo de fabricação do matapi e da pesca com o uso deste apetrecho no *assentamento quilombola* São João Batista, Ilha Campompema, a partir do olhar e das experiências do ribeirinho que desenvolve essa riquíssima atividade que envolve uso de saberes cotidianamente acionados nos trabalhos empreendidos no território.

Neste sentido, a Antropologia tem contribuído sobremaneira para as pesquisas com populações tradicionais, principalmente para registrar a cultura como modos de conhecimento desses sujeitos. A etnografia como método de investigação da antropologia tem justamente o importante papel de auxiliar o pesquisador em aspectos sobre como observar, extrair e sistematizar as informações coletadas em campo. Uma das orientações deste método visa que, enquanto pesquisadores, “só nos podemos

² “povos tradicionais”, enquanto categoria inclusiva, compreende grupos indígenas, remanescentes de quilombos, os chamados ribeirinhos, seringueiros, entre outras designações, que assumem significados descritivos e analíticos, mas também como diacríticos, usados pelos atores sociais em contextos de interação para assinalar formas de pertencimento mediante a construção de fronteiras étnicas, sociais e espaciais, bem como na relação com o Estado. Sobretudo, deve-se considerar que o termo “povos tradicionais” refere-se a modos de apropriação, organização e uso do espaço que produz territórios de ocupação tradicional, em contraposição a concepções de terra como mercadoria, elemento natural à disposição da exploração econômica, e de território como constituído pelo exercício do controle político institucional e do poder (O'DWYER, 2013, p. 1).

familiarizar através de um contato muito estreito com os nativos durante um longo período de tempo” (MALINOWSKI, 1978, p. 27).

No caso particular desta pesquisa, o resultado demonstrará como a própria antropologia demanda uma demorada vivência em campo, e os dados representam o “resultado de experiências vividas” (MALINOWSKI, 1978, p. 25). Minha vivência em campo, ou seja, local onde esta pesquisa foi desenvolvida, remonta há 38 anos. Desde quando nasci moro no *assentamento quilombola* São João Batista - Ilha de Campompema, ocasionando que as experiências de minha vida foram associadas ao conhecimento adquirido na academia, ao tornar-me um pesquisador doutorando em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesta posição, considero ter muito a contribuir com as pesquisas relacionadas ao cotidiano de homens e mulheres de territórios de povos e comunidades tradicionais, sobretudo do espaço Amazônico brasileiro. Trata-se, portanto, de uma pesquisa conduzida a partir do território e por um pesquisador que está inserido em seu próprio território.

Como se trata de um texto de abordagem etnográfica e que teve o propósito de registrar detalhadamente os saberes que envolvem a carpintaria naval, a fabricação da armadilha matapi e a pesca realizada por ribeirinhos de Abaetetuba, Pará, buscou-se fielmente registrar os modos de vida desenvolvidos por esses sujeitos na terra e nas águas do espaço local. Neste passo, concordo com a assertiva de que “a etnologia - ou a antropologia, como se prefere dizer presentemente - assume o homem como objeto de estudo, mas difere das outras ciências humanas por aspirar a compreender o seu objeto nas suas manifestações mais diversas” (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 51).

Na abordagem da pesquisa antropológica, sobretudo da etnografia, explica Malinowski (1978) que o pesquisador precisa estar imerso no cotidiano do sujeito pesquisado, a fim de extrair informações consideradas relevantes naquele ambiente social, uma vez que “a etnografia propriamente dita só começa a existir a partir do momento no qual se percebe que o pesquisador deve ele mesmo efetuar no campo sua própria pesquisa, e que esse trabalho de observação direta é parte integrante da pesquisa” (LAPLANTINE, 2003, p. 57).

A observação direta no cotidiano do *assentamento quilombola* São João Batista instigou o autor desta pesquisa a descrever tecnicamente como se dá o processo de confecção e da pesca com matapi por ribeirinhos locais, considerando essa forma de trabalho como um processo cultural que nos ajuda a:

compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meio de símbolos. As pessoas, as relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados (SAHLINS, 1997, p. 41).

Neste sentido, a cultura como processo cultural precisa ser registrada com o objetivo de, como diz Sahlins (1997), não perder de vista as relações de existência humana e como essas relações se manifestam no cotidiano. Para isso, temos a etnografia como suporte metodológico que ajuda os pesquisadores a fazerem a descrição minuciosa dessas práticas culturais das sociedades humanas, sobretudo de povos de culturas estigmatizadas pelo capitalismo como atrasadas. Desta forma, percebe-se que:

[...] a etnografia profissional, desde sua origem - quer se a localize nas entrevistas de Levis Henry Morgan com os iroqueses ou veraneios de Boas e seus alunos em reservas indígenas -, tem sido uma “arqueologia do vivente” (na fórmula de Levi-Strauss), um esforço de salvamento, obcecado não somente pelo declínio da cultura indígena, mas pela perda até mesmo de suas memórias (SAHLINS, 1997, p. 50).

Na assertiva acima, reforça-se que a etnografia tem o papel de auxiliar o pesquisador na busca da descrição das formas de vida no mundo. “Arqueologia do vivente”, nos termos do autor, remete-nos à concepção de que o estudioso precisa viver o *locus* da pesquisa para, a partir daí, fazer suas observações e abstrações no sentido de tudo registrar, como elas acontecem na prática, sem perder de vista as práticas culturais, como são protagonizadas no cotidiano. Como muito bem caracteriza Laplantine (2003, p. 60), “a sua preocupação de precisão na descrição dos fatos observados”.

Nas pesquisas de cunho etnográfico com povos e comunidades tradicionais é muito importante que o pesquisador observe todos os processos que ocorrem no entorno do local de pesquisa. Neste sentido, não basta apenas estar de posse de instrumentos de

coleta de dados, mas é necessário estar atento para os fatos que acontecem no cotidiano dos sujeitos pesquisados, considerando que,

Há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina do trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade, as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam (MALINOWSKI, 1978, p. 29).

Malinowski (1978) chama nossa atenção reiteradamente para o fato de que a pesquisa de campo requer vivência *in loco*, ou seja, é preciso que o pesquisador conheça a realidade de forma mais ampla, a fim de perceber e presenciar as formas de relações sociais estabelecidas no dia-a-dia pelos sujeitos, tendo assim uma compreensão da complexidade significativa dos fatos observados, coisas que o questionário e os dados estatísticos não permitem por si mesmos.

Nesta pesquisa realizada, segui os princípios de Malinowski (1978), pois estou há muito tempo em campo (38 anos), sou um antropólogo nativo, aliás, personagem não previsto por Malinowski, por ser talvez inimaginável no momento em que construiu o método etnográfico em Antropologia. Assim, tenho vivenciando todos os dias a pesca artesanal, conhecendo a forma como o instrumento de pesca matapi é produzido e armado tecnicamente pelos ribeirinhos da ilha Campompema, município de Abaetetuba, Estado do Pará; bem como tenho testemunhado ao longo da vida o trabalho da carpintaria naval.

Como úteis ferramentas de pesquisa tenho usado instrumentos como: celular Samsung J7 para fazer o registro fotográfico da atividade e para coletar os relatos orais; questionário e entrevistas com os próprios moradores locais; e usei como suporte técnico a trena métrica para registrar e mapear o comprimento de todas as talas: do cilindro, do funil, e a espessura das mesmas e diâmetro do cilindro. Todas essas

medidas foram registradas em caderno e posteriormente foram sistematizadas em forma de texto.

A produção deste texto etnográfico, portanto, está na mesma direção de pensamento sobre a criação de um texto etnográfico, conforme defende Oliveira (2000) ao afirmar que,

Entendo que para se elaborar o bom texto etnográfico, devem-se pensar as condições de sua produção a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados - o olhar e o ouvir -, o que não quer dizer que ele deva emaranhar-se na subjetividade do autor/pesquisador (OLIVEIRA, 2000, p. 31).

Assim, este texto é fruto de experiência de pesquisa *in loco*, onde pude observar, registrar e escutar os nossos interlocutores, considerando a proposição de Oliveira (2000) quando afirma que na pesquisa etnográfica deve-se começar pelos princípios do olhar e ouvir. Este estudo cumpriu essas exigências, uma vez que observamos e escutamos os sujeitos interlocutores da pesquisa. Os relatos orais e as fotos inseridas no corpo do texto são registros importantes da experiência vivida em campo, “através de observações detalhadas e minuciosas que só são possíveis através do contato íntimo com a vida nativa” (MALINOWSKI, 1978, p. 33).

A pesquisa bibliográfica interagiu com a descrição dos relatos orais dos sujeitos da pesquisa, dialogando e fundamentando a temática de estudo. Os relatos orais por si só já trazem contribuições inestimáveis ao trabalho, uma vez que as falas dos entrevistados carregam a força das práticas sedimentadas, conferindo aos interlocutores da pesquisa a propriedade para afirmar algo sobre anos de experiência com a atividade no território, mais especificamente, neste caso, com a confecção da armadilha e a pesca artesanal realizada com o uso do matapi, bem como com as práticas relacionadas à carpintaria naval. Neste estudo as falas dos ribeirinhos dialogam permanentemente com os aportes teóricos encontrados sobre a temática da pesquisa. Os nomes dos entrevistados aparecerão representados com o uso das letras iniciais.

1.2 - Abrindo o cenário: o contexto social da pesquisa

[...] o conhecimento é local porque ele é inerente à atividade de habitar a terra, que realmente *cria* lugares. E, ao criar lugares, a atividade de habitar também torna as pessoas habitantes desses lugares - as torna locais. As pessoas pertencem às localidades e ambientes nos quais cresceram tanto quanto estes pertencem a elas. Romper os laços entre as pessoas e o lugar seria o mesmo que uma divisão entre herança cultural e ambiente natural, seria lançar a tradição para longe da sua fonte geradora de significado, considerando-a como o vestígio de uma forma de vida ancestral há muito ultrapassada por sua representação como um objeto da memória. O efeito deste deslocamento seria a ruptura da continuidade da tradição e o rompimento da ligação das pessoas com seus passados (INGOLD, KURTTILA, 2018, p. 179-180).

Levando em consideração a citação acima de Ingold e Kurttila (2018), esta introdução tem como objetivo descrever o território da Ilha de Campompema, incluindo as formas de conhecimentos locais produzidos pelos moradores³ a partir dos trabalhos da reexistindo nas vida nas águas e nas terras desse espaço geográfico amazônico.

Faço assim, buscando situar o leitor de onde estou falando. De que comunidade estou pesquisando. Início, afirmando que Campompema é uma comunidade tradicional situada na região Amazônica brasileira, mais especificamente na região do Baixo Tocantins, precisamente no município de Abaetetuba-Pa.

Faz limite com outros territórios presentes na região de Abaetetuba. Campompema em comparação a outras comunidades, possui um acesso fácil e rápido, uns 20 a 30 minutos separa a Ilha da sede da cidade. Fica localizada a Oeste, ou melhor, a margem esquerda do município. Sua divisão territorial segue as seguintes coordenadas geográficas:

A Leste, com o Assentamento Bom Remédio do Rio Abaeté, onde a atividade agrícola predominante é o extrativismo do açaí, miriti, pesca artesanal, produção de matapi etc;

³ A categoria que os antigos usam para se referi ao local de origem é morador e/ou ribeirinho.

Ao Sul, limita-se com a comunidade quilombola de Genipaúba, cuja economia agrícola deriva da produção da “mandioca, o açaí, o cupuaçu, banana, entre outros. Há ainda produção de carvão, e extração de castanha-do-Pará, além de criação de galinhas e porcos; há também alguns funcionários públicos, especialmente nas áreas da saúde e da educação. Algumas famílias desenvolvem a pesca artesanal na própria comunidade, predominando a captura de peixe e o camarão” (SANTOS, CLAUDINO, 2020, p. 258). E faz fundo com o quilombo de Rio Acaraqui;

A Oeste faz limite com a comunidade quilombola de rio Acaraqui, na qual predomina a economia do extrativismo do açaí, miriti, pesca, produção de carvão, mandioca entre outros. Lembrando que “O açaí, como podemos constatar, é o principal elemento presente na identidade territorial da comunidade de Acaraqui” (SILVA *et al*, 2018, p. 20).

Ao Norte extrema, com o Assentamento Santa Maria do rio Sirituba, com predominância o extrativismo do açaí, o miriti e a pesca artesanal etc.

A análise do conjunto das 04 comunidades desse Polo 07/setor 07⁴ da Paróquia Senhora Rainha da Paz das Ilhas de Abaetetuba, enfatizadas a partir de agora, neste escrito, espelha-se nos estudos de Joan Vincent (1987) que no texto Sociedade Agrária como Fluxo Organizado, discute a questão de que as comunidades não podem ser analisadas isoladamente, como se fossem únicas, vivendo em isolamento completo, mesmo que cada uma esteja na condição de núcleo principal, entre as outras do seu entorno, mas, se deve analisar o conjunto territorial mais amplo das comunidades que constituem juntamente com ela, um núcleo ampliado de comunidades, que compartilham “modos de fazer, criar e viver” (O’DWYER, 2018, p. 33).

Assim, considerando esse estudo são delineados aspectos que se tornam comuns entre as 04 comunidades, considerando-se que “os limites só adquirem relevância se estiverem inter cruzados” (VINCENT, 1987, p. 380). E deixando claro esses aspetos, no texto, a sequência é de explorar o contexto específico do território de Campompema,

⁴ Divisão administrativa feita pela Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz da Diocese de Abaetetuba que organiza as comunidades ribeirinhas e quilombolas locais, em forma de Pólo/setor, onde são agrupadas em cada setor/polo as comunidades interligadas por seus territórios.

aprofundando, principalmente no processo de fabricação de matapi e seu uso por *ribeirinhos quilombolas*, bem como, a carpintaria naval artesanal local, incluindo os calafates pintores em uma abordagem da Antropologia da Técnica.

E assim o farei. Tais comunidades comungam de modos de produção familiar camponês, isto por ocuparem, territórios interligados e cercados pelo curso d'água e de terra, onde predomina o trabalho com agricultura familiar, extrativismo e pesca. Considerando-se, assim, um modo de produção camponês, baseado nos termos de Mura e Silva (2011, p. 100):

É geralmente esta organização que permite, com maior eficiência, a reprodução do grupo doméstico, que se torna o eixo não apenas na determinação das atividades técnicas e econômicas praticadas pelos seus integrantes, mas também no estabelecimento de alianças políticas, principalmente através de relações de parentesco, que podem ser voltadas à formação de comunidades locais mais amplas.

As conceituações de Mura e Silva (2011) podem ser aplicadas a análise dos grupos domésticos⁵ dessas comunidades que formam o polo 07, pois o denominador comum do trabalho da agricultura familiar camponesa faz parte da organização das ditas comunidades.

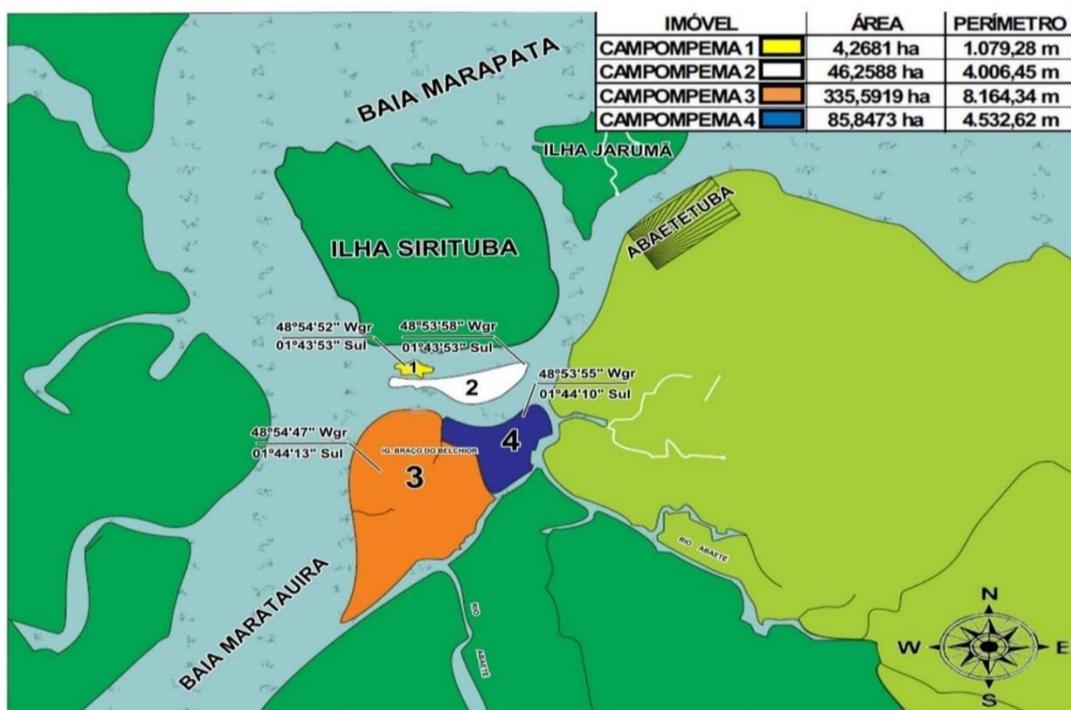
Os grupos domésticos das comunidades se constituem como diz Mura e Silva (2011) ao analisar os estudos de Wilk (1984, 1997) como grupos domésticos “flexíveis” em que além do trabalho coletivo familiar, também, praticam atividades diferenciadas entre si, pois os moradores envolvem-se no trabalho de comércio e, sobretudo, no trabalho assalariado, como é o caso dos servidores públicos vinculados a prefeitura de Abaetetuba, atuantes na função de Agente Comunitário de Saúde (ACS), que fazem a visita domiciliar, dando orientações básicas de saúde e, também servem de elo de comunicação entre a Secretaria de Saúde do município e moradores, marcando consulta médica, odontológica e agendamento de exames. Outros profissionais presentes nas comunidades são os professores, vigias e serventes das escolas municipais existentes em

⁵ Empregamos o conceito de grupo doméstico em alusão ao que propõe Mura, Silva (2011, p. 99) ao analisar os estudos de Wilk (1984, 1997) que define o grupo como “um aglomerado (*cluster*) de unidades habitacionais, sob uma única direção, formaria uma “*household cluster*””.

cada uma das comunidades, bem como, existem integrantes dos grupos domésticos trabalhando em supermercados e lojas do comércio local.

Desta forma, percebe-se que as questões colocadas por Mura e Silva (2011) dialogam perfeitamente com a realidade dos grupos domésticos dos territórios de Campompema, Genipaúba, Acaraqui e Rio Abaeté, pois os moradores destas comunidades estão envolvidos em trabalhos diversos, como citei no parágrafo anterior, tornando-se grupos domésticos “flexíveis”.

1 - Mapa de Campompema



O território Campompemense tem estreita relação com as comunidades circunvizinhas de Acaraqui, Genipaúba e Rio Abaeté, pois compõem juntamente com estas o Polo/setor 07 da Paróquia das Ilhas de Abaetetuba. Compartilham além de relações sociais e políticas, como também a vivência religiosa.

Todas as comunidades têm em comum, entre tantos outros aspectos, as formas produtivas camponesas, com base em uma economia doméstica voltada para o manejo dos recursos florestais e aquáticos e a comercialização dos produtos obtidos na feira da cidade e/ou na própria comunidade, mediante o transporte de embarcações (rabetas, rabudos, barcos), além de formas de lazer compartilhadas (cada comunidade possui,

pelo menos, um campo de futebol, onde os moradores praticam suas atividades esportivas), laços de afeto com vizinhos e familiares parentes.

Além desses denominadores comuns, convivem partilhando ações sociais mediante a escola, a igreja, católica e a evangélica. Sobressai, ainda, a figura do líder representante dessas igrejas nas comunidades, representado pela figura de um coordenador, no caso da igreja católica e um pastor, na evangélica. Os líderes evangélicos não têm tanto reconhecimento nas comunidades como o coordenador da igreja católica, tanto é que quando os moradores, incluindo os evangélicos necessitam de declarações que atestem que vivem/moram na localidade, recorrem ao líder da igreja católica para fornece-lhes.

Essas declarações são utilizadas para que os moradores atestem para os órgãos de governo que são residentes na ilha de Campompema, principalmente para fazer cadastro e atualização do Programa Bolsa Família, seguro defeso, solicitação de aposentadoria rural etc. Para tal o coordenador da comunidade católica assina e carimba uma declaração específica, fornecida pela Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz da Diocese de Abaetetuba, entidade responsável pelas igrejas católicas nas comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba. Como forma de afirmar que determinada pessoa é integrante/morador de tal comunidade, certifica em documento constando nome da pessoa interessada, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), número do Registro Geral (RG), bem como, dados de quem o fornecerá, igualmente, do receptor do documento.

Foto 01 - Declaração emitida pelo Coordenador a um morador da comunidade de Campompema

O.S. da Paróquia das Ilhas de Abaetetuba
Diocese de Abaetetuba
 "Nações, escutem a palavra de javé. Anunciem às ilhas mais distantes!"
 (Cl. Jr. 31,10)

COMUNIDADE: SÃO JOÃO BATISTA

Declaração

EU, [REDACTED]
 portador(a) do RG: [REDACTED] e CPF: [REDACTED]
 coordenador(a) da comunidade SÃO JOÃO BATISTA
 do rio CAMPOMPERMA declaro para os devidos fins de direito
 que o Sr(a) [REDACTED]
 portador(a) do RG: [REDACTED] e CPF: [REDACTED]
 é residente e domiciliado(a) nesta localidade acima citada.
 por ser verdade dato e assino

Rio CAMPOMPERMA em 03/07/22

[REDACTED]
 Coordenador(a) da Comunidade //

Av: 15 de Agosto Nº 194 - Centro
 CEP: 68.440.000 (Cx Postal 10)
 Abaetetuba - Pará - Brasil
 CNPJ: 02.727.757/0004-50
 Tel: (91)3751-1168

E-mail: ilhasdeabaete@hotmail.com

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Pode-se destacar, também, que a relação entre as comunidades do Polo/setor 07, não é somente de ordem espacial/geográfica, mas envolve questões que perpassam um denominador comum, entre elas: a organização social e política, pois, são frutos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), com base na igreja católica atuando nas ilhas desde a década de 80. Entidades que foram responsáveis e propulsoras em organizar o movimento de organização social e luta política em defesa dos territórios tradicionalmente ocupados e, sobretudo, criou as “comunidades eclesiais de bases” em territórios ribeirinhos e quilombolas de Abaetetuba-Pará.

As CEBs além de possibilitar a criação das comunidades vinculadas a igreja católica, também vem contribuindo para a organização dos movimentos sociais em tais localidades. Apesar de cada território ter sua forma de organização social e política, com movimentos sociais próprios, existentes em cada uma delas, quando se trata de reivindicação política ou de defesa do território, elas se reúnem em um plano coletivo, visando promover um debate com demandas para o benefício do coletivo.

De todo modo, percebe-se que as primeiras, dentre outras, conquistas das comunidades em estudo, foram a presença de longa data até os dias atuais, das escolas municipais funcionando com a Educação Infantil e os anos iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades desse Polo. Também, a conquista militante do reconhecimento do território como comunidades tradicionais locais, criados a partir de meados de 2002 como os primeiros territórios quilombolas e com maior ênfase em 2004, com a criação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativista nos territórios das ilhas de Abaetetuba-Pa.

Em relação à **organização política** das comunidades, existem as organizações profissionais e associações formadas a partir de os movimentos sociais aos quais os moradores estão vinculados. Dentre eles, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR), Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Colônia de pescadores Z-14, Associação dos Remanescentes de Quilombos de Abaetetuba (ARQUIA), Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA). Foram essas organizações e movimentos que possibilitaram o reconhecimento do território aos grupos domésticos locais e a inserção dos moradores locais na escolarização obrigatória.

Os moradores dessas comunidades estão distribuídos em função do ciclo de vida e divisão do trabalho no grupo doméstico entre os movimentos sociais acima relacionados. Ressaltando que os objetivos desses movimentos são justamente lutar em benefício da qualidade de vida dos moradores e o reconhecimento e garantia do território tradicionalmente ocupado. É por meio dessa organização social e política que as lutas e reivindicações acontecem junto à esfera pública de governo.

Sobre exemplos etnográficos de como algumas dessas organizações são importantes para os moradores locais, destaco o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) que possibilita o acesso às aposentarias dos/como agricultores familiares, o auxílio doenças, e benefícios de saúde a eles associados.

A Colônia de pescadores Z-14, garante o seguro defeso aos seus participantes, e também aposentadorias e auxílios doenças. Os seguros defesos são pagos anualmente

após o “fechamento” (proibição) da pesca na região, tendo em vista o período de desova dos peixes, em processo de procriação nas nascentes dos rios.

Neste sentido, os membros dos grupos domésticos, por exemplo, são filiados aos movimentos e organizações sociais elencadas, com a ressalva de que existem casos em que o pai está vinculado ao STTR e os filhos à Colônia Z-14, ou seja, os grupos domésticos participam das diferentes formas associativas representativas do povo camponês. Todos eles têm papel decisivo na constituição da organização social e política no contexto territorial local e regional.

Ainda, em relação a tais comunidades no relato abaixo se observa como elas se organizam e quais demandas são apresentadas em benefício do coletivo de moradores que as compõe. Todas as comunidades são denominadas irmãs pelo compartilhamento da evangelização católica, porque integram o Polo 07, sendo por isso chamadas de irmãs, não tendo nada a ver com vínculos de parentesco, apesar de alguns integrantes desses grupos domésticos terem casados entre si, formando assim grupos de parentesco.

Esta divisão por Polo trata-se de uma divisão administrativa instituída pela Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, vinculada a Diocese de Abaetetuba que, por sua vez, é responsável em organizar as igrejas católicas nas comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba. E assim desenvolver suas ações junto a elas.

Em pesquisa de campo, conversei com o ex-coordenador da comunidade de Campompema (J. M. C) e que, também, atualmente integra o grupo da Pastoral da Catequese⁶. Na oportunidade relatou-me algumas situações com referência as comunidades desse Polo 07:

[...] nosso trabalho de setor ele é assim: a gente [...] faz o planejamento anual e aí a gente sai, marca as visitas de comunidade em comunidade. Um mês é numa comunidade, no outro mês em outra comunidade. São 5 comunidades do setor 07 e saímos fazendo essas visitas, primeiro a gente visita as famílias, quer dizer, faz um momento de oração no início, uma abertura e toma o café, um lanche

⁶ Grupo responsável pelo batizado das crianças da comunidade, onde as crianças passam a ter um padrinho que segundo preceitos religiosos trata-se de um segundo pai, mas antes de ser batizado tanto os pais das crianças quanto os futuros padrinhos tem que passar por momentos formativos, que ocorrem durante o ano em que é explicitado a importância do batismo e o papel dos pais e dos padrinhos na vida das crianças, sendo que esta formação é dada pelo grupo da Pastoral da Catequese.

e sai visitando de casa em casa, visitando os doentes, visitando as famílias, os idosos. Aí quando termina aquele momento de visita, no final do dia, a gente senta e faz uma avaliação do trabalho que foi feito de visita. Às vezes tem famílias que não estão de acordo com o tipo de trabalho que cada comunidade está fazendo, a coordenação. A gente avalia tudo e coloca pra comunidade o estilo né de como as famílias não estão se sentindo bem, ou estão se sentindo bem. Fazemos esse trabalho, avaliação e coloca no livro de ata tudo que se avaliou que se viu, que se pensou, coisas que precisam melhorar na comunidade no sentido da saúde, da questão do atendimento. Às vezes, as famílias mais carentes, colocamos tudo em ata e senta com a comunidade e faz uma avaliação e depois a gente encerra no domingo pela manhã com a celebração do culto. Nosso trabalho é baseado assim: a gente vai de comunidade em comunidade, fazendo esse tipo de trabalho e, depois, se marca no período de dois em dois meses, de três em três meses uma formação, formação na área da liturgia ou na área do dízimo ou na área de formação de políticas públicas, questão social e, assim por diante, ficamos trabalhando o ano todo desse jeito. Quando chega o final do ano, a gente se senta de novo, avalia o trabalho que se fez aquele ano, planeja o ano seguinte. É assim que a agente trabalha no setor, entendeu. Aí quando tem um movimento das comunidades irmãs a gente ajuda. Às vez faz confraternização junto no final do ano e quando há necessidade de uma família carente que se precisa dar uma contribuição, questão de casa que tá bronquiada, a gente dar uma força, é a questão do banheiro e outras coisas assim que vão acontecendo. Às vez as famílias que estão muito carentes no caso de alimentação, de saúde fazemos algumas ofertas: bingo, rifa, alguma coisa pra ajudar aquela família. Também, tem a questão da participação nos festejos, período das festas dos padroeiros. As comunidades se reúnem, se ajudam e vão participar daquele dia de festa, uma comunidade vai num dia, a outra comunidade noutro dia para ajudar aquela comunidade que está em festejo naquele período. Então, é assim que acontece as coisas.

[...] a gente convida as comunidades quando é pra fazer um movimento social em conjunto, convoca o setor todo. Aí manda aviso pra uma, pra outra comunidade naquele dia. Se junta com as outras comunidades que vem de outros setores que fazem aquele momento, inclusive, sábado nós temos um movimento no STR que é um movimento mais político que lá vai ter um momento de formação a respeito das políticas do governo que precisamos saber, porque as famílias precisam de atendimento, tem muitas famílias que sofrem necessidade como: fome e precisa de uma casinha pra morar e não tem, precisamos saber como a gente vai conseguir pra essas famílias de baixa renda. Ver esse governo agora, o governo Lula, tem projeto pra essa demanda, só que a gente precisa saber como conseguir e por onde conseguir. Por isso, sábado nós têm esse movimento no STR (J. M. C, pesquisa de campo).

A fala do entrevistado retrata, como é realizado o trabalho entre as comunidades acima referidas, mostrando que discutem a formação dos moradores, a reivindicação de lutas em prol dos moradores principalmente dos que estão passando alguma dificuldade mais premente, e sobretudo junto às entidades governamentais, a fim de obter melhorias para o cotidiano das comunidades, quanto a questão de saúde, educação, moradia etc.

Em relação ao Campompema especificamente, as famílias são constituídas entre três a cinco gerações que vêm sendo formados ao longo dos anos. Essas famílias são oriundas dos matrimônios que não seguem uma regra específica, tanto é que na comunidade há um fluxo de pessoal diverso, pois existem descendentes de grupos externos vivendo e morando aqui, possibilitado pelo casamento. Essas trocas matrimoniais entre os grupos domésticos das quatro (04) comunidades acontecem com frequência entre uma comunidade e outra, e na maioria dos casos, a mulher de um grupo vai morar no território do grupo doméstico do marido, constituindo assim um movimento de trocas matrimoniais entre grupos, bem como, criando relações de parentesco entre si.

É importante salientar, que também os integrantes dos grupos domésticos se casam com pessoas de fora de uma comunidade, isto é, constituem famílias com pessoas da cidade de Abaetetuba, ou até mesmo de outras cidades do estado do Pará. Nesse caso, podemos dizer que a relações de matrimônios não se dão em um ciclo fechado, em que os grupos se casem entre si, somente.

A organização social de trabalho na comunidade de Campompema se processa levando em consideração os seguintes aspectos: idade, sexo e gênero e o tipo de atividade desenvolvida. No geral, as mulheres se dedicam ao trabalho do lar, cuidando dos afazeres domésticos, mas muitas praticam atividades de natureza diversa, como iscar e atear o matapi, o extrativismo do fruto do açaí, particularmente com o processo de debulhagem do fruto do açaí, a fabricação do matapi e, ainda, algumas poucas exercem a docência na escola municipal da comunidade etc.

Ao homem é dedicado os trabalhos ditos mais pesados, como: carpintaria naval, roçagem e capina de terreno, subir as palmeiras dos açazeiros para fazer a coleta do fruto do açaí, calafetagem de embarcações diversas, entre outros.

No caso das crianças, elas se entrelaçam com os afazeres dos pais, uma vez que estão na companhia destes no processo produtivo, mas não participam dos trabalhos “pesados” diretamente, tais como: apanha do açaí, carreto do fruto em rasa para a casa.

Estas formas de produção executadas na terra tem uma dinâmica referida a sazonalidade local, pois certas recorrências de atividades têm meses específicos para serem potencializados, isto é, as atividades, seguem um calendário que regula o processo produtivo. Abaixo apresentamos os meses de produção de alguns deles:

Quadro 1 - Frutos e frutas e seus respectivos períodos de ocorrências

Frutas e frutos	Período de ocorrência
Jambo maçã	Meses de junho e novembro
Jambo rosa	Durante o ano todo
Manga	Mês de outubro/novembro
Cupuaçú	No inverno Amazônico
Açaí	No verão Amazônico (entre maio a novembro)
Miriti	No inverno Amazônico (entre dezembro a março)
Cacau	Durante o ano todo
Camarão	Recorrente o ano todo, porém, a safra é de maio e junho
Peixe	Recorrente o ano todo, porém, janeiro a março é período da piracema.
Biribá	No inverno Amazônico (entre dezembro e janeiro)
Abiu	No final do verão amazônico
Graviola	No verão Amazônico
Taperebá	Março e junho
Pupunha	No inverno Amazônico

Fonte: elaborado por Rosenildo da Costa Pereira

Para melhor elucidar essa discussão sobre a divisão social do trabalho no meio produtivo local, tomo para análise uma situação social envolvendo meu próprio grupo

doméstico visando descrever como acontece o trabalho do extrativismo do açaí e as formas de organização social e da divisão do trabalho presentes nessa forma produção da agricultura familiar. Velsen (1987) argumenta que:

Denominei esta maneira de apresentar e lidar com as informações etnográficas de “análise situacional”. Ao usar este método, o etnógrafo não somente apresenta ao leitor abstrações e conclusões do seu material de campo, mas também lhe fornece parte considerável desse material (VELSEN, 1987, p. 360).

Neste sentido, a proposta de análise situacional de Velsen (1987) vem contribuir com o fazer do trabalho de campo etnográfico, onde “os casos devem ser apresentados situacionalmente e os atores devem ser especificados” (VELSEN, 1987, p. 369).

Particularmente em se tratando do grupo doméstico que faço parte, composto por mim, minha mãe, meu irmão mais velho, minha esposa e meus dois filhos⁷. Temos uma maneira própria de produzir e de nos relacionarmos com a natureza e com os outros grupos domésticos locais, presente igualmente em outros grupos da comunidade onde estamos situados/inseridos.

Voltando a produção, especificamente, do fruto do açaí, como mencionado acima, a fim de apresentar uma situação de pesquisa, envolvendo as relações familiares no processo produtivo do fruto, todos do grupo participam das atividades extrativistas. Porém, existem tarefas específicas a serem executadas por cada sujeito do grupo familiar: homens, mulheres, adolescentes e crianças, na etapa de produção.

No processo de extração do fruto do açaí existe de certa forma um processo de envolvimento de outros grupos domésticos parentais⁸ e não parentais⁹. Como exemplo, no processo produtivo de meu grupo doméstico, convidamos vizinhos próximos (que não são parentes) que nos ajudam na coleta do fruto de açaí, bem como, os parentes consanguíneos. Essa mão de obra não parental somente é acionada de acordo com o tempo de safra do fruto, nesse sentido acontece mais no início da safra, devido à grande

⁷ Uma menina de 07 anos e o menino de 09 anos.

⁸ Com laços de consanguinidade.

⁹ Pessoas que não tem relação de parentesco/consanguinidade e nem por matrimônios.

produtividade e quantidade do açaí. Sendo necessário chamar parentes e amigos/vizinhos para ajudar na colheita, dada a necessidade de se coletar a maior quantidade possível, evitando o desperdício da matéria-prima, com a incidência do seu ressecamento causado pelo tempo de maturação do fruto.

Foto 02 - Grupo doméstico fazendo a coleta do fruto do açaí no período da safra, com a participação de vizinhos no processo produtivo



Fonte: Isonete do Socorro Perna Pereira, 2022.

Quanto a produção e a extração do fruto do açazeiro, nos organizamos em coletivo, isto é, o meu grupo doméstico, como já dito, sendo que às vezes dele participam, também, meus dois sobrinhos, mais alguns vizinhos (não parentes). É

importante frisar que as crianças apenas ajudam na coleta dos frutos caídos ao chão no momento da debulhagem. Outrossim, os demais grupos domésticos da família vivem a uns 700 metros da nossa residência.

Normalmente coletamos o fruto do açaí pelo horário da manhã, e somente quando necessário usamos o período da tarde visando extrair maior quantidade de fruto possível e assim encher mais rasas¹⁰ para serem comercializadas na feira da cidade, onde a maioria do povo ribeirinho faz a comercialização do fruto.

Durante a safra, como dito anteriormente, chamamos vizinhos e parentes para contribuir com a produção de coleta do açaí. Essas pessoas que vêm se somam ao grupo fazem a coleta juntamente conosco, com valor pago por rasa, cuja média de preço de R\$ 10,00 reais por cada rasa cheia de açaí coletada. No total, em uma *apanha*, que ocorre geralmente de sábado a sábado, extraímos de 25 a 30 rasas do fruto do açaí.

Dentro do grupo doméstico a divisão social do lucro é feita com base no total de rasas de açaí extraídas e vendidas na feira, já incluído os descontos dos valores pagos aos vizinhos de acordo com o quantitativo de rasas cheias/produzidas. Grosso modo, o dinheiro do trabalho do extrativismo do açaí divide-se, geralmente, em três montantes (partes iguais), levando em consideração os “chefes” de cada família dos membros do grupo participante da colheita.

A divisão social no processo produtivo leva em consideração a mão de obra masculina e feminina. Os homens dedicam-se ao trabalho da *apanha* do açaí e em certos momentos fazem também a debulhagem e seleção dos frutos quando estes estão já *apanhados*/ao chão. O papel das mulheres se concentra na debulha e seleção dos frutos aptos a comporem a rasa do açaí. Isto é, a colheita do açaí se dá pelo processo de *apanha* e debulhagem.

Cabe destacar que, quando se aproxima ao final da safra do açaí, a coleta se dá por membros do grupo familiar apenas, já que não se torna necessária a contratação da

¹⁰ Espécie de recipiente construído a partir de talas da folha da palmeira do miritizeiro que serve para armazenar fruto do açaí e camarão para serem vendidos a feira.

mão de obra de vizinhos em virtude da pouca produção existente no território dos grupos domésticos, dado o período da entressafra. Até porque, também, o grupo não teria rentabilidade caso os chamassem para a coleta, uma vez que parte do valor da venda do fruto do açaí teria que ser destinado ao pagamento da mão de obra dos vizinhos que ajudariam na coleta do fruto, e pelo fato, também, da produção que seria em menor escala em comparação ao início do verão amazônico, período em que ocorre a safra do fruto.

Neste caso, toda produção é destinada apenas aos integrantes do grupo doméstico¹¹ que estão coletando os frutos, naquele momento de entressafra, pois no processo de extração do fruto do açaí, somente os participantes do processo fazem jus a produção.

Foto 03 - Apenas integrantes do grupo doméstico fazendo a coleta do fruto do açaí, período da entressafra do fruto, onde somente eu, minha esposa e os filhos pegam o açaí que cai no chão.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2022.

¹¹ O dinheiro da venda é dividido entre os membros do grupo familiar.

Neste sentido, no caso do meu grupo doméstico, ressalto que a produção do açaí tem dois destinos específicos. O primeiro é produzir para comercializar na feira local, a fim de agregar ao grupo uma maior rentabilidade, tendo em vista que esta é a maior produção dos moradores locais, considerando-se, ainda, que os moradores “vendem seus produtos...e adquirem alguns bens necessários ao consumo” (O`DWYER, 1999, p. 126). O outro se refere ao consumo, pois uma pequena parte dessa produção é destinada ao consumo das famílias do coletivo do grupo, uma vez que, o processo de beneficiamento é realizado na casa/residência da autoridade máxima do grupo, em outras palavras, na casa do pai/mãe e posteriormente compartilhado com os demais integrantes.

É importante destacar que o cuidado com a terra ocorre anualmente pelas famílias, isto é, fazemos a limpeza do terreno, como dizem, visando torná-la de fácil movimentação na propriedade quando da coleta de produtos, para fácil visualização de animais peçonhentos, como cobras venenosas como jararaca e surucucu, comumente presentes nos territórios amazônicos.

A limpeza do açazal visa não apenas a retirada das árvores improdutivas e cipós, como também a retirada das árvores altas e tortas de difícil coleta do açaí, uma vez que, não tem utilidade, tendo em vista que em muitas delas são praticamente impossíveis extrair o fruto devido serem muito altas.

A maior produção da comunidade gira em torno do extrativismo do açaí, praticamente toda área do território é constituído de grandes plantios de açazeiros, mas existem outras plantações, como: bananeiras, cupuaçuzeiros, miritizeiros, cacaeiros, biribazeiros, mangueiras, jambeiros entre outras, como já destacados acima. Essas produções agrícolas são praticadas e produzidas no território da comunidade.

Essas plantações são distribuídas dentro dos açazais, não existindo uma área específica destinada a determinada espécie de frutas e frutos, pois estas dividem o espaço do território com o plantio de açaí, apesar de serem em menor quantidade, prevalecendo os açazais.

É importante destacar que as plantas como biribá, cupuaçu, cacau, bananeira, mangueiras, jambeiros e parte dos açazais que se tem hoje na comunidade são resultado de plantios dos moradores antigos, além do mais, existem açazeiros, mangueiras, miritizeiros etc., ainda nativos.

Mapa 2 - Território da Comunidade de Campompema



Fonte: Google maps, com legendas e setas que foram adaptações pelo autor para indicar as casas, entre outros, pontos importantes da comunidade.

O território de Campompema é uma área geográfica de uso dos grupos domésticos, onde praticam o trabalho agro-extrativista, especificamente nestes, nas áreas que são já demarcadas pelos moradores. Nesses territórios demarcados por eles próprios, praticam o trabalho da agricultura familiar camponesa. Não existe no território uma área de uso comum¹², com regra de uso definidas pelos moradores locais, a não ser o ambiente aquático, lagos e rios.

¹² “situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social” (ALMEIDA, 1989).

04: Fruto açai



Foto 05: Fruto biribá



Foto 06: Fruto banana



Foto 07: Fruto cupuaçú



Foto 08: Fruto miriti/buruti



Foto 09: Fruto jambo rosa



Foto 10: Fruto cacau



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2022.

Dito de outro modo, o trabalho de base familiar é plural na medida em que as famílias não praticam uma única tarefa, ao contrário, entrelaçam ao mesmo tempo várias atividades, mediados pelos recursos agroflorestais e das águas como mencionamos. Isto é, a maioria dos moradores coletam açaí, fazem o uso da pesca de

matapi, rede e espinhel e algumas poucas famílias, praticam além dessas, atividades mais especializadas como é o caso dos carpinteiros, calafates pintores e construtores do matapi.

Trata-se de um campesinato¹³ em que as famílias fazem de tudo, com exceção da carpintaria que é uma atividade especializada, onde apenas algumas poucas famílias trabalham no ramo da construção naval artesanal. As embarcações são de uma importância central porque a forma prevalente de circulação de pessoas e mercadorias é fluvial, fazendo com que se tenha na realidade local, um mercado de venda de embarcações.

Entretanto, a maior produção da comunidade, como dito anteriormente, é a do fruto do açaí, no território os moradores dedicam a maior parte de suas vidas ao extrativismo do açaí, uma vez que, este tem safra de pelo menos 07 meses, começando em meados de junho, estendendo-se até dezembro de cada ano. É onde tem maior rentabilidade em relação as demais formas de produção familiar. Além do mais, o açaí faz parte do hábito alimentar da comunidade, que consome o produto, associado a farinha d'água (farinha de mandioca), comprada na cidade, uma vez que a comunidade não é produtora deste alimento.

Porém, antes mesmo da existência dessa autonomia camponesa atual, Campompema vivenciou no período dos anos 1930, o regime de produção denominado *Plantation*¹⁴, com economia, baseada na monocultura da cana-de-açúcar, produzida para os donos de engenho, onde os moradores¹⁵ existentes no território tiveram mesmo que trabalhar no empreendimento da cana, seja com derrubada, limpeza/*capita*, plantio,

¹³ “Algumas características específicas do campesinato estão presentes como elementos de categorização: trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc” (SEYFERTH, 1993, p. 38).

¹⁴ O sistema de *Plantation* supõe, para o seu desenvolvimento, o fechamento dos recursos (terra e mão de obra), parecendo portanto excluir a existência de um campesinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que tem acesso direto à terra, dela extraindo, mediante o trabalho familiar, o produto de sua subsistência (GARCIA Jr; HEREDIA, GARCIA, 1979, p. 267).

¹⁵ Segundo entrevista concedida a mim, seu R. N. O, de 73 anos de idade, que aos 17 anos já trabalhava no engenho, relatou que antes da existência do engenho, apenas alguns moradores viviam em Campompema local onde tinha plantação/roçado (área) de cana de açúcar, dos quais citou: Edil Paes, Zé Bitencourt, Gongá, Dondon, Mundiquinho, Raimundo, Diomar etc.

corte de cana, quando ela estava em fase/boa de colheita e, sobretudo transportavam a produção para o engenho, onde, também, trabalhavam com o processamento da matéria-prima.

Essas canas eram destinadas ao engenho de cana-de-açúcar Santa Cruz, existente na comunidade de Campompema, cujos cortadores e plantadores das canas eram os moradores que habitavam local, muitos provenientes de outros lugares, que foram trazidos para Campompema para serem explorados tanto no engenho como no canavial. Segundo relatos de moradores antigos, como do Sr. R. N. O, cujo apelido é seu Nogueira/Pituica, de 73 anos de idade, afirma:

isso já não foi no meu tempo, o finado do meu avô que contava essa história que navio trouxe, naquele tempo da escravidão né, traziam aqueles pretos aí vinham trabalhar, aí chegavam, aí botavam para trabalhar. Nesse tempo, tinha muito engenho, engenho, engenho do velo Murilo, do Dadá Nobre....Então, aí, esses escravos vinham e trabalhavam com eles, só que era só a troco da boia mesmo.

Desta maneira, o período áureo da cana-de-açúcar em Abaetetuba, mais especificamente no Campompema, foi de riqueza para alguns, sobretudo para os donos de engenhos, e exploração da mão-de-obra de outros, neste caso, os moradores e negros que vieram trabalhar na usina aqui existente, e assim construíram suas famílias e permaneceram na ilha.

A exploração se dava quando “Em 1930, os ribeirinhos da Ilha de Campompema trabalhavam no engenho Santa Cruz, do sr. Murilo Parente Carvalho” (RIBEIRO, VIEIRA, 2021, p. 133). A exploração acontecia quando o dono do engenho Murilo Carvalho usava de suas ditas terras existentes em Campompema e região, como nas Ilhas de Sirituba, Tabatinga, Jarumã e Rio Abaeté, próximas do engenho para exploração da força de trabalho dos moradores, uma vez que “Em muitos casos acontecia a meação no plantio, entrando o senhor de engenho com as terras e o lavrador com o seu trabalho” (NAHUM, 2011, p. 85). Neste sentido, também aborda seu R. N. O, a relação do dono do engenho com os moradores locais ao afirmar que:

Olha isso, por isso que estou te dizendo, todo trabalho é trabalho escravo, isso ele trabalhou no trabalho escravo, o velho Murilo, por

exemplo, tu, vamos fazer uma comparação aqui, nós dois, tu é o Ernandes, eu sou o Pituica, eu sou *aviado* por ti, olha aí eu chego contigo, eu chegava contigo, olha seu Ernandes eu vou fazer um roçado. Para quanto milheiro de olho, eu quero plantar 60 milheiro de olho, ele fazia o cálculo, tu quer dinheiro para derruba, para roçada e que derruba é. Então, ele, ele te dava aquele dinheiro. Aí sim, aí tu dizia tá Pituica tu vai fazer o roçado na área dele, que o terreno daqui tudo era dele. Dava o dinheiro para eles, aí tu ia fazer o roçado, fazer o roçado, tu chamava aí chamava, por exemplo, 10 trabalhadores, aí tu ia fazer o roçado, esses 10 quem pagava era tu, tu era *aviado*, ele não tinha nada a ver com o peixe. Aí tu pega aqueles 10 trabalhadores, eles, os 10 roçavam, como falei, derrubavam, tocavam fogo, plantavam, aí quando era para fazer a primeira capina, tu tinha que voltar de novo, olha seu Ernandes, fazer a primeira capina, aí tornava dar aquele dinheiro para ti mandar fazer a capina, aí chamava mais cinco ou seis mulheres, era a mulherada que era boa para capinar, ia capinar, primeira capina, segunda, na terceira já dava para tirar a cana, e aí, depois que a cana estava no ponto para cortar, aí tu ia mandar cortar a cana, tu chegava lá no engenho, olha seu Ernandes, tem 10 barcada de cana no roçado, manda 10 batelões amanhã para lá, aí mandava, ele mandava os 1º batelão, pegava o pessoal dele iam buscar a cana, o que trabalhava, buscar a cana, enchia os 10 batelões e no engenho trazia e jogava aí. Aí passava uns três a quatro dias vinha, olha seu Ernandes tem 10 barcadas aí assim que ia até terminar. Ele dava o do corte para ti, por exemplo, para ti pagar o pessoal para cortar, o corte era pela conta dele, o dinheiro, para pagar, ele dava o dinheiro, aí quando terminava, por exemplo, terminou o corte do roçado né, olha de 110 barcada de cana, 110 batelões de 10 prasqueira, 110, aí essas 110 prasqueiras de cana, 110 batelões de cana que deu aí que ia ser o trabalho escravo, aí ele ia justar a conta contigo, aí por exemplo, a tua cana vamos supor que agora em dia desse três milhões, num dia de hoje, 100 barcada de cana, 110, desses três milhões, aí ele ia tirar o dinheiro do corte, para cá separado, ele ia tirar o dinheiro da roçada para cá separado, ele ia tirar o dinheiro da capina para cá separado, né, tudinho. Aí sim, aí que ele ia somar, por exemplo, desses três milhões, sobrou 800, sobrou 800 reais, sobrou 800, aí desses 800 que ele tirar aqui 400 pra ti e 400 é meu. Tu já entendeste como é, quer dizer que quem ganhava o dinheiro tudinho era ele, sem fazer nadinha, nada, sabe o que não fazer nada. Isso que é o trabalho escravo (R. N. O, 73 anos).

Esta era uma forma de relação que existia no trabalho do engenho em que o dono do empreendimento tinha uma pessoa de confiança responsável em fazer o trabalho do roçado de cana, chamado na época de *aviado*. Este contratava os trabalhadores, para trabalharem nas terras do dono do engenho, que por sua vez financiava todo processo de produção. Porém, quando pronto o roçado para coleta das plantações da cana, ele explorava a mão de obra, uma vez que a metade da produção era dele.

Muitos moradores que tinham a posse da terra, também, estavam de alguma forma atrelados ao senhor do engenho, tendo em vista que essa produção “particular” era destinada também ao engenho, porque o dono do engenho era quem arcava com todo processo de produção, desde a derrubagem até a colheita final. Em troca, ficava com a maior parte da produção, porque nos ajustes de conta ele subtraía toda a despesa realizada com o canavial, a partir daí que fazia a divisão do lucro, isto é, a maior parte da cana era do senhor do engenho. Benedito Vasconcelos da Costa, de 93 anos, afirmou que essa forma de exploração aconteceu com a família dele.

Além de ganhar dinheiro, usando das terras dos demais proprietários/moradores, quando fazia investimento no roçado de cana-de-açúcar, também ganhava dinheiro com o processo de aviamento/escambo/troca em que fornecia mantimentos e benfeitoria em geral no barracão do engenho para os trabalhadores que sempre ficavam endividados com o patrão (dono do engenho). O sistema de aviamento é considerado uma forma de imobilização da força de trabalho em que a escravidão é o caso extremo.

Mas com o declínio/decadência do cultivo da cana-de-açúcar por volta de 1973, e com a chegada de novos moradores trazidos para trabalhar nos engenhos, como tratado acima, para trabalharem no roçado, no período canavieiro, a cana-de-açúcar, cedeu lugar ao plantio do cultivo do fruto de açaí. Entre outras culturas agrícolas, o açaí é considerado a maior produção da comunidade local, onde os novos moradores juntamente com os antigos foram construindo famílias e criando as vilas, habitando o território como um todo.

Com o fim da atividade canavieira, as terras ficaram sobre posse dos moradores do lugar (trabalhadores do engenho) que construíram suas casas nas terras do patrão, quando prestavam serviços ao engenho, como me relatou em entrevista R. N. O “Essa terra quando acabou os engenhos, já tava povoado, porque os trabalhadores tudo já morava na terra”. Outras partes das terras, foram doadas aos trabalhadores aviados por conta da dívida histórica que o dono do engenho tinha com eles, que foi o que aconteceu com a família do Sr. J. M. C, que me informou que seu pai teria trabalhado mais de 40 anos com o Sr. Murilo e como dívida que tinha com seu pai, ele deu a terra para tomar posse definitivamente, uma vez que já morava nela.

Deve-se registrar sobretudo que os antigos moradores que já habitavam a terra, mas também foram explorados no trabalho do engenho, os responsáveis pela auto identificação quilombola pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 2022.

Na realidade atual de Campompema está presente na comunidade também uma forma de organização do trabalho em mutirões, onde grupos familiares se reúnem para tarefas conjuntas, cooperando uns com outros no processo produtivo, seja na produção do matapi, na roçagem, na construção de casas, quando necessário etc. Esses grupos são compostos de 5 a aproximadamente 8 pessoas e podem ser formados por membros de um mesmo grupo familiar ou por vizinhos¹⁶ próximos em termos de cooperação e participação, inclusive em rituais de comemorações (batizados, casamentos, aniversários etc).

Para situar melhor o mutirão, tomo o caso de um grupo doméstico específico em que os integrantes desenvolvem tal prática no modo de produção familiar. Nesse grupo de pessoas, participam apenas 04 irmãos efetivamente, às vezes, a esposa e/ou filhos participam do processo e reunião para o trabalho em mutirão acontece na casa dos pais, como no caso por mim presenciado em que a esposa¹⁷ de um dos produtores de matapi participou do processo. O foco principal do mutirão deles foi a confecção do matapi. Através do mutirão, também praticam outras atividades, sendo exemplos, a roçagem e o manejo do terreno, por exemplo.

No entanto, a análise aqui apresentada é a do mutirão com a produção de matapi, a qual tive a oportunidade de estar acompanhando, então presenciei a atividade sendo desenvolvida *in loco* e, sobretudo, pude conversar com os membros do grupo como forma de ouvir seus relatos e, principalmente, observar como acontece o trabalho do mutirão praticado por eles, detalhado a seguir.

Semanalmente, às terças-feiras, eles se reúnem o dia todo para produzirem o matapi.

¹⁶ Usamos o termo vizinho para referendar as pessoas não parentes, mas sim por residirem no mesmo território do grupo doméstico e que compartilham do processo de mutirão.

¹⁷ Quando o mutirão acontece na casa de um dos integrantes do grupo, os filhos e esposa deste participa do processo produtivo.

Fotos 11, 12, 13 e 14 - Mutirão de produção de matapi



Fonte: Marcilene Azevedo

O trabalho é feito em forma de alternância, isto é, a cada semana o mutirão acontece na casa de um dos membros do grupo. E toda produção de um dia de produção/trabalho é destinado especificamente ao membro onde acontece o mutirão. Entretanto, esse membro do grupo tem algumas atribuições em relação aos demais integrantes. E uma delas, é garantir a alimentação aos integrantes do mutirão, como mingau, suco, café com pão e/ou bolacha nos dois turnos de atividade, manhã e tarde. O almoço não entra nessa responsabilidade, cada integrante do grupo traz o seu.

O trabalho inicia as 07: horas da manhã e encerra as 17: 00 horas, sendo o intervalo do lanche as 09: 30 e para o almoço as 11: 00. É importante salientar, que o responsável pelo dia do mutirão, atua como se fosse espécie de “dono” da força de trabalho dos demais, uma vez que, neste dia ele determina o tipo de trabalho que será

realizado pelo grupo. No caso do relato etnográfico aqui apresentado, o trabalho solicitado ao grupo foi realizar a produção do matapi.

Outro detalhe importante observado é que todos do grupo sabem fazer o matapi por completo, não sendo especialista em apenas uma etapa de produção, mas no todo. No caso presenciado, observei todos fazendo o tecimento do corpo do matapi/pano (parte que forma o cilindro do matapi), do funil (parte que tem o formato de um cone, quando pronta), da tampa (por onde se isca e retira os camarões após a pesca) e, também, as conexões entre as partes, formando assim a totalidade do processo produtivo.

Além do mais, o responsável (“dono”) pelo dia do mutirão usa de estratégias que antecipam o processo de confecção, pois antes, prepara toda a matéria-prima, deixando-a pronta para o uso. Neste processo, desbucha as talas, quebra as talas que formarão o cilindro, as talas do funil e da tampa, visando assim dinamizar o trabalho dos demais trabalhadores daquele grupo de mutirão, que se dedicam apenas ao fazer do processo produtivo em si. Assim, acaba tendo uma maior produção porque as etapas anteriores já foram realizadas.

Durante o dia observado, o grupo produziu em um dia 40 matapis, produção que foi destinada ao dono do mutirão daquele dia, sendo que este, além das demais atribuições já elencadas, tem a função de comercializar a produção na feira do comércio da cidade de Abaetetuba, ou a barqueiros viajantes para o estado do Amazonas que levam esses apetrechos para serem comercializados lá. Na comercialização o valor de cada unidade de matapi é 15 reais. Significa dizer que, todo o lucro do processo de confecção e comercialização do matapi é de apenas um dos integrantes do grupo, do morador onde o mutirão se sucedeu. Como contrato/atribuição é “obrigado” a trabalhar no mutirão dos irmãos, nas semanas subsequentes.

O trabalho do mutirão no território é bastante evidente, uma vez que por mais que um grupo doméstico A produza os matapis etc, o grupo B acaba contribuindo com a existência do trabalho de A, tendo em vista que é coadjuvante no processo de manutenção desta atividade específica do grupo A, quando compra, encomenda desse

próprio grupo esse instrumento de pesca. Essa contribuição também é visível em outras atividades, inclusive com a carpintaria naval artesanal, por exemplo.

Essa partilha de vida, de fazer junto, de colocar-se a saber ou ajudar o outro, também acontece durante a morte. Em relação a questão da morte de um ente querido exige uma espécie de ritual específico. Neste dia, a família do falecido organiza uma espécie de banquete para receber os vizinhos e parentes que vem fazer a última despedida ao morador. Aos vizinhos e parentes que chegam à casa do falecido, são oferecidos desde café até almoço ou sopa, em muitos casos. Esta forma cultural vem sendo preservada até hoje.

1.3 - Ritual de morte entre os Campompemense

Outro detalhe importante sobre a morte, diz respeito que esta interfere no processo produtivo da família, pois em respeito ao ente querido, as famílias ficam oito (8) dias sem trabalhar na lavoura ou pesca. Além dessa situação específica, caso a família descumpra essa espécie de luto ritual e, sobretudo, saiam para extrair produtos da natureza, dizem os idosos, que as árvores frutíferas ficarão futuramente improdutivas e/ou a produção é comprometida. Por conta disso, geralmente as famílias guardam uma economia financeira para uso em períodos em que terão que se ausentar do trabalho produtivo por consequência de morte e também na entressafra do açaí, por exemplo, período que corresponde a perda de um bem natural.

Em entrevista de campo, conversei com o morador, Sr. J. M. C, de 63 anos de idade que me relatou a seguinte situação que aconteceu com o grupo doméstico do qual é integrante. Segundo ele, certo dia, o pai conversou com os filhos informando que na próxima semana, período em que aconteceu o fato, há 43 anos atrás, momento em que era jovem, tinha por volta de 19 e/ou 20 anos de idade, teriam juntamente com ele e demais moradores que trabalhavam com a família no roçado de cana-de-açúcar, fazer uma espécie de capina no canavial em que seu pai era responsável, uma vez que a terra, era de um dono de engenho, cujo nome era Murilo Carvalho¹⁸, para quem prestava

¹⁸ Família de um grande empresário de Abaetetuba e de um político influente que por várias vezes foi prefeito do município, cujo filhos, hoje falecidos. Atualmente, a prefeita da cidade é da família Carvalho, filha do prefeito falecido, exercendo sua terceira gestão no município.

serviço de plantio, roçagem/capina, queimagem, derrubagem, corte e entrega final da produção ao dono do engenho. Esses serviços são necessários para que se tenha um canavial de produção de cana-de-açúcar.

Como responsável pela plantação de cana e pela mão de obra dos demais, seu pai, era quem tinha contato diretamente com o dono do engenho, onde segundo seu José Maria, trabalhavam como aviado (semanalmente eram pagos pelos serviços prestados no canavial), seu pai era quem recebia o dinheiro e repassava os valores aos demais trabalhadores do roçado de cana.

No entanto, dias antes de executarem o trabalho, uma cobra jararaca (*Bothrops jararaca*) de rabo amarelo o picou. Na época o pai foi transferido para Belém do Pará, as 07: 00 horas da manhã, mas só conseguiu atendimento, por volta das 18: 00 ou 19: 00 horas da noite. Infelizmente, não conseguiu sobreviver dos efeitos do veneno.

Antes de ter passado os 8 dias de falecimento do pai falecido, o Sr. J. M. C contrariou ao pedido da mãe que o disse para não ir ao roçado de cana-de-açúcar. Ele mesmo assim insistiu e foi até ao canavial executar o trabalho de capinagem, como havia sugerido o pai, antes de morrer, e lá estando, resolveu adentrar na plantação de cana-de-açúcar, onde havia uma grande quantidade de formiga de fogo, e, segundo ele, ninguém devia entrar ali.

Retornou a sua casa, deixou passar os 8 dias, voltou ao roçado para fazer o corte da cana, mas ao estar fazendo o trabalho, percebeu que parte da produção da cana estava estragada, gerando, obviamente, um grande desperdício no processo produtivo, sem contar que associou o caso, ao respeito que se deve ter quando morre um membro do grupo doméstico, isto é, deixar passar os 8 dias para a prática da agricultura. Assim, compreende-se que os conhecimentos dos povos tradicionais são vivências no território e que “nada vem do nada” (O’DWYER, 2013, p. 11). Tudo que dizem, comportam experiências vividas.

Os corpos dos mortos são velados na casa da família antes de serem levados a cidade para serem enterrados. Mas antes do cortejo sair da casa, existe o momento da reza do terço, onde o caixão permanece aberto para despedida, primeiramente, da

família e depois dos parentes e amigos, salvo em caso de recomendação médica que o mesmo fique o tempo todo fechado.

O deslocamento do corpo até a cidade é feito através de “procissões”, onde na maioria dos casos várias embarcações acompanham a embarcação principal que leva o corpo até chegar ao porto da cidade. Em seguida, o corpo é levado para a igreja católica matriz, caso seja da religião católica, onde o caixão é novamente aberto para receber a reza final e a água benta jogada no corpo do morto.

Os evangélicos seguem cultura diferente, sendo o pastor que faz a oração final na própria residência e neste momento segue com o corpo para o destino final e, se faz o enterro no cemitério municipal. No cemitério, também é aberto novamente o caixão e nesse momento é dado o adeus final por parte da família e amigos. Desta forma, a morte é vista como o momento mais difícil da família, pois um membro acaba de deixar de fazer parte do grupo doméstico. Todo esse ritual dura em média 1 (um) dia e meio. Onde encerra-se com o sepultamento no jazigo da própria família ou parente.

No dia seguinte ao sepultamento, as famílias recebem parentes e amigos para rezar, às 18 horas, o terço, o que ocorre durante sete dias após sepultamento, sendo que no sétimo dia antes é realizada a missa de 7º dia e no final do outro dia, o 8º, encerra-se o ritual com o terço. Para os evangélicos, todo ritual da morte acaba no dia do sepultamento.

Ainda algumas poucas famílias mais tradicionais preservam costumes relacionados à morte, tais como:

- Durante 8 dias não assistem televisão;
- Por um ano não é ligado qualquer espécie de aparelho de som;
- Durante 8 dias não se deve trabalhar na agricultura;
- Só saem para eventos como: festas, festejos de santos, casamento, aniversário, depois de um ano e;
- Somente depois de 8 dias que fazem a prática esportiva do futebol.

Em relação aos saberes, rituais, costumes, produção provenientes do contexto das águas considera-se que “A imagem do rio está associada à alimentação, ao transporte, ao lazer, à higiene, ao trabalho e às condições naturais e de vida” (OLIVEIRA, NETO, 2008, p. 70). Assim, adiante compartilhamos nossa experiência e a vivência de *ribeirinhos quilombolas* com o trato com os rios, seja pelo viés do trabalho da pesca e outras formas, pela transitividade, pelo banhar-se, pelo brincar das crianças etc. Na voz dos próprios sujeitos pesquisados R. C. F. P e R. N. S, respectivamente, “As águas até hoje ainda são tudo pra nós, pra sobrevivência nossa”, “A água aqui é rua, é estrada é tudo”. Neste sentido, o viver ribeirinho depende, em grande medida, do contato com a água, pois como relatado pelos entrevistados, é do rio que se alimentam e ao mesmo tempo retiram o sustento da família, isto é, o rio é considerado à base de tudo.

1.4 - O contexto do espaço das águas para os *assentados quilombolas* de Campompema

Campompema é uma ilha do território Amazônico cercado por rios, furos e igarapés que fazem parte da hidrografia da região rural-ribeirinho local, comumente, presente, no ciclo cultural e relacional dos moradores, assim como residente por entre rios e a terra, sendo que usamos esses espaços para reproduzirmos nossa existência como comunidade tradicional. Assim, os modos de produções estão entrelaçados pelos espaços das águas e terras, tendo em vista que:

Para os grupos locais, ao contrário, o seu conhecimento tradicional é inseparável das suas práticas de habitar a terra. E isto porque é nas relações estabelecidas com a terra, seus animais e plantas, que o conhecimento é gerado (INGOLD, KURTTILA, 2018, p. 172).

O contexto rural-ribeirinho amazônico é movido de saberes, culturas, imaginários, culinárias, lendas que representam as particularidades dos modos de ser e de viver dos sujeitos locais.

Para exemplificar, as crianças do espaço ribeirinho participam das atividades produtivas da agricultura familiar, desde os primeiros anos de nascimento, quando acompanham os pais para o trabalho e, sobretudo para saber lidar e conviver com o

ambiente da natureza. Manuseando instrumentos de trabalho e convivendo com múltiplas formas de aprendizados do contato direto com o território.

Compreender a dinâmica do espaço do contexto da realidade rural-ribeirinho na Amazônia, particularmente da ilha do Campompema, Abaetetuba-Pará, é não fazer muito esforço para compreender que os sujeitos dessa comunidade sobrevivem de variados modos de produção familiar praticado diretamente no contexto do território tradicional que ocupam, “Dependendo do rio e da floresta para quase tudo” (LOUREIRO, 2016, p. 128), é o que acontece na experiência produtiva com o açaí, o matapi, e o supultamento de um morto conforme relatados anteriormente, como práticas sociais que ditam relacionamentos entre humanos e o ambiente.

Ao entrevistar os moradores (R. N. S) e (R. C. F. P) registrei mais esses entrelaçamentos em seus relatos bem como a importância que dão ao território, local em que vivem, dizendo que tem de tudo onde moram, tem caça, lenha para fazer fogo, pescados, plantios de açaizeiros, plantas frutíferas, entre outras, além do mais, o senhor (R. N. S), trabalha com a especialização da carpintaria naval. Eles me disseram:

É, a gente que é ribeirinho trabalha de tudo, a gente faz de tudo porque não tem emprego fixo aqui, não se trabalha de carteira assinada. A gente tem nosso açaizal, a nossa plantação, nossa fruteira e se vive disso. Fazemos o que dá pra fazer, o que se aprende a fazer por fora disso a gente vai fazendo, e não estuda pra fazer isso, a gente aprende a fazer. Aprendi o trabalho de pescar, de açaizal, de fruta, de plantar e depois disso aprendi trabalhar com máquina com motor, aprendi a trabalhar de carpintaria. Aí de barco eu faço graças a deus tudo né, a gente mexe com essa coisa também. (R. N. S, pesquisa de campo).

Tem outras coisas para admirar. Aqui a gente não sente tanta necessidade, qualquer coisa que a gente precisa, eu tenho. Vamos dizer, uma boia, possa que eu não tenha como comprar, tem onde pegar. A caça, um dia desses cheguei da reunião, eu desci aqui porque tinha um pintinho que eu criava ali, tinha uma mucura andando que [...] quase que eu pego ela porque ela tava bem aqui, nessa açaizeira aí tem muito apelo pra viver. Se não tem o gás, tem a lenha e a água, vamos dizer que ela, ela esteja um bom bocado poluída, mas a gente tem. Olha, a rádio tava avisando que lá fora ficam não sei quantos bairros sem água e nós aqui não tem isso. Graças a Deus que por mais que ela esteja poluída, mas a gente tem, ela serve, a gente tem acompanhado os meios de comunicação a gente vê o sofrimento dessas pessoas que vivem na capital e ficam sem água, quando mostra a qualidade da água que está caindo da torneira, a gente fica sentido

né. Então, essa vantagem a gente tem, tem o peixe, o camarão (R. C. F. P, pesquisa de campo).

Abordando particularmente o espaço das águas que, segundo o entrevistado (R. N. S) os ribeirinhos optam em fazer suas casas às beiras dos cursos fluviais por considerarem que os rios, furos e igarapés são como estradas, por onde fluem pessoas, mercadorias, barcos, rabetas, rabudos etc, onde:

Circula tudo. A água aqui é rua, é estrada, é tudo. Deus o livre o cara morar na ilha sem ter água, é uma coisa muito ruim, tem lugar que seca, tem rio que seca e é uma dificuldade, a pessoa fica presa, de repente uma doença à noite é ruim. Tem que ver onde é todo tempo normal pra viajar, é uma tranquilidade (R. N. S, pesquisa de campo).

Na fala do ribeirinho entrevistado, Raimundo Silva, estão explícitas que pela água “circula tudo”: escoamento da produção da agricultura familiar foi o caso do açaí no tempo forte ou de safra intensa; trânsito de embarcações nas constantes travessias comunidade-cidade ou campo-cidade para comercialização; tipos de pescas e seus respectivos horários para praticá-las, levando em consideração a sazonalidade dos rios/águas. São esses conhecimentos dos rios e sobre os rios que permitem ao ribeirinho planejar toda sua vida no espaço local.

O espaço do rio para os ribeirinhos amazônidas é uma complementariedade do território da terra, pois grande parte do modo de reprodução da vida é praticada nele. Novamente, no rio as crianças ribeirinhas brincam, andam de canoas, remam etc.; com os pais praticam variados tipos de pescas (matapi, rede, espinhel, lancear, dentre outros). “Além dessas recorrências temáticas, o painel épico da comunidade também é composto das narrativas mítico-lendárias” (FARES, 2008, p. 104), lenda do boto, cobra grande etc.

O ribeirinho depende do rio praticamente para tudo, ele determina maré de pesca, tempo e hora para se locomover de canoa, barco, rabudo etc. Para o entrevistado Raimundo Pereira é importante observar a questão da sazonalidade da água para a prática da pesca com o matapi, afirmando que, quando é no inverno amazônico tem-se que suspender a pesca com o matapi, sobretudo, as margens dos rios, uma vez que na água *lançante*, o camarão tende a adentrar nas matas para se alimentar. Além do mais,

no relato do entrevistado, ele menciona que as observações das árvores de miritizeiros com muitos frutos é indicativo de que o ano vai ter muito camarão, do contrário, é sinal de que o ano vai ser de decadência do marisco. Tudo bastante trançado nos modos de conhecimentos experienciais e manejo do o meio ambiente. Assim diz:

Quando a água vai lançar tem que passar 2, 3 dias que não se pode pescar, no lançante. Quando a água lança, tem que deixar passar aquela lua, dia de lua, pra poder a gente começar a pescar novamente no inverno. Já no verão, não, é uma pesca normal, mas no inverno tem muito a ver com a lua. Nós quando pescava direto camarão, que nós sobrevivíamos da pesca de camarão, nós já sabíamos tudo esses conhecimentos, porque a gente tava no dia a dia, né? Então, quando estava muito miriti nas árvores sabia que ia ser um inverno farto de camarão, quando as árvores tinham pouco miriti a gente já sabia que ia ser um inverno carente de camarão. Então era tudo assim, era a questão da pesca (R. C. F. P, pesquisa de campo).

Quando é inverno ele dá no meio do mato porque ele sobe em cima da terra pra ir mariscar. Quando é verão ele só vai até na ribanceira, na beira da ribanceira pra fora e, quanto mais a água vai quebrando, mais a gente vai arredando o matapi pra fora. Quando a água vai lançando a gente vai subindo com o matapi, vai subindo no verão até na ribanceira que é onde divide o rio do mato. Mas quando é no inverno a gente só trabalha na questão do mato, já pega mais no mato porque o camarão sobe com a maré e vai mariscar no mato e a gente vai com o matapi coloca no mato pra pegar eles (R. C. F. P, pesquisa de campo).

Além disso, o rio serve para realizar:

a pesca, a fim de complementar suas atividades produtivas de subsistência; realizar suas práticas de higiene e de preparo da alimentação; deslocar-se para a cidade, a fim de fazer compras, ir ao banco, ao hospital, à escola e a universidade etc. [...]. Além disso, o rio se constitui num autêntico espaço de lazer da comunidade, fazendo-se, assim, num *locus* social, cultural e educativo (CORRÊA, 2008, p. 37).

Nos rios, nas águas, as crianças praticam a cultura do brincar. É pelas águas, também, que as crianças aprendem a brincar uma com as outras, criam brincadeiras, fazem o rio de campo, quando praticam o futebol aquático, usam-no como espaço de esconderijo na brincadeira de pique-esconde ou mergulham nele para fugir da mãe, no brincar de pega-pega. Segundo os entrevistados (J. M. C) e (M. A. S), os rios são

apropriados pelas crianças para além da pesca, como citam o brincar e a diversão nas águas, ao passo que:

Ali no Tonho, eles têm banheiro lá atrás, mas eles não querem tomar banho lá no banheiro, eles querem água a vontade para ficar na anarquia [...]. As crianças vão para o rio, elas gostam disso de pular, de tá nessa anarquia no rio (J. M. C, pesquisa de campo).

A gente falava assim nadar, pegava e vamos embora porfiar para ver quem chegava. A gente determinava um local para quem chegasse primeiro ganhava a corrida, era quem nadava mais rápido. Agora, esse meu filho ele ainda vai, tem meus sobrinhos pra li, eles se juntam às vezes para jogar bola nas águas, eles pegam uma bola e vão jogar, eles fazem assim: eles pegam de um pau no outro é a trave (M. A. S, pesquisa de campo).

Na água eles pegam a bola e jogam, aí a bola passou do... aí tem o goleiro lá e fica para cá de novo, isso eles ainda fazem, às vezes eles somem daqui. Onde eles estão? Tão tomando banho lá para vila, que a gente fala aqui, eles estão nessa brincadeira, os filhos dele, do Luís, que se juntam, o Maycon eles se juntam e vão para lá eles pegam uma bola e vão para lá, eles ainda têm isso (M. A. S, pesquisa de campo).

Neste sentido, os rios para os ribeirinhos Amazônidas têm múltiplas funcionalidades, servindo desde espaço de brincadeiras, ambiente de trabalho (pesca), locomoção, a construção da identidade de ser ribeirinho quilombola, a partir de uma cultura e de modos de vida próprios de quem habita o território das águas da Amazônia.

As considerações até aqui tecidas/empreendidas, também, leva-nos, a afirmarmos/inferirmos que o espaço rural-ribeirinho Amazônico, representa um espaço de morada (moradia), trabalho, travessias, relações sociais, vivências, produção familiar, costumes, culturas, imaginário, brincadeiras, diversões, circularidade de objetos, produtos e, sobretudo de pessoas, incluindo homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que praticam, preservam, criam e recriam neste território seus modos de vida e de trabalho.

Cotidianamente transitam nos/pelos rios de canoas, rabudos e rabetas para realizarem suas práticas culturais da pesca, do se banhar e brincar nos rios, etc.; usam os rios não somente como fonte de subsistência, mas para se deslocar a feira de Abaetetuba a fim de fazer a comercialização dos produtos, sejam eles, artesanais (paneiro, rasa, matapi, rede de lancear, brinquedo de miriti, crochê, entre outros),

comestíveis de origem do território da floresta (manga, jambo, açai, miriti, cacau, banana, taperebá, bulhuçú, abiu, etc.), naturais de origem do curso d'água, como pescados de tipos diversos (mandii, mandubé, piaba, pescada, dourada, acari, mapará, areruta, ituí terçado, etc). Assim, o território ribeirinho apresenta-se com múltiplas funcionalidades na vida destes sujeitos que “Entre o rio e floresta, a experiência transcendente resulta de experiências vividas” (LOUREIRO, 2016, p. 127).

Transformam a natureza em local de trabalho, tiram dela o sustento, compartilham experiências e, sobretudo, criam suas identidades de ribeirinhos quilombolas amazônidas a partir da reprodução dos modos de viver e habitar o contexto local, “segundo modos de fazer, criar e viver” e ainda “O rio e o igarapé aparecem como relevantes para as práticas sociais das comunidades rurais-ribeirinhas, sendo enfatizada as suas múltiplas utilidades para as populações locais” (OLIVEIRA, NETO, p. 71).

Do conjunto de atividades que são desenvolvidas por toda a comunidade nos espaços dos rios e da terra vou me dedicar a certos níveis de especializações técnicas em específico, da produção e da pesca com o uso de matapi, uma vez que neste instrumento de pesca, a produção é uma especialização compartilhada pela maioria das famílias e, na carpintaria naval artesanal onde somente alguns carpinteiros artesanais fazem o processo, incluindo o trabalho dos calafates pintores, tratando de todas as suas etapas e níveis de escalas de embarcações.

1.5 - A região e os habitantes do *assentamento quilombola* São João Batista, Abaetetuba, Pará, Brasil

Abaetetuba (Mapa 1), no Pará, é um município marcado historicamente por apresentar perfil predominantemente rural¹⁹, com prevalência da agricultura e extrativismo familiar. O município é conhecido pelos moradores locais com as seguintes divisões: sede (cidade), estradas, ramais e ilhas (zona rural). A sede corresponde a uma porção mínima do território, a zona rural (estradas e ramais) e as ilhas compõem a maior parte do território local.

¹⁹ O município de Abaetetuba possui um território que em sua maioria é área rural, representada por matas, florestas, rios, furos e igarapés, tornando-se assim uma localidade com característica agrária.

Em termos populacionais o município agrega um montante de 141.100 habitantes, distribuídos no espaço urbano: 82.998 e rural: 58.102, contribuindo para que este ocupe a sétima posição da cidade mais populosa do estado do Pará. Deste total de habitantes 71.630 são do gênero masculino; e 69.470, do gênero feminino, formando assim a população municipal local, de acordo com os dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Quanto ao nível de escolarização da população, os dados do IBGE demonstram que para pessoas de 6 a 14 anos a taxa de escolaridade foi de 97,7% em 2010. Enquanto que para a população de 25 anos ou mais, os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2010) salientam que 18,58% dos moradores eram analfabetos, 37,24% tinham o ensino fundamental completo, 25,33 % possuíam o ensino médio completo e apenas 4,53% da população tem formação em nível superior completo.

Tratando-se especificamente da educação em nível municipal local, os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba (Semec) demonstram que em 2019 foram matriculados 21.532 estudantes, distribuídos de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 2 - Dados de alunos matriculados na educação infantil, ensino fundamental menor e educação de jovens e adultos (EJA) de acordo com o Censo 2019.

	EDUCAÇÃO INFANTIL						ENSINO FUNDAMENTAL					EJA			GERAL	
	Berçário	Maternal I	Maternal II	PERÍODO I	PERÍODO II	TOTAL	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	TOTAL	1ª ETAPA	2ª ETAPA		TOTAL
SEDE	230	477	1024	1247	1266	4244	1286	1365	1571	1476	1403	7101	106	253	359	11704
ILHAS	0	0	0	575	668	1243	756	722	1137	944	949	4508	76	98	174	5925
ESTRADAS E RAMAIS	0	36	44	482	464	1026	459	458	605	559	546	2627	89	161	250	3903
TOTAL	230	513	1068	2304	2398	6513	2501	2545	3313	2979	2898	14236	271	512	783	21532
	1811			4702		6513	2501	2545	3313	2979	2898	14236	271	512	783	21532
21532																

Fonte: Semec, Abaetetuba, 2019.

Para acolher esse quantitativo de educandos existem 5 creches, 6 escolas que atendem somente ao público-alvo da educação infantil, 21 escolas unicamente de ensino fundamental e 140 escolas que ofertam ao mesmo tempo a educação infantil e ensino fundamental, totalizando 172 escolas municipais. É importante frisar que apenas os segmentos de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental estão sob a dependência administrativa municipal. O segundo ciclo do Ensino fundamental e o Ensino Médio são administrados pela Secretaria Estadual de Educação do Pará (Seduc).

A oferta de educação infantil e ensino fundamental menor sob a responsabilidade do município está prescrita pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96) e Constituição Federal de 1988, que definem

§ 2º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (BRASIL, 1998).

V - Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência [...] (BRASIL, 1996)

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB - Per Capita), Abaetetuba apresenta um valor de R\$ 7.960,05 (IBGE, 2010), cuja arrecadação gira em torno de cobranças de impostos no comércio local e de produtos da agricultura familiar, sendo estas as únicas formas de arrecadação de renda no município, considerando que “a principal fonte de trabalho e renda é o comércio, além da agricultura, da pecuária e do extrativismo, notadamente de madeira, fibras, palmito e frutos de açaí e miriti” (IBGE, 2007 *Apud SILVA et al.*, 2015).

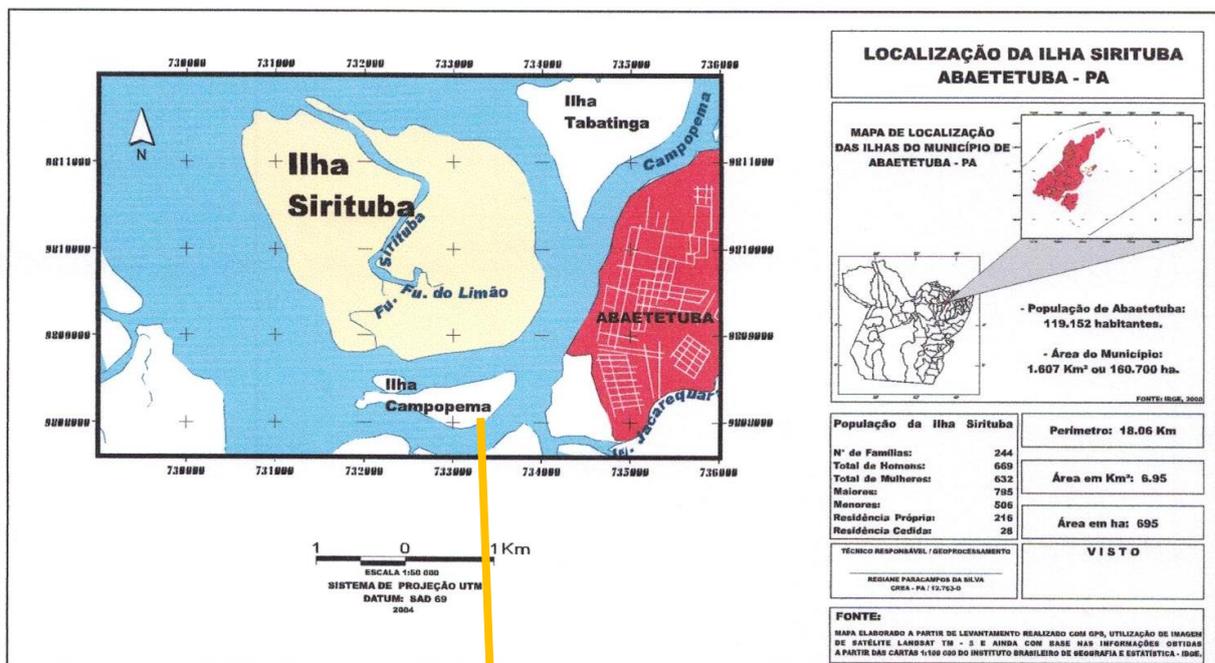
A agricultura familiar contribui satisfatoriamente para a renda do município, uma vez que a base da economia se concentra no extrativismo de produtos naturais, tais como: açaí, miriti, mandioca, pesca, entre outros.

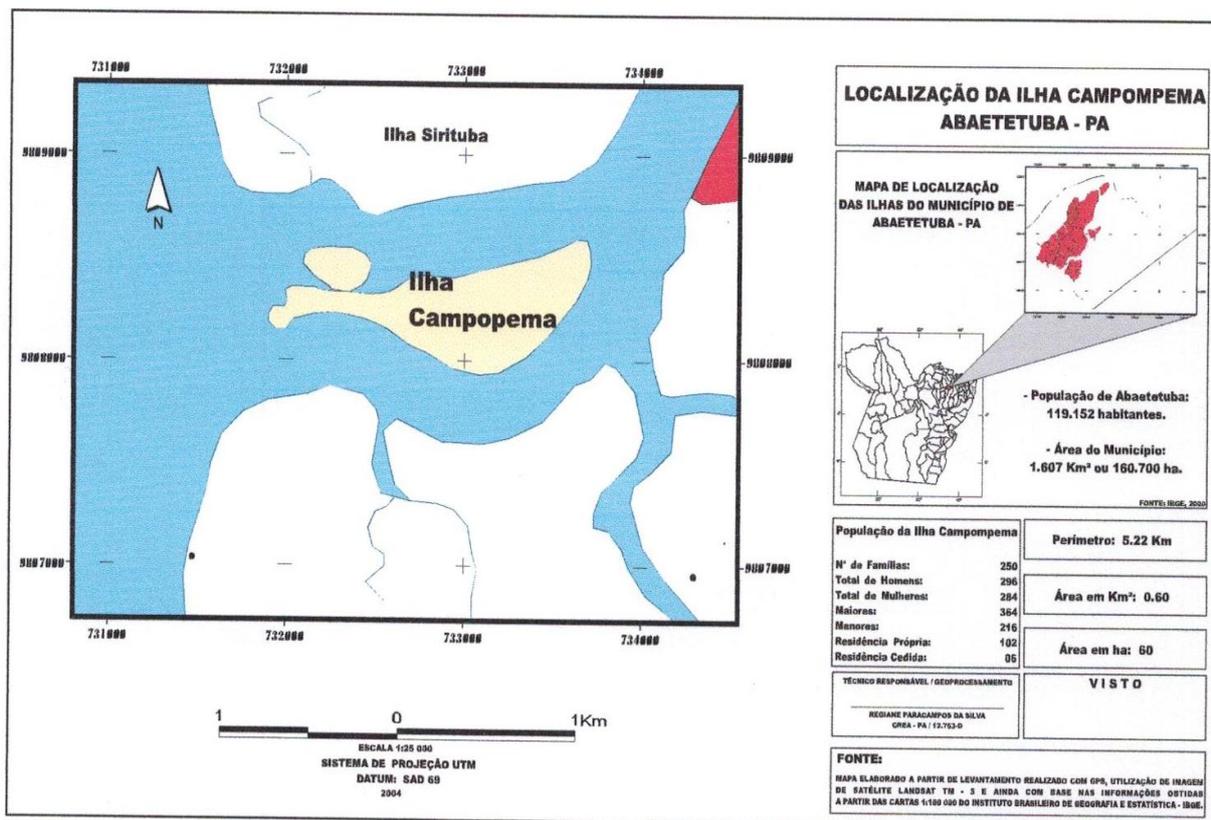
Atualmente a prefeitura municipal de Abaetetuba está comprando produtos da agricultura familiar local para fins de complementação de merenda escolar, na medida em que a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Como mostra o mapa, Abaetetuba limita-se geograficamente com os seguintes municípios da região nordeste do estado do Pará: “ao Norte com o Município de Barcarena e o rio Pará; ao Sul com o município de Igarapé-Miri; a Leste com o município de Mojú e a Oeste com o município de Limoeiro do Ajuru e com a Baía de Marapatá” (MACHADO, 1986, p. 60).

No mapa também são apresentados os territórios de ilhas e territórios de zona rural (estradas e ramais) que fazem parte do espaço local. Ao todo “o território do município de Abaetetuba (PA) é composto por 72 ilhas, 35 colônias de terra firme e 14 bairros urbanos” (FERRANTI, 2013, p. 15).

Mapas 3 e 4 - Localização de algumas ilhas de Abaetetuba.





Fonte: Adaptação do autor: seta indicativa da localização da Ilha Campompema.

É nesse mosaico de ilhas que estão assentados os ribeirinhos, os quilombolas, os extrativistas, os pescadores, etc. Como muito bem destacam Barros e Silva (2013, p. 47):

o município de Abaetetuba..está situado na região do Baixo Tocantins, distante cerca de 60 km de Belém, capital do estado, contando com um conjunto de 72 ilhas, algumas delas avistadas do cais da cidade. Estas ilhas são habitadas por comunidades ribeirinhas e quilombolas que mantêm ligação com a cidade em maior ou menor intensidade consoante a distância em que se situam em relação ao centro urbano. Cada ilha possui um nome, um padroeiro, uma memória, uma igreja católica e/ou evangélica; às vezes, uma escola.

Ao apresentar dados de pesquisa sobre alguns aspectos de Abaetetuba, Barros e Silva (2013), no artigo intitulado Os mingauleiros de Miriti: Trabalho, Sociabilidade e Consumo na Beira de Abaetetuba, Pará, fazem uma incursão sobre a localização do território e situam a relação das 72 ilhas com a zona do espaço urbano.

Na zona ribeirinha são praticadas inúmeras atividades produtivas. Pode-se mencionar, por exemplo, a pesca artesanal, com uso de caniço, redes, espinhel, com linha, e com matapi, bem como a carpintaria naval artesanal. São nestas últimas duas atividades que este trabalho se detém durante toda a discussão.

Como se sabe, as ilhas são o espaço onde está concentrada a água do território pesquisado. E essa água é o local propício e necessário para a prática social da pesca artesanal, sobretudo, neste estudo, da pesca com o uso do instrumento matapi.

O *locus* a que esta pesquisa se destina trata-se do *assentamento quilombola* São João Batista, Ilha Campompema. A porção do território situada abaixo da igreja católica e próxima da sede do município de Abaetetuba é denominada pelos moradores ribeirinhos de: Campompema Baixo ou setor Baixo. A porção situada acima da comunidade católica e que faz divisão com a ilha de Rio Acaraqui é tida como: Campompema Cima ou setor Cima; e a porção de terras situada à frente da igreja, ou seja, do outro lado do rio, é conhecida como: Campompema Meio ou setor Meio. Neste sentido, a ilha Campompema é dividida em: Campompema Baixo, Cima e Meio. O ponto de referência dessa divisão é, segundo Pereira (2016, p. 91), “a Igreja do Santo Padroeiro da Comunidade (São João Batista)”.

Fotos 15, 16 e 17 - Localização do Assentamento quilombola São João Batista, Abaetetuba, Pará.



Fonte: Foto 15 Rio Campompema baixo, Rosenildo Pereira, Pesquisa de Campo, abril 2018.



Fonte: Foto 16 Rio Campompema baixo, Rosenildo Pereira, Pesquisa de Campo, abril, 2018.



Fonte: Foto 17 Rio Campompema meio,

O território do *assentamento quilombola* é em sua maioria uma área de várzea, com um único espaço de terra firme, equivalente a uma porção mínima do território,

local onde fica situado o campo de futebol, usado para a prática de esporte na comunidade.

O *assentamento quilombola* São João Batista, como já dito, está localizado no município de Abaetetuba, no Estado do Pará. Quando dos primórdios da ocupação, há mais de 100 anos, existiam algumas poucas famílias que habitavam o território local. Dos moradores mais antigos vive ainda hoje Benedito Vasconcelos Costa (Tio Bitá-93 anos), entre outros. Devido aos poucos habitantes que ocupavam o mesmo espaço do território (que não foi possível estimar quantos eram), as residências se distanciavam, por alguns metros, umas das outras.

Sobre a noção de território presente neste estudo, segue os princípios propostos por O'Dwyer (2010, p. 47):

Tal conceituação remete à questão do (s) território (s) como um campo de disputas no qual as ações conjuntas dos atores sociais se orientam pelo reconhecimento dos direitos, segundo aceção deles próprios, alguns juridicamente regulamentados, outros que pretendem ainda vigência legal. Mas a ideia de espaço territorial não é estranha à reflexão antropológica, que procura relacioná-la à existência de outra série de espaços: sociais de trocas, colonial e pós-colonial, do Estado-nação, linguísticos, culturais e religiosos.

Quero frisar que o território aqui analisado pode ser apreendido nos termos de O'Dwyer (2010) e, neste sentido, representa um campo de disputa; os atores sociais lutam pelo reconhecimento de suas identidades e pertencimentos territoriais, embasados em direitos constitucionais garantidos mobilizando os interesses do próprio grupo social que reivindica e exige, que o estado brasileiro cumpra seu papel de agente fomentador da garantia de direitos territoriais, mediante a efetivação da regularização fundiária. Destacando, ainda, o entendimento de que, de acordo com a autora citada, o território carrega uma gama de fatores sociais que extrapolam o contexto da terra, como ela menciona: as trocas, a religião, culturas etc, que emergem dos construtos sociais elaborados pelos grupos domésticos atravessados pelas relações que dão sentido às concepções particulares de territorialidade.

Foto 18 - Território do *assentamento quilombola* São João Batista



Fonte: autor desconhecido. Foto de Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

As formas de fazer, criar e viver, no território local, davam-se pelas atividades do extrativismo de produtos diversos extraídos diretamente da natureza (açai, miriti, jambo, manga dentre outros), pela criação doméstica de pequenos animais (porco, galinha, pato etc.) e da pesca do tipo artesanal (matapi, rede de emalhar, espinhel, linha de mão, caniço), existentes nos primórdios do povoamento que sobrevivem até hoje, com configurações diferentes, considerando-se que “Estes povos eram exímios agricultores [...] desenvolvendo técnicas de pesca com anzóis, redes” (MURA, 2017, p. 45).

Existiam também os vendedores de plantas, usadas como remédio, pois estes se deslocavam entre as ilhas para comprar as plantas e, de posse destas, se locomoviam até a cidade de Belém do Pará, para sua respectiva venda. Benedito Vasconcelos da Costa (Tio Bitá), por exemplo, era um desses vendedores (“marreteiros”). O transporte utilizado para o percurso era, inicialmente, a canoa à vela. Percorriam um dia e uma noite para chegar ao seu destino de venda - Belém do Pará. Poucos moradores se

ocupavam desta atividade econômica na época. Alguns Grupos domésticos ainda fazem a comercialização de plantas, especificamente no comércio local. Os grupos domésticos entendidos aqui seguem perspectiva similar àquela desenvolvida por Fortes (2011, s/p), quando afirma que “O grupo doméstico é essencialmente uma unidade que possui e mantém a casa e está organizada para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros”. Assim acontece com os grupos domésticos desta pesquisa.

Outra atividade de trabalho em que se ocupavam os habitantes eram os engenhos (todos extintos hoje) de cana de açúcar, para a produção da aguardente. Há relatos de que existia escravidão nesses engenhos e, sobretudo, relações de trocas entre dono do canavial e trabalhadores (cortadores de cana-de-açúcar), como mostrado pela entrevista de seu Benigino Belo Silva publicada na Revista Memória e Revitalização Identitária (2009, p. 40) que menciona:

A escravidão nas ilhas de Abaeté durou até os anos 60, pelo fato de ter os engenhos de cachaça. Ser canavieiro, como eu fui, na época não era fácil. Eu fazia meu roçado a muito custo, trabalhando até com fome. E quando ia vender a minha cana eu vendia pro engenho só a metade, porque a outra metade era pro dono da terra.

Os utensílios como panelas usadas para se preparar os alimentos, os potes para armazenar água para consumo diário, o alguidar para amassar o açaí, produzidos a partir de barro de argila foram, ao longo dos tempos, substituídos por equipamentos industrializados no interior do *assentamento quilombola*. Alguns grupos domésticos ainda fazem uso desses objetos para armazenar água, por exemplo (pote, tina). Desta forma, “panelas, pratos, talheres, bacias, baldes, recipientes com propriedades térmicas etc., mas também outros de uso mais recente, como aparelhos mecânicos, elétricos e eletrônicos” (MURA, 2017, p. 53), foram introduzidos no contexto do território do *assentamento quilombola*, fazendo com que haja “um progressivo abandono de objetos construídos em favor daqueles adquiridos” (MURA, 2017, p. 53).

A comida se fazia usando fogo oriundo da lenha (pedaços secos de galhos de árvores) que eram arrumados uns sobre os outros, aos quais se ateava fogo, possibilitando chamas para o preparo dos alimentos. Estes fogos deram lugar aos

equipamentos industrializados, como o uso do fogão a gás. No caso do fogo à lenha, são poucos os grupos domésticos que ainda o utilizam, sendo este o caso com aqueles que o acendem para amolecer o fruto do miriti, tendo em vista que esse processo exige o uso do fogo por várias vezes durante o dia.

As habitações de antigamente não diferem muito das que são ainda hoje construídas submersas, por se tratar de área de várzea da Amazônia, tendo como suporte de sustentação o esteio de madeira do tipo rolice (redondos) extraídos da natureza. Grande parte das casas eram fechadas pelos lados, frente e atrás, com pequenas tábuas (fatias) de braço de miritizeiro, e com cobertura de palhas oriundas do próprio território. O assoalho (chão/piso) era a paxiúba (espécie de palmeira Amazônica, partidos/rachados ao meio em forma de tábua e preso ao chão com pregos de arame). Nestas abrigavam-se de duas a três famílias que compartilhavam o mesmo espaço.

Desta forma, depreende-se que,

As casas são dispostas a uma certa distância da beira do paraná, para evitar os efeitos das inundaes. Mesmo assim, em ocas de grandes cheias, as águas atingem as casas. Por isso elas sempre são construídas sobre pilares de madeira que possam colocar o assoalho das casas a salvo das guas, durante essa estação (FURTADO, 1993, p. 252).

A partir do ano de 2002 esses moradores tiveram seu território reconhecido legalmente, após uma intensa luta em prol da organização social da comunidade. De acordo com O'Dwyer (2010, p. 21) "No Brasil, a autoatribuição de identidades étnicas tem se tornado uma questão importante nos últimos anos, por meio da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam". Como resultado dessa organização, é reconhecida em 05 de junho 2002 a ilha **Campompema**, juntamente com as comunidades de Alto e Baixo Itacuruçá, Genipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu e Rio Tauer-Aí como território quilombola de Abaetetuba, Pará. Sendo que "A rea de terra objeto deste reconhecimento, foi apurada na demarcação administrativa através do processo n 2001/274.554, localizada no município de ABAETETUBA, com área total de 11.456, 5320 ha" (ITERPA, 2002).

A mesma área de território, que corresponde a 471, 9661 hectares de terra e abriga 288 famílias assentadas (INCRA, 2019), outrora tida como área de quilombo, foi

reconhecida/criada, em 2004, também como resultado da organização social ao nível local, território de assentamento agroextrativista. Importante ressaltar que os grupos domésticos que habitavam/habitam este espaço geográfico, não se apropriaram destas terras de forma ‘indevida’, uma vez que sempre viveram e praticaram suas atividades neste contexto social desde seus primórdios, considerando-se assim, como terras “tradicionalmente ocupadas” (MURA, 2005, p. 56).

Assim,

A criação dos primeiros PAE`s na região das ilhas de Abaetetuba, em 2004, foi resultado de uma longa luta pela melhoria de vida das famílias ribeirinhas e quilombolas do Baixo Tocantins. Para atender o movimento, o Incra fez parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o que permitiu, em 2003, a transferência das ilhas Tabatinga e Campompema para o órgão fundiário, com fins de reforma agrária (INCRA, 2006, p. 7).

O reconhecimento como terra de quilombos aos ribeirinhos da ilha de Campompema não teve tanto impacto na vida dos habitantes locais, como o reconhecimento no ano de 2004 como área de assentamento. Foi por meio do assentamento que houve:

A chegada dos créditos para construção de casas e para o apoio à produção, em 2004 [...]. Com os créditos, os assentados compraram ou reformaram barcos, material de pesca, além de equipamentos para o processamento do açaí e confecção de artesanato (INCRA, 2006, p. 7).

Muitos grupos domésticos que residiam anteriormente juntos, em uma mesma casa, compartilhando afazeres, objetos, alimentos e espaços da habitação, passaram a partir de então a ter seu próprio lar. Equipamentos como máquinas de açaí, entre outros, foram substituindo algumas práticas culturais tradicionais na comunidade (como as elencadas anteriormente). Porém, “De fato, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, as atividades “tradicionais” continuam sendo realizadas, atualizando as competências técnicas e até ganhando em valor simbólico” (MURA, 2011, p. 120).

Reiteramos que a utilização da categoria *assentamento quilombola* parte das análises realizadas sobre aspectos de práticas culturais tradicionais modificadas em

função do tempo, sobretudo com o reconhecimento de direitos ligados ao território por parte dos órgãos estatais competentes, que reconheceram ao mesmo tempo a ilha de Campompema como território quilombola de Abaetetuba em 2002 (ITERPA) e como área de assentamento em 2004 (INCRA).

Ao considerar os estudos de Barth (1995) sobre cosmologia como parâmetro para análise comparativa entre situações sociais distintas, mesmo que elas estejam situadas em um mesmo contexto de região rural, percebemos que os grupos que compartilham inúmeras similitudes em diversos aspectos podem apresentar, em outros aspectos, variações culturais. Barth (1995, p. 17) com sua pesquisa desenvolveu essa análise sobre como “as práticas e crenças religiosas variam dramaticamente entre grupos e comunidades”. Ou seja, vivendo em uma mesma região, os grupos pesquisados por Barth nas Montanhas Ok configuram práticas culturais como modos de conhecimento relativamente diferentes.

Apesar da organização social se aproximar na medida em que “os estilos de casa e vestimenta são tão semelhantes que, fora alguns detalhes indicativos, as fotografias de uma aldeia poderiam ser usadas para ilustrar a vida em qualquer outra” (BARTH, 1995, p. 17), elas partilham modos culturais que se distinguem entre si.

A análise comparativa de culturas como modos de conhecimento realizados por Barth (1995) torna-se referência para confrontar realidades que, a despeito de serem amplamente comparáveis por similitude são, igualmente, contrastantes em aspectos específicos. Mesmo que estas pertençam a um mesmo território, como é o caso das ilhas de Abaetetuba, como espaço da Amazônia, que em sua maioria praticam modos de conhecimento que em grande medida se aproximam, outros se diferenciam. A partir da análise comparativa de Barth (1995) tento confrontar, nos próximos parágrafos, relatos etnográficos de realidades diferentes, mas que têm semelhanças com o território que pesquiso, como é o caso de estudos etnográficos de Mura (2011) e Lima (2013), entre outros contextos, a fim de evidenciar como elas estão imbricadas mesmo estando em territórios diferentes (MURA, 2011) e até no mesmo território (LIMA, 2013).

A ilha de Campompema hoje, em quase toda sua extensão territorial, é povoada por habitantes que construíram/constroem suas casas, “ao longo dos cursos fluviais e

principalmente nas cabeceiras de rios [...]. Nessas nascentes formavam-se unidades residenciais” (MURA, 2011, p. 114-115), sendo a maioria “confeccionadas de madeira e cobertas com telhas de barro” (LIMA, 2013, p. 120). O tamanho delas segue quase um padrão, com exceções de alguns barracões que são utilizados para festejo de Santos, de tamanho maior, tendo em vista alojar (receber) os convidados e muitas vezes realizar festa profana (dançante), ao término do momento de reza. A maioria das casas possui “três cômodos: a sala ou salão onde praticamente todos dormem; a cozinha onde se prepara e consome os alimentos; e a camarinha, quarto reservado, destinado á privacidade do casal que exerce a função de chefe da casa” (LIMA, 2013, p. 120).

A maioria das casas é agrupada em forma de vilas. As vilas são formadas por membros dos grupos domésticos. São filhos que passam a constituir suas próprias famílias e acabam construindo suas casas ao lado da dos pais. E assim acontece o tempo todo. São poucos os casos em que os filhos “abandonam” os pais para viverem em outro espaço, como a cidade, por exemplo. Enfatizando que essa:

proximidade na ocupação do espaço e a vida em comum de diversos grupos familiares, relacionados por laços de parentesco, garantem igualmente o uso comum do território, e a prática da reciprocidade entre as famílias na distribuição dos produtos [...] da pesca (O'DWYER, 2010, p. 66).

Depois surgem os netos, que acabam também criando famílias e permanecem ao lado dos respectivos pais, e assim se vão construindo as vilas e as relações sociais dentro do espaço do próprio território, formando assim “agregados humanos que compartilham uma mesma cultura” (BARTH, 2000, p. 25). Toda vila tem um nome. Esse nome faz referência à pessoa mais importante ou idosa. Exemplo: Vila Tio Bitá, Vila Pistola, Vila Nogueira, Vila do Nilo, Vila do Manoel Pinto, etc.

Cada vila pertence a um espaço de terra/território de exclusivo uso dos grupos domésticos, com delimitação de fronteiras. O território onde estão localizadas as vilas é delimitado entre uma vila e outra. Se a vila pertence a determinado grupo doméstico, esse grupo exerce controle sobre ela. Praticam os seus modos de conhecimento neste território. Assim, percebe-se que:

Desse ponto de vista, o foco central para investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitada. As fronteiras sobre os quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial (BARTH, 2000, p. 33-34).

No caso, por exemplo, das fronteiras étnicas, em vez de considerá-las apenas como limites geográficos delimitados [...] deve-se conceber tais fronteiras como um sistema de classificação, no qual as formas de pertencimento e inter-relações configuram-nas como “categorias sociais” (AMSELLE, 1999, p. 34 *apud* O`DWYER, 2010, p. 47).

Esclareço, então, que nesta pesquisa, irei analisar as práticas culturais em um contexto delimitado de território de comunidade ribeirinha, no caso, o território do *assentamento quilombola* São João Batista, visando na análise contemplar aspectos: como são as casas, que modos de conhecimentos praticam, como estabelecem as relações de organização social etc.

As casas localizam-se às margens de rios e igarapés. Distante a poucos metros da água. Esta se aproxima das casas duas vezes durante o dia. Quando a água está grande (maré alta) ela se aproxima das residências, mas, quando está baixa mantem-se a uma distância maior das mesmas.

Neste último caso, ou seja, quando a água está baixa, os grupos domésticos precisam usar um caule (tronco) de miritizeiro, que permanece preso por estacas fixas introduzidas na terra (lama), que serve de ponte para dar-lhes acesso à beira do rio e executarem suas tarefas diárias como formas de reprodução da vida, fazer higiene corporal (escovar os dentes, tomar banho etc), acesso às embarcações de uso diário, seja para se deslocar à cidade de Abaetetuba, ou ir para qualquer outro lugar que seja. O uso de miritizeiro como ponte é uma estratégia usada pelos moradores locais para chegar à beira do rio, sem ter que pisar na lama.

Na distância do percurso entre a casa e a beira do rio os caules de miritizeiros são colocados de forma vertical, usando açazeiros como porte para possibilitar que as embarcações (rabetas, canoas, rabudos etc) sejam presas a eles. Além de servirem para prender o matapi quando de sua armação.

As casas das vilas são interligadas uma à outra por pontes. A ponte é, assim, uma via de acesso dos moradores entre uma casa e outra. Como se trata de área ribeirinha em que há a possibilidade de, a qualquer momento a água entrar (submergindo a terra), essas pontes são construídas a uma altura de, aproximadamente, 1 m e 10 centímetros, a partir da superfície da terra, acompanhando o nível das casas. Estas “moradias são construídas em linha, parecendo acompanhar o curso d’água, porém, posicionadas de modo a evitarem as cheias do rio. Cada uma delas, geralmente tem um *porto*” (O’DWYER, 2010, p. 66).

Os habitantes do *assentamento quilombola*, em quase a sua totalidade, compartilham as mesmas formas de fazer, criar e viver de reprodução da cultura enquanto modo de conhecimento de povos ribeirinhos quilombolas. Atividades como a extração do fruto do açaí, miriti, criação de pequenos animais, produção de matapi, pesca, envolvendo tipos diversos de instrumentos pesqueiros: rede de emalhar, linha de mão, rede de lancear, pesca com matapi etc. São poucas as famílias que se ocupam de outra atividade, como a construção de embarcações. A economia, no geral, é formada por essas formas de afazeres da vida, baseada na agricultura e produção familiar. Considerando que:

Na Ilha Campompema, existe uma diversificação no sistema de produção da família da Unidade Produtiva Familiar – UPF, onde é possível observar que a interação dos subsistemas se estabelece conforme a necessidade do manejo e com a preocupação da manutenção das áreas apropriadas para a produção, onde é tudo organizado para apropriação do espaço visando à sustentabilidade da família (SILVA *et al*, 2015, p. 257)

Deste modo, os sujeitos locais desenvolvem culturas como modos de conhecimento a partir do trabalho da agricultura familiar e práticas extrativistas, na relação com o território de pertencimento étnico social. Silva *et al* (2015) têm razão quando afirmam outras inserções do agricultor familiar no cotidiano de pertencimento territorial, ou seja, praticam modos de conhecimentos variados.

A relação dos moradores com a cidade é constante, “onde, periodicamente, vendem os produtos agrícolas e extrativistas [...] e adquirem alguns bens necessários ao consumo” (O’DWYER, 2010, p. 66). Os produtos como: açaí, miriti, jambo, manga,

camarão e pescados em geral etc, frutos das formas de reprodução de trabalho das famílias são comercializados na feira do comércio local. Produtos alimentícios e não alimentícios são adquiridos pelos *assentados quilombolas*. Em outras palavras, há uma espécie de intercâmbio entre mercadorias industrializadas (adquiridos pelos ribeirinhos quando vão à cidade) e naturais (os produtos comercializados pelos moradores *assentados quilombolas* são adquiridos pelos moradores urbanos), ou seja, há uma relação estreita entre rural-ribeirinho-urbano. “O grupo familiar e/ou a vizinhança é também uma característica importante no modo de vida desses povos que produzem para subsistência e, o excedente, fazem a travessia diária até a *beira* da cidade para comercialização” (TOUTONGE, ELIAS, 2018, p. 32). Os habitantes da cidade compram os alimentos diversos produzidos no território do *assentamento quilombola* e os moradores do assentamento adquirem o que o espaço do território não lhes oferece (café, açúcar, feijão, sal, carne, etc). Assim, compreende-se que:

Os produtos podem ser avaliados por seu valor de uso ou de troca, isto é, padrões de produção são influenciados por considerações acerca do “lucro” e pelas necessidades de subsistência mais imediatas, o que torna a unidade doméstica camponesa um tipo particular de unidade produtiva (SEYFERTH, 2011, p. 400).

Considerando-se que “a produção camponesa é comercializada apenas em parte, servindo, em alguns casos, sobretudo ao consumo da família” (SEYFERTH, 2011, p. 400). É justamente desta forma que acontece no contexto do *assentamento quilombola* São João Batista, pois parte do que é produzido pela relação de trabalho da agricultura familiar é comercializado, enquanto parte fica para consumo do grupo familiar.

Constituindo-se assim um campesinato nos termos de Shanin (1965, p. 23 *apud* MENEZES, 2009, p. 270) ao considerar que “O campesinato consiste em pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e do trabalho de suas famílias, produzem principalmente para seu próprio consumo”.

No caso do fruto do açaí, a maior parte da produção dos grupos domésticos, no período de safra, é comercializada na feira do comércio local, tendo em vista a grande quantidade produzida. Fora da safra, o fruto é apenas para consumo e manutenção da unidade familiar.

Particularmente em relação à pesca de camarão, acontece da mesma forma, a maior produção, quando capturada, é comercializada na feira da cidade local. Assim, acontece com todas as formas de produção no contexto do *assentamento quilombola*. Considerando que a “base econômica desses ribeirinhos está centrada na atividade pesqueira e na extração do açaí e do “miriti”, comercializados na cidade de Abaetetuba” (SILVA *et al*, 2015, p. 257). Entretanto, quando a produção não tem excedente (produzida em menor quantidade) esta permanece somente para consumo dos grupos domésticos. Neste sentido, as formas de usos dos produtos produzidos dependem, em boa medida, do fluxo da natureza que impacta o modo como esses grupos lidam com os alimentos produzidos localmente.

Desta forma,

a questão do “trabalho familiar” é central na discussão sobre a pequena produção camponesa que não é necessariamente geradora de uma formação (econômica) particular, pois adapta e interioriza a seu modo princípios econômicos mais gerais (SEYFERTH, 2011, p. 399).

Pode ser afirmado, portanto, que a agricultura familiar, no contexto do *assentamento quilombola* pesquisado, representa uma forma de manutenção e reprodução dos grupos domésticos, não tendo o papel econômico de grande unidade produtiva, mas sim o de suprir necessidades imediatas ao produzir para o consumo e para adquirir bens materiais e alimentícios de uso cotidiano. Parte do valor adquirido com a venda desses produtos é investida na ampliação da unidade familiar, com preparação e limpeza do terreno (lote), compras de instrumentos pesqueiros (redes, matapi) para aumentar a produtividade.

Para acesso à cidade, fazem uso de meios de transporte fluviais, como: rabudo, rabeta, canoa. A totalidade dos grupos familiares têm, pelo menos, um rabudo²⁰acoplado a um casco de rabeta construída em madeira, como forma de locomoção.

²⁰ Espécie de motor acoplado na popa de um casco de rabeta.

A esfera religiosa é muito forte no *assentamento quilombola*, pois lá existem diversas manifestações. Entretanto, o catolicismo predomina enquanto religião. Santos como: São Benedito, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora de Nazaré, São Pedro, São João Batista, entre outros, são festejados pelos moradores. O mês de junho é onde se concentra o maior número de festejos no espaço territorial local. Começando no dia 4 até ao dia 29 de junho. O Santo padroeiro da comunidade é São João Batista, inclusive a escola e o *assentamento quilombola* levam o nome dele.

Muitos festejos são realizados em casas de famílias que há muito tempo trazem a tradição de festejar um determinado Santo. Os festejos dos Santos são abertos ao público em geral, mas existe a prática tradicional de se convidarem as famílias através de ‘programas das festividades’, que detalham o que acontecerá em cada noite de celebração e quem serão os respectivos responsáveis.

Fotos 19, 20, 21 e 22 - Programas das festividades.

PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL

♦ Dia: 22/06/2019 (Sábado) – Dia do Cirio

Tarde: O Cirio sairá da residência do Senhor João Baião, localizada no Rio Abaeté (ao lado da Náutica) às 16:00 horas com o Percorso Fluvial pelo Rio Campompema, até a Igreja de São João Batista

Noite: Celebração às 19:00 horas a cargo do Setor Baixo

Tema: "NÃO VOS PREOCUPEIS COM O DIA DE AMANHÃ"

✓ Confraternização a cargo de todas as famílias do Setor Baixo, juntamente com os funcionários da Escola São João Batista, a Pastoral da Criança grupo 3, Novena e Catequese. Aproveitamos para convidar as comunidades de Genipaba, Rio Abaeté, Costa Marataura, Itacurupá Baixo e Itacurupá Alto.

Obs1: Após a chegada do Cirio haverá o levantamento do mastro.

Responsáveis: Bilo, Marcelo, Gonçalo, Zé Maria, Talico, Otacilo, Miguel, Nonô, Gilão, Dodô, Pedro Costa, Bacô e Marcinho.

Obs2: Na programação cultural teremos leituras, bingos e vendas de comidas típicas em todas as noites.

♦ Dia: 23/06/2019 (domingo)

Noite: Celebração às 19:00h, a cargo do Setor Cima

Tema: "QUEM DIZ O POVO QUE EU SOU"

✓ Confraternização a cargo das famílias do Setor Cima, juntamente com a Pastoral da Criança grupo 1, Pastoral Familiar, Novena, Grupo Jovem, Múltiplos. Aproveitamos para convidar as Comunidades de: Médio e Baixo Acaraquã, Costa Sirituba e Rio Sirituba.

Obs3: Neste dia pela manhã a partir das 8:00 horas, teremos as tradicionais brincadeiras de São João Batista, com distribuição de brindes para os vencedores das brincadeiras.

Responsável: Pastoral da Catequese, Cantos e P.J.

Dia: 24/06/2019 (Segunda-feira) – Dia da Festa.

Noite: Celebração da Santa Missa às 18:00h, a cargo da equipe de Liturgia da comunidade juntamente com o padre Adamar Lima.

Tema: "SÃO JOÃO BATISTA MODELO NA CAMINHADA À VIDA CRISTÃ"

✓ Confraternização a cargo das famílias do Setor Meio, juntamente com a Pastoral da Criança grupo 2, Novena, Dizmo, ACS, Pastoral Social, as associações MORIPA e MORIVA. Aproveitamos para convidar as comunidades de: Sagrado Maracapuçu, Touerá-Açu e Tabatinga.

Obs1: Nesta noite teremos apresentação da quadrilha oficial de São João Batista.

Responsáveis: Grupo Jovem

Obs2: Teremos também a tradicional fogueira de São João Batista e o banho de cheiro.

CONVITE E PEDIDO

Convidamos e Pedimos a todos que participem da Festividade do Padroeiro São João Batista. Ficaremos honrados com a participação de todos durante a Festividade. Que Deus e São João Batista abençoem todos que participam da festividade, também aqueles que prestam Serviços Voluntários, aqueles que com seu trabalho ajudaram na organização, aos Patrocinadores das noites, e os donos de embarcação que acompanham o Cirio Fluvial. Que São João Batista interceda junto a Deus por cada um de nós e por toda a humanidade derramando amor paz a todos. Amém.

POSTER:

ATIVIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA - 2019

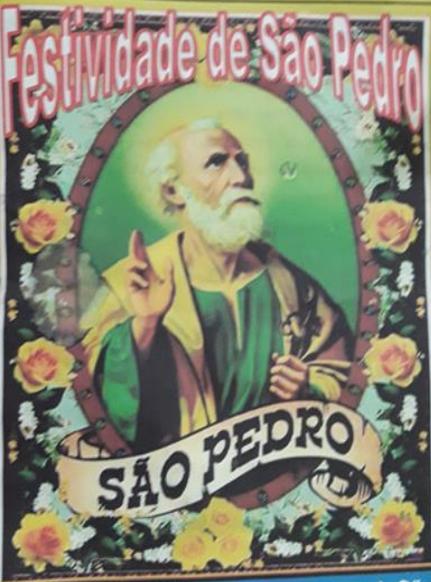
TEMA: "São João Batista modelo na caminhada à vida cristã".

LEMA: "Preparai os caminhos do Senhor".

CIRIO: 22/06/19 FESTA: 24/06/19

LOCALIDADE: Rio Campompema

Festividade de São Pedro



SÃO PEDRO

Participe das novenas em honra à São Pedro que iniciará no dia 27/06/19 e terminará no dia 29/06/19

FESTIVIDADE DE SÃO PEDRO VENERADO NO RIO CAMPOMPEMA

PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA

Dia: 27/06/2019 - quinta - feira
Tarde: o cirio sairá da residência do Alton (gordo), localizada no final da Getúlio Vargas, nº 33, bairro Algodões às 17:00h, com percurso terrestre até a Paragás de onde seguiremos com percurso fluvial pelo rio Campompema até o barracão de São Pedro.
Noite: Celebração às 19h:30min.
Patrocinadores da noite: Gordo, Rafael, Naná, Cosme, Largo, Dudu e Anderson.
 • Celebração a cargo dos novenários.

Dia: 28/06/2019 - sexta - feira
Patrocinadores da noite: Amigos da Energia
Noite: celebração às 19h:30min.
 • Celebração a cargo dos novenários.

Dia: 29/06/2019 - sábado
Patrocinadores da noite: Bio, Laurinaldo, Antônio, Maria Dilsa, Maria do Socorro e Zeca.
Noite: celebração às 19h:30min
 • Celebração a cargo da Comunidade São João Batista.

RESPONSÁVEIS PELA RAMADA

Largo, Liu, Gordo, Pedro, Deni, Edson, Dudu, Fláulson, Wilson, Aline e Alison

RESPONSÁVEL PELO MASTRO

Alan Sena

RESPONSÁVEL PELA BANDEIRA

Marcelino Silva

RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Paula Sena e Milena Sena

Pedido: Pedimos a todas as famílias que participem da festividade de São Pedro. Pedimos também a todos os proprietários de embarcações que participem e deem suas embarcações para o cirio de São Pedro. Que São Pedro abençoe todas as famílias que participarem de sua festividade.

Obr: Após a celebração do dia 29/06/2019 haverá festa dançante.

Festividade de São José

Início: 17/03/2019 Término: 19/03/2019



PARA:

FESTIVIDADE DE SÃO JOSÉ VENERADO NO RIO CAMPOMPEMA NA RESIDÊNCIA DO IR. MANOEL (MUCUIM)

Convidamos você e sua família para participarem da festividade em honra a São José que acontecerá nos dias 17, 18 e 19 de março de 2019.

Celebração às 19:00 horas, à cargo dos noitários.

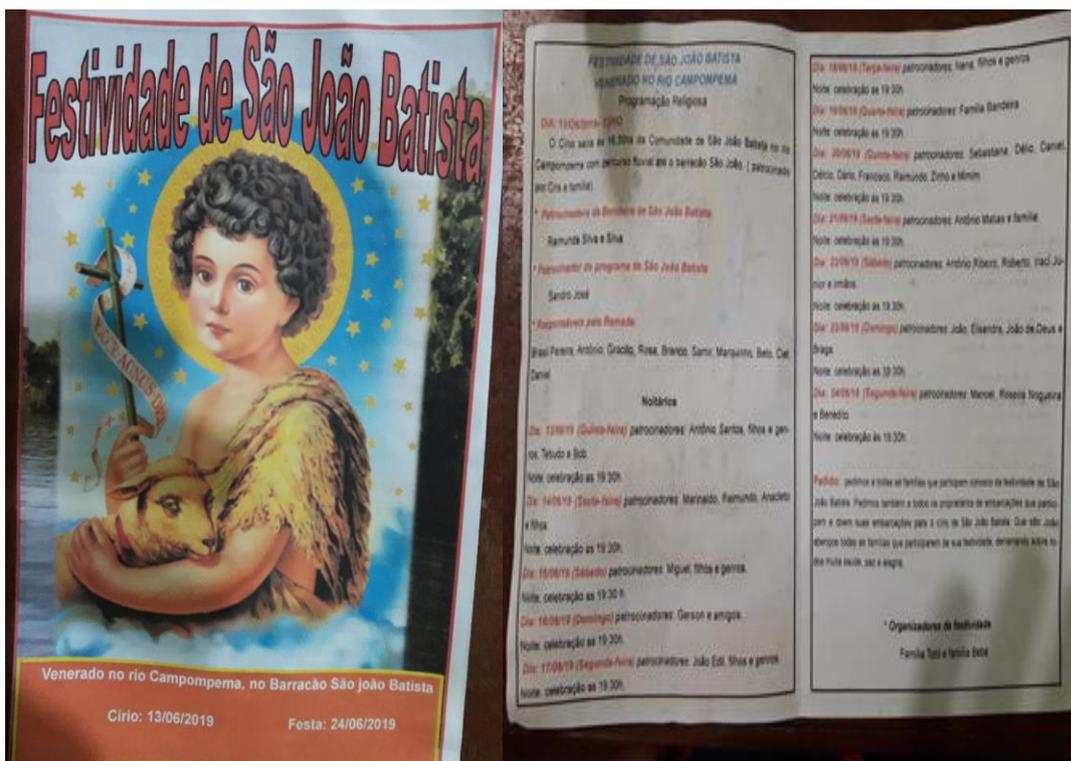
Ficaremos honrados com sua participação!

PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA

➤ 17/03/2019
Noite: Celebração às 19:00h (celebração a cargo dos noitários)
Patrocinadores: Bica, Mumunda, Neide, Márcio, Bito, Nonô, e Vavado.

➤ 18/03/2019
Noite: Celebração às 19:00h (celebração a cargo dos noitários)
Patrocinadores: Zeca e família.

➤ 19/03/2019
Noite: Celebração às 19:00h (celebração a cargo dos noitários)
Patrocinadores: Manoel, Chide, Alcindo, Beto, Geba, Daniel, Miguel, Cunô, Márcio, Fladilson, Fladenilson, Fladimilson, Lucas e Manduquinha.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

As manifestações religiosas aproximam as famílias que se reúnem para rezar, agradecer aos Santos pela vida, considerando que, historicamente, “os encontros entre eles efetuavam-se periodicamente, especialmente por ocasião de cerimônias religiosas” (MURA, 2005, p 55). É neste sentido que, a partir de então, faço uma análise de uma situação social específica: a festa de São João Batista, padroeiro do *assentamento quilombola*. Nos termos de Gluckman (1975, p. 68), a análise situacional,

consiste em tomar uma série de incidentes específicos ligados às mesmas pessoas ou grupos no decorrer de um período e demonstrar como esses incidentes, esses casos, se relacionam com o desenvolvimento e a mudança das relações sociais entre essas pessoas e grupos, agindo no quadro de sua cultura e do seu sistema social

Durante o festejo do santo, muitas famílias oferecem os chamados donativos nas noites consagradas a São João Batista. Estes são expostos publicamente como forma de leilões, onde os participantes disputam quem arremata (compra) aquele prêmio, que pode ser: camarão frito, uma galinha (geralmente assada ao forno, com temperos ao redor), pedaços de porco também temperados, bolos, etc. Todos os donativos são expostos em uma mesa e são leiloados aleatoriamente.

Fotos 9 e 10 - Donativos Ofertados pelos moradores do assentamento para festividade da comunidade



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

O nome de quem oferta o donativo é sempre lembrado no início do processo em que ele será exposto à venda. Os leilões não têm a intenção de mostrar que a família que arrematou/adquiriu o bem é mais bem sucedida financeiramente. Pelo contrário, é uma forma sadia de diversão entre os participantes da festividade.

No leilão, os chamados *corretores*²¹ se movimentam entre os participantes da festividade no sentido de mostrar a qualidade daquele objeto leiloadado, influenciando os presentes a adquirirem o prêmio. Todos os objetos leiloados são vendidos.

Foto 25 - Corretor de Leilão



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Enquanto os corretores se movimentam no salão, os locutores responsáveis por anunciar os prêmios vão divulgando o nome de quem está propondo um valor ao donativo e seus respectivos arrematadores. Lembrando que qualquer participante pode fazer parte do leilão. Basta apenas se manifestar no momento em que ele está acontecendo.

No domingo e/ou no último dia da festividade, pelo horário da manhã, é realizada atividades específicas para as crianças e adolescentes como: Pau de Sebo, quebra pote, pata cega, entre outros. Os vencedores dessas atividades esportivas são

²¹ São as pessoas que circulam com os donativos no barracão, no intento de oferecer aos presentes o produto, influenciando assim de compra-los.

premiados com dinheiro, bombons, pequenos presentes em geral. Esses brindes são oriundos de doações.

Fotos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 - Brincadeiras das crianças da Comunidade.



Foto: Jaqueline da Costa Silva, 2019





Foto: Mateus Silva, 2019.

No dia 24 de junho, último dia da festividade, à noite, no encerramento da festa é realizada a missa pelo Padre da Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz (das Ilhas) e, ao término, os participantes se dirigem para o barracão de São João Batista ao lado da Igreja onde acontecem o leilão e a venda de comidas típicas como: vatapá, galinha com arroz, macarronada, além de pastel, cachorro quente, coxinhas, refrigerantes, pipocas, doces em geral.

Às dez da noite acontece a tão esperada apresentação da tradicional quadrilha dos jovens, em que os participantes aguardam para prestigiar esse momento único do encerramento da atividade festiva da comunidade. Assim como o bingo.

Fotos 34 e 35- Quadrilha dos jovens da Comunidade



Fonte: Jaqueline da Costa Silva, 2019.

Desta forma, nos festejos da comunidade tem diversão para todos os públicos. É o momento em que atividades diversas são expostas aos moradores. A festa de São João gera aproximação entre os habitantes da comunidade. Torna-se visível a importância concedida a este momento ritual, quando no enceramento, as melhores roupas são usadas pelos moradores para irem até a igreja.

O barracão do Santo, que fica ao lado da igreja, é enfeitado/ornamentado em estilo de festa junina e o andor do mesmo é todo ornamentado para o círio, que acontece no primeiro dia de festa, em que o Santo sai em cortejo, podendo ser: da casa de um dos moradores, de comunidades vizinhas e às vezes da cidade de Abaetetuba, perfazendo o percurso fluvial pelos rios até chegar ao seu destino, a Igreja São João Batista.

A água dos rios é utilizada pelos moradores somente para tomar banho, fazer uso da pesca e locomoção entre os rios e cidade. A água que antes era consumida diretamente dos rios, hoje não se faz mais uso dela para consumo diário, os moradores acessam este líquido precioso em poço artesiano, mas para isso terão que se deslocar para o assentamento vizinho. Conscientizados de que a água é imprópria para consumo buscam outros meios para evitarem doenças por ela causadas.

Os impactos ambientais causados nas águas das ilhas de Abaetetuba, e incluindo o território do *assentamento quilombola*, são oriundos em grande medida da emissão de dejetos das atividades praticadas na feira da zona urbana, como: penas de galinhas, peixes mortos, sacolas plásticas, dentre outros, despejados diretamente nos rios do município, por moradores que trabalham na feira da cidade local. Além disso, o esgoto da cidade deságua no mar, tornando a água imprópria para o consumo dos ribeirinhos.

Os sanitários são todos a céu aberto, na maioria das casas estes se distanciam de 15 a 20 metros das residências. São acessados também via ponte que liga a casa aos mesmos. Quando a água cresce em forma submersa ao terreno onde estão construídas as casas, as fezes são despejadas nos rios, poluindo ainda mais o meio ambiente, além da poluição provocada pelos dejetos oriundos da zona urbana local. “O sanitário é, geralmente, fora da casa e a fossa é do tipo aberta ou negra. Confeccionado em madeira, o sanitário é coberto com palha ou telhas de barro” (LIMA, 2013, p. 121).

Apesar dos avanços ocorridos no contexto do território do *assentamento quilombola*, algumas implicações são observadas nos relatos de moradores antigos, ao afirmarem que “naquela época” apesar das atividades serem bastante pesadas, sobretudo nos engenhos de cana de açúcar, a vida nas ilhas era tranquila, pois não precisava prender os barcos com cadeados para evitar que os piratas e/ou ladrões os levassem, afinal nem se falava em ladrões de embarcações naquele tempo. Quando se saía para pescar tinha peixe em fartura, camarão, etc. Hoje, de acordo com a percepção dos moradores, o pescado é mais escasso.

Vive-se hoje, segundo eles, a insegurança. Os peixes e o camarão já não se têm mais como antes, as embarcações tão necessárias para o deslocamentos precisam ser presas a diversos cadeados e ainda assim não se tem garantia de que no amanhecer do outro dia ela estará no porto. Desta forma, os interlocutores desta pesquisa identificando o “ontem e o hoje do viver... retratam, quase sempre, um passado que foi bom para se viver ali, e de um agora que é regido pela insegurança” (ELIAS; TOUTONGE, 2018, p. 58).

Insegurança de um modo geral, ausência de saneamento básico, falta de segurança pública, são apenas algumas das problemáticas vivenciadas hoje pelos moradores locais.

As lamparinas movidas/abastecidas a combustível querosene, tradicionalmente utilizadas para gerar luz durante a noite, deram lugar às lâmpadas fluorescentes, movidas a eletricidade. Antes, por motores geradores (funcionando por poucas horas) e restrita a algumas poucas famílias e, hoje por “energia” de centrais elétricas, abrangendo todos os moradores.

Há de se destacar que no *assentamento quilombola* existe rede de energia elétrica, mas, em forma de ligação clandestina. Porque os moradores, por meio da organização social e política, tentaram de diversas formas fazer com que a empresa Celpa, hoje com o nome de Equatorial Energia, implantasse serviços de iluminação pública no território local via Programa Luz para Todos, mas, como não houve interesse da instituição, a saída foi a prática da irregularidade quanto ao acesso a serviços de energia.

No caso deste fornecimento os *assentados quilombolas* colaboram mensalmente com 15,00 reais para manutenção, quando preciso. De três em três meses são prestadas contas aos moradores do dinheiro arrecadado com as cobranças das mensalidades e do que foi empregado para manter o sistema de energia funcionando no *assentamento quilombola*.

Quando da chegada da energia, no início dos anos de 2000, dentre outros eletrodomésticos, foram sendo introduzidos no território local televisores, ventiladores, máquina vitaminosa de bater açaí, etc, e o mais importante: “a geladeira. Este eletrodoméstico passou a ser utilizado fundamentalmente para esfriar grande quantidade de água, armazenada em garrafas pet” (MURA, 2017, p. 58) para consumo diário, além de armazenar alimentos em geral, como: o líquido do açaí, o peixe, carne, frango etc.

No que tange à **educação**, existe a Escola Municipal São João Batista, situada ao lado da igreja e os filhos dos *assentados quilombolas* frequentam este espaço educativo, enquanto instituição de ensino que atende da educação infantil ao 5º ano. Existe também

um anexo da Escola Estadual Pedro Teixeira que funciona no Barracão de Santo Antônio e atende alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Ainda assim, por fragilidades da educação neste contexto, particularmente do ensino ofertado pela rede estadual no território do *assentamento quilombola*, muitas famílias matriculam seus filhos em escolas da zona urbana. Mas todos os dias fazem o deslocamento de ida e volta do *assentamento quilombola* à cidade e vice-versa.

No caso da escola São João, funciona em prédios escolares públicos da educação municipal, atendendo da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, em dois turnos (manhã e tarde) e os docentes são todos integrantes (moradores) do *assentamento quilombola*. O contato com os educandos é de um ambiente familiar, uma vez que já se conhecem e têm uma relação estreita de pertencimento étnico social. Abaixo apresento o quantitativo de educandos e de profissionais docentes e não docentes da Escola São João Batista.

Quadro 3 - Números de alunos por turma

Turmas	Quantitativos de alunos	Horário de Funcionamento
Período I	18	Manhã
Período II	21	Manhã
1º Ano	22	Manhã
2º Ano	25	Manhã
3º Ano A	22	Tarde
3º Ano B	23	Tarde
4º Ano	21	Tarde
Multi	23	Tarde
5º Ano	23	Tarde
Total Geral	198	

Fonte: Sistema Gestor Web, 2019.

No caso específico do anexo da rede estadual de ensino os professores que lecionam na comunidade são da zona urbana. Todos os dias se deslocam para o *assentamento quilombola* e no final da tarde retornam a sua localidade de origem. As aulas só acontecem no turno da tarde.

Quadro 4 - Números de alunos por turma

Turmas	Quantitativos de alunos	Horário de Funcionamento
6ª Ano	13	Tarde
7º Ano	23	Tarde
8º Ano	18	Tarde
9º Ano	24	Tarde
1º Ano do Ensino Médio	25	Tarde
2º Ano do Ensino Médio	16	Tarde
3º Ano do Ensino Médio	10	Tarde
Total:	129	

Fonte: Escola Pedro Teixeira 2019.

O acesso dos alunos, professores e funcionários da escola ocorre via transporte escolar, em que os ditos “rabeteiros” fazem o trajeto/percurso de ida e de volta entre as casas e a escola, todos os dias, com exceções dos sábados, domingos e feriados, considerados momentos de descanso destes profissionais da educação. Já os professores da rede estadual, alugam transporte próprio para chegar ao anexo.

1.6 - As formas de organização social e política no *assentamento quilombola*

[...] em todas as sociedades humanas a fábrica, por assim dizer, da reprodução social é o grupo doméstico. É este grupo que precisa permanecer em ação por um longo período de tempo suficientemente longo, para permitir a criação de filhos até o estágio de reprodução

física e social, para que a sociedade se mantenha (FORTES, 2011, s/p).

Partindo, então, do fato de que todo grupo doméstico apresenta uma forma de organização social e política própria, com funções específicas definidas dentro do grupo a partir da divisão de trabalho, considerando sexo, idade etc. neste estudo, “são descritas as formas de organização social e de representação política” (O`DWYER, 2010, p. 62), dos *assentados quilombolas* de Ilha de Campompema, em Abaetetuba, Pará, Brasil.

A organização social dos grupos domésticos estrutura-se conforme “as principais atividades desenvolvidas nessa região a agricultura, a pesca, mas também a coleta e, quando ainda é possível, a caça” (MURA; SILVA, 2011, p. 107). Não se restringindo apenas ao trabalho extrativista e da agricultura familiar, uma vez que é possível encontrar no contexto local a carpintaria naval, dentre outras formas de produzir.

As atividades dos grupos domésticos do *assentamento quilombola* em tela são realizadas levando em consideração “um trabalho coletivo, com todos os indivíduos (dependendo do sexo e da idade)” (MURA; SILVA, 2011, p. 99), pois as tarefas que exigem maior esforço físico são praticadas pelos homens e as de menor, as mulheres e crianças participam conjuntamente. As pescarias, por exemplo, são praticadas por pessoas do sexo masculino, já na produção/confecção do matapi ambos produzem.

Como foi possível observar, no contexto do território, suas atividades definem-se pelas “práticas e técnicas econômicas diversificadas, bem como os conhecimentos a estas associadas” (MURA; SILVA, 2011, p. 102). A forma de trabalho, que equipamentos utilizar e ainda quem participa do processo, são aspectos determinantes para a divisão social e coletiva dos meios de produção da unidade familiar.

A partir de alguns variados exemplos de fragmentos etnográficos situacionais do contexto local, vou descrever como se processa a relação de trabalho entre os grupos domésticos. Levando-se em consideração o extrativismo do açaí, participam todos no processo de produção, porém, as mulheres fazem o processo de desbulha do fruto, quando este se encontra no chão; as crianças ajudam na seleção dos frutos maduros e dos que porventura caíram fora da rasa quando da desbulhagem. Os adultos e adolescentes fazem o processo de extração dos frutos das árvores dos açazeiros,

fazendo uso de facas para corte dos cachos e de peconhas, oriundas da saca de farelo de babaçu ou cebolas, que os ajudam a levar ao topo das árvores para corte e coleta do fruto.

Outra atividade produtiva ao nível local são as que podem ser atreladas à carpintaria naval. Nesta participam apenas os homens que constroem rabetas, rabudos, barcos e embarcações em geral, isto é, na carpintaria naval, a mão de obra é de exclusividade masculina.

No caso, por exemplo, do tecimento do crochê, somente as mulheres se apropriam desta atividade, tornando-se uma atividade exclusivamente feminina. Neste sentido, a divisão social do trabalho, dentro dos grupos domésticos aqui estudados, depende de que tipos de tarefas serão executadas e por quem as executará, como mostrado nos processos de produção acima elencados.

Estas são apenas algumas das tarefas praticadas pelos grupos domésticos no *assentamento quilombola*, apresentamo-las como forma de deixar mais claro como se processa a relação de trabalho no grupo familiar deste território, com divisão específica de tarefas que compete a cada um dos membros do grupo. É importante destacar que “a base da exploração camponesa é o trabalho dos membros da família (ou do grupo doméstico) e a inexistência de salários” (SEYFERTH, 2011, p. 397).

Os mais velhos dos grupos domésticos são os responsáveis pela orientação de todo o trabalho de preparação, encaminhamento e execução das tarefas dentro da unidade produtiva. Eles determinam o horário; que lugar primeiro começar, no caso específico do açaí, de fazer a extração. Quem vai para o fundo da floresta (quintal), quem fica no meio do terreno e na frente, fazendo a retirada dos cachos de frutos dos açazeiros. Por isso é que, o papel do “chefe” do grupo doméstico é decisivo para “o processo de reprodução social que inclui todos os mecanismos institucionais, bem como atividades e normas ditadas pelo costume (costumarias), que servem para manter, suprir e transmitir o capital social de geração a geração” (FORTES, 2011, s/p).

Nos trabalhos de extrativismo do açaí, maior produção econômica dos grupos domésticos locais é agregada por mão de obra proveniente da rede de parentesco,

visando extração mais produtiva pela ajuda mútua. Neste sentido, no contexto local do grupo familiar destaca-se,

Com efeito, focando a reprodução do grupo doméstico, podemos observar que ela está voltada principalmente à perpetuação de uma identidade familiar. As experiências e as trajetórias familiares podem ser, portanto, diversificadas de um grupo doméstico para outro, mas, em certos contextos, a tendência é se produzirem situações semelhantes, que favorecem as alianças por parentesco e, assim, a constituição de comunidades políticas locais (MURA; SILVA, 2011, p. 113-114).

Neste sentido, a relação entre grupos familiares, no contexto da produção local, além de estreitar laços consanguíneos e de aliança, permitem uma maior produtividade extrativista e, sobretudo, compartilhamento do trabalho coletivo e de parte do “lucro” da produção entre os envolvidos nas unidades de produção familiar.

Atrelados a essas tarefas de trabalho no campo, contribuindo para a inserção social e econômica, têm-se alguns poucos membros dos grupos domésticos que além do fazer da agricultura, ocupam-se, entre outros, de:

[...] cargos de professores, agentes de saúde, merendeiras, etc., bem como a políticas públicas, como projetos de desenvolvimento [...] “bolsa família”, aposentadoria, etc. Todos esses benefícios foram sendo paulatinamente integrados na vida doméstica e articulados com outras atividades mais “tradicionais”, como a agricultura, caça, pesca e coleta de elementos no mato e no campo (MURA, 2011, p. 118).

Entretanto, o que até então, podia ser considerado como um grupo doméstico na acepção de Fortes (2011), para a análise situacional dos grupos domésticos em questão, por mim estudado, com o passar do tempo, passou-se a ter uma nova configuração mais ampla e não limitada desses grupos, como o proposto por Wilk (1984, *apud* Mura; Silva, 2011). Ao analisar Wilk (1984), Mura e Silva (2011), afirmam que ele define dois modelos de análise para grupos domésticos extensos, qual seja,

Por “grupo doméstico” (ou “unidade doméstica”) geralmente se entende um conjunto de indivíduos residindo sob um único teto. Este tipo de definição nos parece bastante limitada, sendo mais profícuo o proposto por Wilk (1984, 1997), a partir de seus estudos sobre os Kekchi Maia do Belize. Assim, o grupo que vive numa residência é

denominado pelo autor de “unidade habitacional” (*dwelling unit*), enquanto um aglomerado (*cluster*) de unidades habitacionais, sob uma única direção, formaria uma “*housebold cluster*”. Tais grupos, por sua vez, podem ser de dois tipos, isto é, rígido (*tight*) ou flexível (*loose*) (WILK, 1984, p. 224-227). No primeiro caso, as atividades realizadas pelos integrantes da *housebold* estariam vinculadas mais que tudo a um trabalho coletivo, com todos os indivíduos (dependendo do sexo e da idade), realizando tarefas semelhantes, principalmente aquelas voltadas à produção de alimentos destinados ao auto-consumo. Nestes termos, um *housebold cluster tight* se apresentaria como um grupo corporado, bastante homogêneo e tendencialmente fechado entre si. No segundo caso (*loose*), embora seus integrantes continuam cooperando entre si em algumas tarefas e estejam voltados a prover a unidade doméstica como um todo, podem também desenvolver atividades diferenciadas entre si (como envolver-se no comércio ou em trabalhos assalariados), fazendo com que cada unidade habitacional possa estabelecer estratégias de ação específicas, com certa autonomia (MURA, SILVA, 2011, p. 99-100).

Há de se destacar que os pequenos grupos domésticos, ao longo dos anos, passaram a se formar em agregados de grupos menores em função dos matrimônios, formando-se um grupo extenso, que continuam partilhando modos de conhecimentos, instrumentos de trabalho e território. O que, nos primórdios, tratava-se de um grupo doméstico (FORTES, 2011), teve uma reconfiguração, ao longo do tempo, resultando que no contexto atual enquadra-se na proposição de grupos domésticos externos de Wilk (1984).

Assim, percebe-se que, no contexto do território desta pesquisa, a análise aponta para a existência de uma “organização doméstica mais adequadamente compreendida como “agregada flexível”. É através desta que as famílias extensas podem melhor definir suas atividades, integrando práticas e técnicas econômicas diversificadas, bem como os conhecimentos a estas associados” (MURA; SILVA, 2011, p. 102).

Na sequência desta introdução, no primeiro capítulo, valendo-me da antropologia da técnica, destaco/mostro como a teoria estaria inserida nos meus relatos etnográficos de pesquisa de campo, e no segundo, a partir de uma abordagem etnográfica da técnica, mediante pesquisas com ribeirinhos de Abaetetuba, analiso tecnicamente o processo de construção de matapi e seu respectivo uso pelos habitantes locais e, no terceiro capítulo, o processo de carpintaria naval local.

CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM DA ANTROPOLOGIA DA TÉCNICA

A palavra técnica é geralmente empregada em antropologia para se referir a uma forma de relação dos humanos com algo que, em alguma medida, difere deles mesmos – objetos, animais, ambientes ou o próprio corpo considerado como uma dimensão híbrida (SAUTCHUK 2017, p. 11).

A técnica, no entendimento de Sautchuk (2017) relaciona-se ao fato de que os humanos mantêm-se em contato estreito com objetos, ambientes etc. De forma similar a esta perspectiva de pensamento, destaca-se Mura (2011, p. 96) ao retratar que “os estudos sobre as técnicas centram-se principalmente sobre um princípio de causalidade que coloca a relação entre o homem e a matéria como um ato de “produção”; construir algo é o que conotaria uma atividade técnica ou lhe atribuíria sentido”. Assim, a técnica pode ser considerada como um modo específico de conhecimento, interligado aos atos de produção socialmente articulados e reconhecidos.

Quanto a sua gênese, há de se destacar que, no campo da antropologia brasileira, a técnica apareceu enfatizada pela primeira vez no início do século XX (SAUTCHUK, 2017), isto é, “A expressão “ciência e técnica” como designação de tipos de pesquisas ou temas da Antropologia é recente no cenário brasileiro. Teve início nos anos 1990” (SAUTCHUK, 2010, p. 97), estando presente nos trabalhos publicados por Mura (2006, 2010, 2011, 2017), Sautchuk (2007, 2010, 2017), dentre outros.

A técnica enquanto campo recente de estudos da antropologia brasileira tem sido definida, por um lado, como uma relação estabelecida do homem com os objetos, seja para qualificar o primeiro em relação ao segundo, mostrando-se apenas a atuação do homem sobre os objetos. Por outro, para estabelecer uma relação de reciprocidade dos humanos com os objetos, ou seja, um agindo sobre o outro em certas circunstâncias, inclusive os humanos tornando-se objetos em determinados contextos técnicos.

O emprego da técnica, no primeiro caso, o qual supostamente colocou o homem em condição de superioridade, como construto do pensamento ocidental moderno tem sido reformulado, sobretudo por autores brasileiros (MURA, 2006, 2010, 2011, 2017), (SAUTCHUK, 2007, 2010, 2017), etc. Embora ainda seja um campo considerado

“menos presente na antropologia feita no Brasil” (SAUTCHUK, 2017, p. 13), tem-se apresentado uma antropologia da técnica baseada em estudos oriundos de pesquisas com povos e comunidades tradicionais ao nível local.

Da mesma forma como a relação homem/natureza, proposta pela vertente do pensamento moderno ocidental, tem sido ressignificada no campo antropológico, por não abarcar, entre outros, a estreita relação entre homem/animal, humano e não-humano, a técnica também, como objeto de estudo da antropologia “empreende o esforço de repensar as categorias ocidentais com as quais lida. Se é preciso fazê-lo com a religião, rito, economia, indivíduo ou ambiente, o mesmo se deve dizer para a noção de técnica e sua derivação tecnologia” (SAUTCHUK, 2017, p. 11).

Depois de apresentar de maneira sucinta uma discussão dos usos e sentidos da categoria técnica, propriamente dita, em uma pesquisa antropológica, passarei a usar uma abordagem a partir de situações etnográficas em que as técnicas se fazem presentes, levando em conta as unidades produtivas dos grupos domésticos, no caso dos *assentados quilombolas* de rio Campompema, seguindo os argumentos de autores, como: Sautchuk (2007, 2010, 2017), Mura (2006; 2010; 2011, 2017), dentre outros.

A análise da antropologia da técnica e o uso dela no contexto desta pesquisa, como diz Sautchuk (2017, p. 18) “não é revisitar ou empreender uma discussão teórica nestas direções, e tampouco propor novas definições”. Mas, sobretudo analisar e cotejar os estudos e concepções teóricas consolidadas por autores com pesquisas em contextos brasileiros, cujos achados etnográficos pertinentes a cada pesquisa possam ajudar a pensar em alguma medida um contexto “sócio-ecológico-territorial” (MURA, 2000), particularmente aquele do *assentamento quilombola* São João Batista, a partir de situações etnográficas locais.

Nos termos de Mura (2017, p. 60), o contexto sócio-ecológico-territorial,

Pode-se objetar que este é um conceito não muito elegante em sua composição, mas ainda assim considero importante ressaltar, através dos elementos que o formam, quais são os fatores determinantes na mobilização dos materiais em circulação. A dimensão territorial é relevante na medida em que as tradições de conhecimento que são desenvolvidas, embora possam constituir fluxos de ideias sobre o

mundo e sejam capazes de operar em escalas geográficas muito amplas [...]. A dimensão ecológica mostra que as relações entre os elementos no universo devem ser entendidas como se tais elementos pudessem estar ora na posição de sujeitos de uma ação, ora como objetos da ação, nos termos apontados aqui no início. Quanto à dimensão social destacada por este conceito proposto, parece-me que as argumentações até agora desenvolvidas revelam sua importância. Particularmente, gostaria de sublinhar o papel da técnica política como técnica de uso por excelência na definição de estratégias de ação e na definição de tomadas de decisões.

É no limiar do contexto sócio-ecológico-territorial, proposto por Mura (2017) que se encontra um “repertório de possibilidades” (MURA, 2000, p. 361) de usos de objetos e da própria técnica. Como muito bem destaca “cada sujeito, não apenas humano ou indígena, se depara com um leque de materiais, saberes e habilidades à disposição para serem mobilizados” (MURA, 2017, p. 62).

No caso particular desta pesquisa, os objetos e as técnicas mobilizados são do processo de fabricação do matapi como modos de conhecimento, bem como do seu respectivo uso no contexto do *assentamento quilombola* São João Batista. Os interlocutores da pesquisa usam de técnicas específicas para produzirem seus modos de fazer, criar e viver no cotidiano do território local. Considerando-se sua “finalidade, eficácia ou devir, e que assume um caráter significativo para os modos de existência de seres e coisas envolvidos” (SAUTCHUK, 2017, p. 11). Entretanto, é preciso destacar que assim como observou Sautchuk (2007) ao pesquisar o uso de arpões e anzóis por pescadores do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá) que resultou em sua tese de Doutorado em Antropologia na Universidade de Brasília, sobre as configurações dos objetos técnicos na vida dos humanos, assim comenta,

Sabe-se bastante sobre como os humanos fazem arpões e anzóis, outro tanto sobre como os utilizam, mas quase nada sobre o papel destes artefatos na configuração dos humanos. A feitura de um barco também é aspecto que desperta interesse, muito mais do que a constituição daqueles que o tripulam. A economia e a biologia do pirarucu e da gurijuba são estudadas com algum detalhe, mas fala-se pouco da sua relação com os humanos envolvidos em sua captura. Parece haver nisso tudo algum desequilíbrio, pois, se o estudo da técnica é de interesse, o deveria ser em todos os seus aspectos, tratando inclusive dos humanos que a compõem (SAUTCHUK, 2007, p. 292).

No caso desta pesquisa, ainda sabe-se pouco de todo o processo que envolve a pesca com o matapi e principalmente de como ele é produzido, por pessoas externas aos grupos domésticos, menos ainda sobre a configuração dos dois processos no cotidiano dos que os produzem, a partir de uma abordagem da antropologia da técnica. Empreendo, neste sentido, fazer esta análise a partir de um território local específico, por considerar tal investigação altamente relevante.

Neste sentido, a questão levantada por Sautchuk (2007) é pertinente, ao interrogar sobre a relação que é estabelecida entre objetos técnicos e humanos que, a meu ver, é também uma inquietação que levanto, quando analiso a técnica da produção do matapi e do seu respectivo uso no contexto local. Trata-se da “duplicidade” de configurações que determinam em que condições os humanos estão em relação à situação de sujeitos/objetos.

A partir de um exemplo etnográfico de pesquisa, tento esclarecer como funcionaria na prática esta configuração, ora do sujeito ser objeto em determinada circunstância, ora sujeito em outra. Os ribeirinhos do *assentamento quilombola* São João Batista, quando praticam o trabalho da pesca, com o uso do matapi, precisam, entre outros, de elementos como: a canoa, o remo, o próprio matapi, compondo juntamente com ele o processo de pesca. Neste caso, torna-se objeto da ação e ao mesmo tempo sujeito da ação. Objeto, por um lado, porque é um elemento que, assim como o remo, a canoa, o matapi, faz parte do atear o apetrecho, tornando-se assim objeto da ação e, por outro, sujeito da ação, porque está na condição de conduzir o processo em si da pesca. Aprende-se dessa relação que os instrumentos envolvidos não podem ser “considerados meros objetos, nem meros veículos, mas também sujeitos de ação” (MURA, 2010, p. 124). E o autor reforça “Assim, podemos falar de “sujeito da ação” e “objeto da ação” [...] um ser humano pode ser considerado, dessa forma, como sujeito em certas circunstâncias, e objeto em outras” (MURA, 2011, p. 109).

Outro exemplo de achados etnográficos de pesquisa pertinente para ilustrar a relação do humano sobre o objeto trata-se do processo de fabricação de matapi. No contexto local, o ribeirinho opera neste caso como sujeito da ação, uma vez que neste processo apenas ele atua sobre o objeto, manuseando de diversas formas, quando da sua

confeção, ou seja, não há uma reciprocidade da relação. Mas quando ele faz uso na pesca, desse instrumento pesqueiro, como observado em situações de trabalho de campo, a reciprocidade na relação acontece, passando de uma condição de sujeito, à de objeto também.

De forma similar, destaca Sautchuk,

O engajamento do pescador no barco é, inseparavelmente, condição material e fundamento dos sentidos atribuídos à pesca costeira; e o pescador é ao mesmo tempo atuante e parte de um sistema onde ele se coloca como elemento – é nessa “duplicidade” de condição que se configura sua subjetividade, centrada na *disposição para ser ativo* (2007, p. 295).

No caso do mar, a consideração em torno das ações dos camaradas indicou sua coordenação em torno da ação do barco, de modo que os movimentos a bordo (de pescadores e objetos) só ganham de fato um sentido quando, articulados, produzem as ações do barco. Assim, o pescador, enquanto indivíduo, não captura diretamente o peixe, isto é, ele se relaciona com os diversos elementos (como o anzol) e configura-se ele também enquanto elemento do barco, que é uma entidade englobante do ponto de vista das ações de navegação e pesca (SAUTCHUK, 2007, p. 297).

Outro debate, não menos importante que se deve considerar, quando se estuda os objetos técnicos trata-se da origem desses objetos. No caso do objeto técnico matapi, por exemplo, grupos domésticos do *assentamento quilombola* São João Batista produzem no contexto local este instrumento, e muitos fazem uso dele nas atividades pesqueiras. Outros, não são produtores do apetrecho, apenas se apropriam dele através da aquisição para ser utilizado no trabalho da captura do camarão. Neste sentido, e em sintonia com os argumentos de Mura (2011, p. 97):

Ao estabelecermos um vínculo privilegiado entre o objeto e seu construtor e ao considerar esse construtor não como um (ou mais) indivíduo (s), mas como expressão de uma coletividade (geralmente uma sociedade ou um povo), estamos também acostumados a pensar que um objeto produzido unicamente pelo povo “x” não pode ser considerado como sendo também de “y”, no caso de este apenas utilizá-lo. Podemos chegar a pensar que “y” conote esse objeto de outra forma, mas seríamos relutantes em considerar o objeto como sendo “seu”.

Assim, o objeto técnico pode ter origem em determinado contexto e ser apropriado por grupos domésticos em outros.

As técnicas e os objetos técnicos, como processos culturais, em alguns casos, por assim dizer, transformam-se no e com o tempo, ganhando novas configurações. Em outro contexto, são retomadas as antigas práticas de modos de produção e de uso, ou seja, podem ser e são reutilizados novamente, dependendo das formas experienciais em que eles foram testados, quando da introdução de novos objetos técnicos no cotidiano do trabalho e das atividades de campo.

Quanto ao primeiro aspecto, no qual os objetos ganham novas configurações destaca-se que,

De fato, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, as atividades “tradicionalistas” continuam sendo realizadas, atualizando as competências técnicas e até ganhando em valor simbólico [...]. Nesses termos, não podemos dizer que a tendência técnica conduza a um abandono completo das atividades realizadas no passado, uma vez que estas podem ganhar funções diferentes (MURA, 2011, p. 120).

Com base em minha experiência etnográfica de pesquisa, apresento como este argumento de Mura (2011) se constituiria na prática. Os *assentados quilombolas* locais, quando da extração do fruto do açaí, um dos apetrechos a ser mobilizado, entre outros, é a peconha. Este objeto técnico, na realidade em tela, teve sua configuração modificada, uma vez que, nos primórdios, o enlaço (peconha) era construído da retirada de fatias dos coratás das árvores do açazeiro, quando exposta à terra, pela ação natural do ambiente e/ou das próprias folhas verdes das árvores menores do tronco da touceira, o qual fica a uma altura um pouco superior à altura do homem, a partir da qual era cortada e confeccionada a peconha. Hoje, a peconha passa a ser produzida utilizando-se sacas de farelo de babaçu. Percebe-se, com esse exemplo, que houve substituição das peconhas de folhas e/ou coratás pelo material das sacas. Neste sentido, o objeto técnico peconha, não perdeu sua função, continua sendo mobilizado pelo ribeirinho no extrativismo, ganhando nova configuração por ser construída de sacos plásticos.

Ao contrário, podemos avançar ainda mais com a discussão, afirmando que determinados objetos técnicos são reutilizados sem sofrer mudanças de configurações,

em determinados contextos sociais. No contexto local, alguns *assentados quilombolas*, por exemplo, experimentaram um novo tipo de isca de camarão (puqueca) confeccionada a partir de recipientes plásticos pequenos, como: rolon, recipientes de armazenar pólvora, etc, substituindo assim a puqueca de folhas de aninga e/ou sacolas tradicionalmente usadas. Porém, nas atividades pesqueiras, com o constante uso destas, perceberam que tais iscas não atraíam o crustáceo camarão com mesma intensidade que as iscas produzidas a partir das sacolas/folhas de aningas, fazendo assim a reintrodução dos antigos objetos técnicos no contexto da pesca.

Desta forma, os objetos técnicos e a própria técnica são reconfigurados em determinados contextos, levando em consideração as experiências que se apresentam com o passar do tempo, disto não temos dúvidas. Entretanto, os objetos técnicos mobilizados nas suas origens históricas, podem, também, serem reintroduzidos no presente, como mostrado no relato etnográfico apresentado anteriormente.

Parece-me interessante ressaltar que, ao analisar os estudos da técnica, percebe-se como uma habilidade é mobilizada pelo trabalho do homem no contato com os ambientes físicos, naturais, etc. Então, se é possível estabelecer uma relação dos humanos com os objetos técnicos, porque não ampliar esta relação para os achados de tais relações. A técnica, do meu ponto de vista, vai muito além da relação dos objetos com os humanos. Ela é muito bem usada para a questão do bem viver em sociedade. Quando, digamos, o ribeirinho usa objetos técnicos como: a peconha, a faca, mesmo esta última não sendo construída por ele, para fazer o extrativismo do açaí, ele alimenta-se, supostamente, do açaí, vende o produto e adquire outros. Assim, a técnica envolve a relação dos objetos com os humanos e, principalmente com o resultado do trabalho de ambos os processos, resultando, por sua vez, que os objetos técnicos surgem pela necessidade do bem viver dos humanos. Poderíamos supor que, ao invés de apenas atribuir a relação dos objetos com humanos e vice-versa, faz-se necessário reconhecer que os objetos técnicos e, sobretudo a relação deles com os humanos, não poderiam existir sem antes reconhecer a relação com o trabalho, alicerce de todo o processo. Isto é, “Parece haver nisso tudo algum desequilíbrio, pois, se o estudo da técnica é de interesse, o deveria ser em todos os seus aspectos” (SAUTCHUK, 2007, p. 292), incluindo o resultado do trabalho a ela associado.

Após apresentar o que seria a antropologia da técnica e como ela se configuraria no contexto de experiência etnográfica por mim empreendida no ambiente sócio-ecológico-territorial do *assentamento quilombola* São João Batista, do rio Campompema, me deterei no próximo capítulo em descrever etnograficamente o processo como o apetrecho matapi é produzido tecnicamente, considerando que “No projeto de uma antropologia da técnica, a consideração dos aspectos materiais abre a possibilidade de se pensar também na constituição do humano a partir da relação com os outros elementos da atividade” (SAUTCHUK, 2007, p. 299).

CAPÍTULO 2 - OS SABERES TÉCNICOS DE CONFECCIONAR O MATAPI: A PREPARAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA E O PROCESSO DE FABRICAÇÃO E USO

As populações tradicionais da Amazônia desenvolvem no cotidiano uma infinidade de modos de conhecimento que surgem como forma de apropriação e uso do território do qual mantém contato, estritamente e cotidianamente por meio do fazer, criar e viver nestes espaços.

Muitas dessas atividades são frutos de práticas sociais e culturais que os grupos domésticos têm, seja para capturar animais de ambientes terrestres, bem como de ambientes aquáticos, seja para plantar, manejar e cuidar de forma a não degradar o território do qual dependem todos os dias.

Configura-se pela existência de múltiplas formas de afazeres e saberes de homens e mulheres que no cotidiano usam o trabalho como instrumentos de reprodução e manutenção social. Todas as técnicas estão imersas em uma forma de organização social, que, só com estudos bastante aprofundados e com tempo prolongado em campo poder-se-ia tentar registrar esses modos de conhecimentos, uma vez que a cada momento histórico eles acabam se reconfigurando, tornando-se assim uma forma de variação cultural, nos termos de Barth²² (2005).

Nesta relação de afazeres do dia-a-dia, esses sujeitos, ao interagirem com o ambiente de trabalho vão criando mecanismos de adaptação e armadilhas de pesca que os possibilitem obter diferentes formas de manutenção da vida. Podemos mencionar, por exemplo, os variados tipos de instrumentos pesqueiros existentes hoje na realidade do espaço Amazônico brasileiro. Por isso, é evidente a “necessidade de se redescobrir as organizações sociais, as relações e processos destas populações amazônicas em seu

²² “a cultura está em um estado de fluxo constante. Não há a possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. Logo, argumento aqui que não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo” (BARTH, 2005, p. 17).

cotidiano, ainda tão pouco estudados sob o olhar antropológico;” (FURTADO, 1993, p. 38).

Nossa intenção, não é debruçar-nos em analisar todas as formas de modos de conhecimentos dos grupos domésticos, e nem teria condições para se fazer isso, mas, pesquisar de forma particular o trabalho de tecelões de matapi, tendo em vista que, no *assentamento quilombola* “a produção [...] de Matapi é bastante forte e realizada por 80% das famílias que moram na mesma” (CARDOSO, 2018, p. 16).

Ainda hoje se tem um número reduzido de pesquisas que reportam a pesca na Amazônia, sobretudo com o uso do apetrecho matapi. Menos ainda se tem pesquisas que detalham etnograficamente esse material de pesca e a própria pesca com esse instrumento em uma perspectiva da antropologia da técnica. Fala-se ainda, timidamente, da pesca com o uso do apetrecho matapi, mas, a descrição etnográfica sobre como ele é feito/produzido, tecnicamente não se tem.

Considerando a fabricação do matapi, instrumento usado na captura do camarão, voltados especificamente para a realidade do estudo em tela e a partir de uma abordagem da antropologia da técnica, cujo “tipo de interesse etnográfico pela técnica, algo relativamente menos presente na antropologia feita no Brasil” (SAUTCHUK, 2017, p. 13).

Sobre o processo de fabricação de matapi, a partir de uma análise etnográfica de como o apetrecho é construído tecnicamente, busca-se fazer esta descrição etnográfica utilizando uma abordagem da antropologia da técnica e, assim contribuir com os estudos, neste campo, no Brasil e na região Amazônica, particularmente.

Nesta sessão tento, especificamente etnografar tecnicamente como grupos domésticos ribeirinhos de Abaetetuba-Pa, executam modos de conhecimento, como o da confecção de matapi e todo os seus desdobramentos técnicos de manuseio com a matéria-prima e com os instrumentos de que fazem uso no momento da sua produção.

Nesta perspectiva, nos detemos, neste capítulo, em aprofundar o estudo na análise do processo de fabricação do matapi numa perspectiva da técnica, pelos grupos domésticos da ilha Campompema-Abaetetuba-Pará, que usam este instrumento de

trabalho como forma de renda e como mecanismo de pesca, usado cotidianamente para capturar o crustáceo camarão (*Macrobrachium amazonicum*).

Em “Como descrever objetos técnicos”, (AKRICH, 2014), apresenta uma discussão interessante sobre o processo de instalação de Kits de iluminação fotovoltaica na Costa do Marfim. Faz uma descrição de como esses objetos técnicos são instalados no interior da propriedade aldeã na Costa do Marfim, levando em consideração todo processo de implantação, desde o plano de instalação até o controle do consumo de energia por meio dos medidores elétricos. Parece pertinente estender esse modelo de análise etnográfica para a descrição do processo de fabricação do matapi no contexto desta pesquisa.

O matapi “Trata-se de uma armadilha em forma de cilindro [...] pois é fechada por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair” (MORAES, 2005, p. 64-65).

Fazer/produzir/confeccionar o matapi, um dos instrumentos usados na pesca artesanal, requer algumas habilidades técnicas de quem o produz. Na especificidade da técnica desse material na Ilha Campompema, os grupos domésticos produtores de matapi “compram” toda a matéria-prima necessária a sua confecção na cidade e/ou de outros grupos domésticos de uma das 72 ilhas de Abaetetuba, além das cordas torcidas de polietileno e fibras plásticas adquiridas no comércio local, que substitui o cipó-titica²³ (*Heteropsis* spp. Kunth), antigamente utilizado para fazer o tecimento²⁴, isto é, a união das talas do corpo, do funil e da tampa/boca (abertura do cilindro de retirada do camarão e da inserção da puqueca²⁵) no matapi.

Portanto, houve mudanças nas condições socioambientais dos espaços em que existia o cipó-titica²⁶, considerando as formas de uso e apropriação constante desta

²³ O titica é um cipó hemi-epífita, ou seja, germina no chão e sobe para a copa das árvores onde a planta-mãe do cipó se estabelece (WALLACE, PEREIRA e PLOWDEN, 2010, p. 79).

²⁴ É o processo de junção/amarração das talas feito por meio de um trançado que prende uma tala a outra.

²⁵ A puqueca é uma espécie de isca utilizada para atrair o camarão para dentro do matapi.

²⁶ “O corte da fibra no comprimento desejado é feito com uma pequena faca afiada. Para obter a espessura desejada, primeiro o artesão divide a fibra longitudinalmente fazendo uma incisão pequena numa das pontas, que então é puxada até que ocorra sua separação em dois pedaços menores, este

matéria-prima necessária para a feitura do matapi. No entanto, na especificidade local não há relato de que ele existia até porque “O fato de apresentar germinação sobre o solo pode explicar sua ocorrência apenas em floresta de terra firme, não sujeita a inundação, mesmo que de forma esporádica” (FERREIRA; BENTES-GAMA, 2004, p. 10), ou seja, não é o caso do *assentamento quilombola* São João Batista em que, aproximadamente, 5% do território é de terra firme.

A retirada excessiva do cipó-titica da natureza ocasionou, supostamente, a “extinção”²⁷ desta matéria-prima, usada, durante muito tempo, para se fazer a união de todas as talas que compõem o processo como um todo do apetrecho matapi. Esta extinção provocou mudança em parte do material usado na confecção do apetrecho como considera o ribeirinho do *assentamento quilombola*: “Por que antigamente se utilizava o cipó hoje se utiliza a fibra” (Entrevistado R. R. C, pesquisa de campo). O mesmo relato é compartilhado por (Entrevistado R. C. F. P, pesquisa de campo) “Muitos ainda é no nosso próprio mato né, mas muitos já é comprado, já não tem mais, já não existe mais na nossa localidade”. Quando o interlocutor R. C. F. P (pesquisa de campo) diz que muitos pegavam no mato se refere à estachama/garachama e talas. O cipó-titica não existe e nem há relatos que mencionem sua existência pretérita no *assentamento quilombola*.

O que se sabe é que os moradores produtores de matapi sempre compraram este material na sede do município e/ou de moradores de outras ilhas e até mesmo de viajantes de outras cidades do Estado do Pará.

Quanto ao processo técnico de fabricação do matapi, seguem-se duas etapas e cada uma delas se subdivide em quatro outras etapas. A saber: etapa de preparação da matéria-prima e do tecimento do matapi.

A) A etapa de preparação da matéria-prima compõem-se de:

processo continua até que a espessura desejada seja alcançada” (FERREIRA; BENTES-GAMA, 2004, p. 14).

²⁷ “Em função da pressão dos extratores e do desmatamento, o cipó-titica foi dizimado das florestas dos estados do Pará e Maranhão, que abasteciam as indústrias de móveis artesanais do nordeste, sul e sudeste. Com a escassez do produto nessas regiões, restam agora poucas áreas de produção comercial nos estados do Amapá e Amazonas” (CARVALHO *et al*, 2015, p. 6).

- Desbuchar²⁸ ou limpar a tala;
- Quebrar as talas do pano, do funil e da tampa;
- Apontar a tala do funil²⁹ (nesta etapa é necessário que as pontas fiquem de tamanhos desproporcionais, uma vez que o funil depois de pronto fica em forma de cone);
- Preparar o arco de estachama/garachama³⁰.

B) A etapa de tecimento é composta de:

- Tecer o pano³¹, o funil e a tampa;
- Formar o cilindro e o funil (em forma de cone);
- Introduzir os arcos³² de garachama/estachama no cilindro;
- Fazer a conexão das partes do matapi por meio de fibra plástica (conexão entre pano, funil e tampa).

Quando de posse de toda a matéria-prima, o ribeirinho tecelão começa a utilizar saberes técnicos necessários a sua confecção. O primeiro processo é **desbuchar a tala (Foto 36)**, deixando-a numa espessura em que fique leve e de fácil utilização, durante todo o processo de construção do matapi. Além de fazer com que o produto final (matapi) não vá para o fundo, uma vez que a bucha³³ da tala absorve a água e, conseqüentemente aumentaria o peso do mesmo.

²⁸ É a retirada de uma espécie de resíduo que fica sobre a tala por ocasião da extração feita da fibra da palmeira de jupati (*Raphia taedigera*).

²⁹ O funil é a parte que liga o tronco de cone ao cilindro do matapi, ou seja, fecha as duas extremidades do cilindro.

³⁰ Trata-se de um cipó com espessura grossa. Utilizado para se fazer os arcos que ficam depois de pronto em forma de círculos. Esta matéria-prima existe e é possível de se encontrar no Assentamento/quilombola. Inclusive os ribeirinhos produtores de matapi fazem uso dela.

³¹ É a parte maior do matapi. O pano/corpo são todas as talas tecidas do cilindro do matapi.

³² São os círculos produzidos da matéria-prima cipó, denominado pelos ribeirinhos de estachama/garachama.

³³ É o resíduo da palmeira do jupati que fica sobre as talas quando da sua extração. Ela é retirada pelo processo de desbuchagem.

Foto 36 - Ribeirinho artesão fazendo a desbuchagem da tala



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

Na sucessão do processo **quebra-se inicialmente a tala do cilindro** (corpo/pano) (**Foto 38**) do matapi em um único tamanho, a qual aparece depois dele pronto no formato de cilindro e é considerada a sua maior parte, já que “Os matapis [...] são confeccionados com finas varetas da tala das palmeiras jupati (*Raphia taedigera*)” (ARAÚJO *et al*, 2014, p. 104).

Foto 37 - Quebrador de talas



Foto 38 - Ribeirinho quebrando a tala do corpo do matapi, usando um quebrador.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2020.

Para se fazer o corpo/pano do matapi são usadas aproximadamente de 40 a 45 talas, cujo tamanho padrão é de 48 centímetros de comprimento por 0,5 a 1,5

centímetros de largura. Depois de fechado o cilindro, este forma um diâmetro de 65 centímetros. O espaçamento entre talas varia de 0,3 a 0,5 centímetros. Esta medida foi retirada com o auxílio de uma trena métrica de um conjunto de 10 matapis já confeccionados por um ribeirinho do *assentamento quilombola*, no próprio local de produção.

Todos os grupos domésticos de ribeirinhos *assentados quilombolas*, tecelões de matapi usam um tamanho padrão para confeccioná-lo. Por isso, as talas do funil, corpo e tampa seguem o mesmo tamanho em termos de comprimento, como os indicados na **(Foto 38)** acima.

Realizado este processo, é dada continuidade, ao quebrar as talas que formam o **funil (Foto 39)**, local por onde o camarão entra no matapi. Não basta nesta etapa somente quebrar as talas, mas é preciso torná-las de um lado mais finas que do outro, ou seja, deixando-as desproporcionais, uma vez que o funil precisa ficar no formato de um cone, na medida em que “para a produção do funil [...] utilizamos um apontador de madeira para apontarmos e darmos formas da tala e começamos a tecer o funil” (Entrevistado R. R. C, pesquisa de campo).

Foto 39 - Ribeirinho quebrando as talas do funil



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2020.

Foto 40 - Preparação da tala do funil com o uso do apontador.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

Foto 41 - Tala do funil desproporcional



No funil são usadas, aproximadamente, o mesmo quantitativo de talas empregadas no corpo/pano do mesmo, mas, com tamanho inferior, por se tratar de uma parte menor do matapi. As talas deles medem 21 centímetros de comprimento, a largura equiparada a do cilindro, uma vez que parte das talas dos funis são os pedaços menores que sobram da tala usada na confecção do pano. Vale ressaltar que os funis, quando presos (conectados) ao cilindro, as duas de suas extremidades menores se distanciam 10 centímetros uma em relação à outra, considerando que o cilindro é “fechado nas bases por um tronco de cone circular reto, com base menor voltada para o interior do cilindro” (ARAÚJO *et al*, 2014, p. 104).

As talas que são usadas como **boca/tampa (Foto 42) do matapi** uma parte delas, são as sobras (restos) das varetas tanto do corpo como do funil. Em média têm 13 centímetros de comprimento, sendo utilizadas de 5 a 7 varetas. São unidas/amarradas por duas fibras plásticas nas duas de suas extremidades.

Foto 42 - Ribeirinho quebrando as talas da boca/tampa do matapi, com auxílio de um quebrador de talas.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2020.

Para se produzir **os arcos**, o ribeirinho tecelão deixa a estachama/garachama por alguns dias exposta à água a fim de que ela fique mais flexível no momento da sua utilização, tendo em vista que ela será cortada a um tamanho de 72 centímetros de comprimento e posteriormente dobrada até ficar em forma de um círculo. São retiradas duas fatias em sentidos opostos das pontas (extremidades) da estachama que visam depois de dobradas unir as duas pontas e esta é amarrada com a fibra plástica.

Foto 43 - Estachama/garachama com fatias.

Foto 44 - Arco pronto de suas extremidades retiradas.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2020.

Essas são basicamente as etapas de preparação da matéria-prima. Feito isto, passa-se para a etapa posterior (tecimento). Neste caso, a união entre as talas para se construir o matapi propriamente dito.

O ribeirinho artesão começa a **tecer o matapi** pelo que chama de pano ou em outras palavras, o corpo do mesmo (cilindro). É a parte que une a tala por meio de quatro tessumes³⁴ distribuídos dentro do cilindro. Um em cada extremidade e os outros dois divididos de forma igual no meio do pano, em que atualmente utilizam corda de polietileno torcida, onde antes se tecia com o cipó-titica. Araújo *et al* (2014, p. 104) afirmam que “Para amarração das varetas os pescadores utilizam cipó e/ou fitilho plástico de polipropileno e/ou corda torcida de polietileno”.

No próprio dizer do ribeirinho tecelão (Entrevistado R. R. C, pesquisa de campo) se observa essa mudança ao mencionar que “antigamente se utilizava o cipó hoje se utiliza a fibra”. Ao terminar esse processo fecham-se o pano do matapi, deixando-o em formato de cilindro.

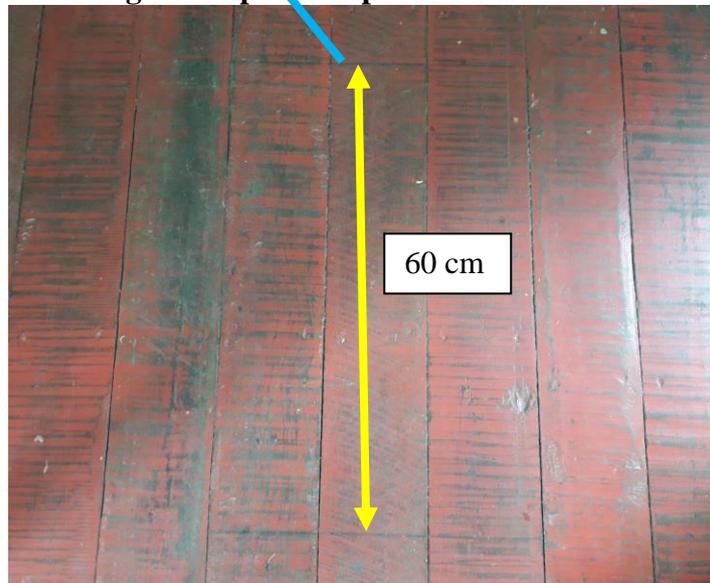
Foto 45 - Tecimento do corpo do matapi Foto 46 - Fechamento do corpo do matapi

³⁴ É o processo em que as talas são unidas por meio de fibras plásticas adquiridas em estabelecimento da feira do comércio local. Antes se utilizava o cipó-titica oriundo da própria floresta.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

Foto 47 - Medida da largura do pano/corpo feita no chão/assoalho da própria casa



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2020

Ainda na parte do tesseme, continuam com a etapa do tecimento do funil do matapi. Nesta etapa, trata-se de unir as talas com três amarrações, sendo uma com corda de polietileno na abertura maior, à qual é conectada ao pano e duas fibras plásticas na parte inferior. O que muda é que no funil se utilizam de três amarrações, diferente do pano que é com quatro. Concluído o tecimento, se unem os dois lados, deixando em formato de cone.

Foto 48 - Tecimento do funil

Foto 49 - Funil em forma de cone

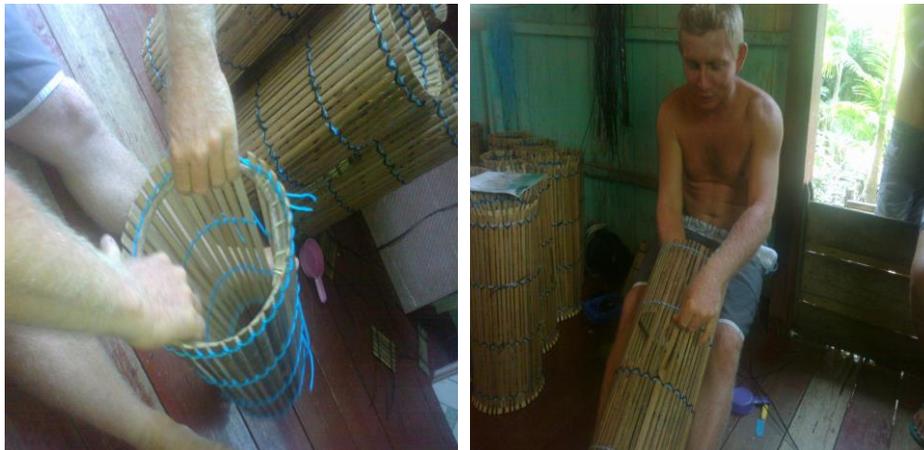


Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

A próxima etapa da confecção do matapi se caracteriza em colocar/introduzir quatro **arcos**, produzidos a partir de estachama (garachama), produto oriundo da natureza, no corpo do mesmo, em forma também de cilindro. No mesmo local onde estão os quatro tecimentos. Ao introduzir os arcos (círculo feito com pedaço de estachama) como chamam, apenas os dois arcos que estão no centro do matapi é que inicialmente são prendidos junto à tala do corpo por meio de caseamentos feito com fibras plásticas.

Foto 50 - Introdução da estachama (arco).

Foto 51 - Caseamento da estachama (arco) do meio do matapi



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

Antes mesmo do cilindro ser formado (fechado), com o auxílio de uma faca e de um pedaço de madeira³⁵, são cortados de cinco a seis pedaços de talas da parte central do pano, os quais ficam entre os dois tecimentos do meio para transformar-se em

³⁵ Serve como martelo para cortar as talas.

boca/porta do matapi que, posteriormente, são fechados pelas tampas, última etapa da confecção do apetrecho.

Depois de pronto o pano, o funil e a tampa, se faz a **conexão** entre essas partes. Em outras palavras, o funil e a tampa são conectados ao pano e caseados por meio de fibra adquirida em estabelecimento da feira do comércio da cidade local. Os arcos introduzidos nas duas extremidades do apetrecho são nesse momento caseados junto ao funil e o cilindro.

Foto 52 - Conexão do pano com o funil



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

A fase final da confecção é a inserção do **adereço boca/tampa**, local que serve tanto para colocar a puqueca, quanto para retirar o camarão. Esta parte do apetrecho é “popularmente conhecida por “boca” ou “porta”, onde é colocada a isca para atrair os camarões e por onde eles são retirados no momento da despesca” (ARAÚJO *et al*, 2014, p. 104). Nesse sentido, pode-se compreender como se dá todo o processo de fabricação do matapi, conhecendo desde quando se adquire a matéria-prima, até o seu preparo e confecção do produto final, o matapi. As formas de confecção são realizadas em grupos domésticos e em alguns casos aciona-se o mutirão (agregando outros grupos domésticos). O trabalho é realizado em local específico - casa ou ateliê - (podendo ser no espaço da sala, ao lado ou atrás da casa).

Foto 53 - Introdução do adereço boca



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2015

Sintetizando a produção de matapi no *assentamento quilombola* São João Batista-Ilha Campompema, traz-se a fala de um dos ribeirinhos artesãos entrevistados sobre como o fazem para torná-lo produto acabado.

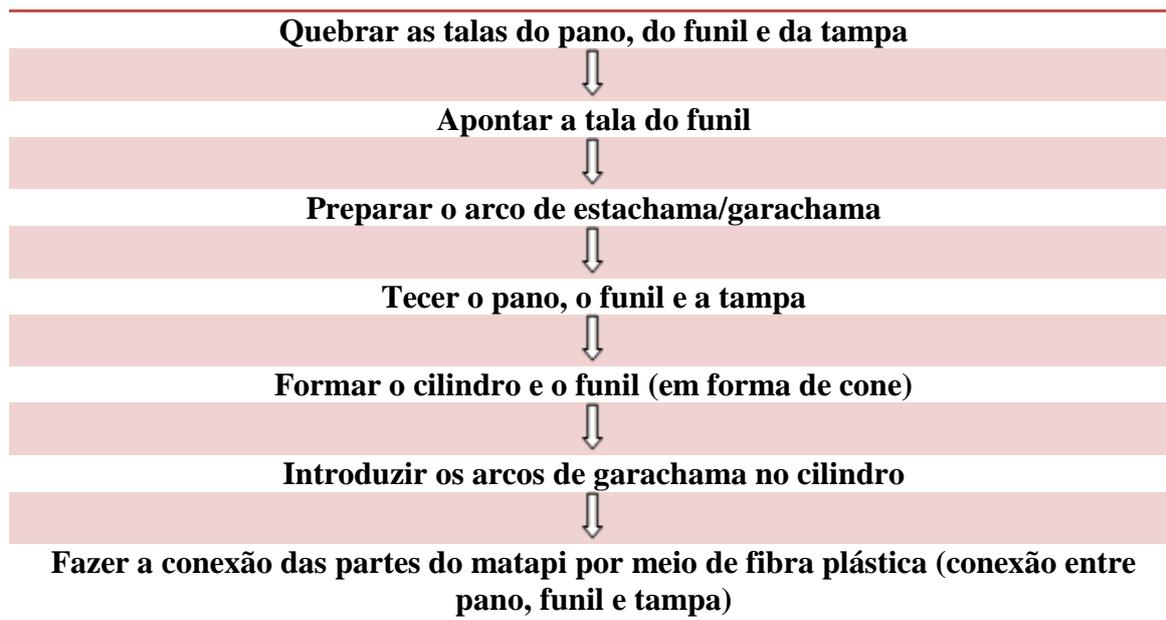
Para a fabricação de matapi nós utilizamos a tala de jupati que são retiradas nas matas. A fabricação em si temos que comprar essas tala dos tiradores então como começamos a fabricação, retirando a bucha da tala depois passamos para o processo de quebração das mesmas tanto para a produção do pano quanto do funil. Com isso, começamos a tecer o pano do matapi depois fechamos o mesmo e colocamos o arco para dar a forma arredondada. Com isso, passamos para o processo de caseamento do pano do meio. Passamos para a produção do funil que utilizamos um apontador de madeira para apontarmos e darmos formas da tala e começamos a tecer o funil. Depois de pronto o funil começamos a casialo no matapi e com isso o matapi já esta quase acabado só faltando à tampa que é a última etapa do matapi (Entrevistado R. R. C, pesquisa de campo).

O fluxograma da confecção do matapi como afirma o entrevistado acima, segue passos específicos, como se observa na demonstração do próprio ribeirinho entrevistado, que nos permitiu fotografar todo o processo de preparação do material e da forma de manuseio e confecção do instrumento matapi. A ilustração abaixo apresenta as etapas necessárias para se obter esse importante material de pesca, produzido por meio de saberes técnicos socialmente produzidos e continuamente atualizados.

Fluxograma 1 - Etapas do processo de fabricação de matapi

Desbuchar ou limpar a tala





Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

É importante destacar que os grupos domésticos de um modo geral estão envolvidos na fabricação do matapi. Todos sabem o processo como um todo, caracterizando que o trabalho neste *assentamento quilombola* é apreendido na perspectiva defendida por Marx, de forma Omnilateral, do conhecimento de todas as etapas de produção. O próprio dizer do ribeirinho entrevistado (Entrevistado F. S. F, pesquisa de campo) confirma que todos dos grupos domésticos participam do processo, uma vez que “a minha esposa que é profissional nisso aí, ela faz, e meu filho também faz, eu ajudo eles”.

O entrevistado F. S. F refere-se à mulher e ao filho como experientes na produção do matapi por conta de que todos os dias, pelo horário da manhã, vai à feira da cidade fazer venda de produtos tipo: camarão, miriti, açaí, entre outros, os dois últimos produtos elencados aqui dependem do ciclo da natureza, ou seja, da safra. Quando chega a casa ao final da manhã, a mulher e o filho já realizaram grande parte da confecção do mesmo. Por esta situação é que diz que apenas ajuda na fabricação.

Quando se trata da produção do matapi no interior da organização social dos próprios grupos domésticos, a confecção é intercalada com outras atividades extrativistas, que igualmente exigem saberes específicos, como por exemplo, no verão

Amazônico, a extração do fruto de açaí. O processo de fabricação do matapi não se trata, portanto, de única modalidade de produção familiar. Existem outras além dela.

Como desenvolvem modos de conhecimento variados na fabricação dos apetrechos, não se tem um horário fixo para produzir o matapi. A ida à cidade (para vender o matapi, e demais produtos naturais), a extração do açaí, do fruto de miriti, entre outras formas de práticas culturais, acabam interferindo na produção. No geral, a confecção acontece no horário da tarde.

Outra situação social de fabricação de matapi é a formação de grupos de aproximadamente 15 pessoas, entre adultos, jovens, adolescentes, crianças, reunidos em mutirão (existem vários grupos no *assentamento quilombola*, mas focamos a análise em apenas um). Assim, toda terça-feira, na casa ou ateliê de um dos membros do grupo se reúnem para praticar o processo de fabricação do matapi. Este dia é destinado exclusivamente para essa prática em mutirão. No dia são confeccionados de 30 a 40 apetrechos e, com o dinheiro da comercialização, fazem a divisão do lucro de forma igual entre os membros participantes. No caso particular dos mutirões, os espaços usados para essa prática são os mesmos utilizados pelo grupo familiar.

Os instrumentos para produzirem o matapi são basicamente a faca, bem amolada, porque ela precisa retirar as buchas das talas, cortar a corda de polietileno, as fibras plásticas de caseamentos, as talas, e o terçado para cortar a estachama, tendo em vista que se trata de um cipó natural resistente.

O resultado deste trabalho (o matapi pronto, acabado) tem um valor traduzido pelo preço de venda de R\$ 12,00 reais na feira do comércio local, sendo parte dos matapis confeccionados no *assentamento quilombola* levados para serem comercializados no Estado do Amazonas. Este é o valor de venda de um emaranhado de saberes constituídos a partir da produção deste instrumento técnico de trabalho pesqueiro.

O matapi no *assentamento quilombola*, conforme aludido, tem um tamanho padrão (ver fotos abaixo), uma vez que já existem as medidas prontas (obtidas pela

padronização proporcionada pelo quebrador) para preparar as talas do corpo, do funil e da tampa da boca.

Tamanho padrão do matapi

Foto 54 - Tamanho da tala do cilindro

Foto 55 - Tamanho da tala do funil



Foto 56 - Tamanho da tala da tampa/boca



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Seta vermelha representa o comprimento padrão do cilindro que é de 48 cm
A seta branca mostra o comprimento da tala do funil que é de 21 cm.
A seta azul representa o cilindro, cujo tamanho é de 65 cm
A seta verde detalha o tamanho da tala da tampa 13 cm de comprimento.

Outro detalhe importante em relação às técnicas de produzir o matapi é a forma como esses ensinamentos são transmitidos dos mais velhos, ou mais experientes (pais, tios, avôs) aos jovens e as crianças. Estes modos de conhecimento partilhados em comunidades tradicionais seguem princípios de circulação observados por Barth (1995, p. 51) ao caracterizar que “a ideia geral entre eles é de que a transmissão do mais velho para o mais jovem”.

O relato de um interlocutor da pesquisa mostra como acontece o aprendizado da fabricação do matapi “A origem foi [...] nós aprendemos a fazer o matapi com o papai, mamãe. Eles faziam e nós aprendemos com eles e agora a gente está repassando pro nossos filhos, pro nossos vizinhos que muitos já aprenderam com nós” (Entrevistado R. C. F. P, pesquisa de campo).

Neste sentido, a fabricação do matapi tece relações sociais, uma vez que o aprendizado acontece tanto no seio familiar assim como abrange os integrantes da comunidade, sobretudo os moradores próximos aos produtores deste instrumento pesqueiro.

O presenciar dos filhos desde criança sobre o trabalho dos pais é que se tornam as primeiras formas de aprendizado, ao observar o saber fazer do outro. Isto bem antes da iniciativa da criança começar a confecção de fato do material pesqueiro, que neste caso podemos chamar de segundo passo para sua execução. De acordo com Souza (2011, p. 123-124):

Os saberes relacionados ao método, a construção de algumas tecnologias artesanais, a percepção íntima dos elementos da natureza foram conhecimentos aprendidos ao longo do tempo, a partir da necessidade, da observação e da vivência com os mais velhos ou mais experientes.

Percebe-se neste processo que a forma de transmissão de conhecimentos é,

Diferente da escola onde, na maioria das vezes, a transmissão ou troca de saberes ocorre somente no ambiente da sala de aula, na agricultura familiar, no mundo rural-ribeirinho, o repasse do saber ocorre no cotidiano, em diferentes ambientes e por diversas formas (CUIMAR, 2013, 71).

Nesta comparação entre formas de se aprender o saber, Cuimar (2013) afirma que no espaço do mundo rural-ribeirinho o aprendizado se dá de diferentes formas, na relação com o outro. Diferente da escola formal que o aprender ocorre somente naquele espaço onde estão concentrados os alunos e o professor.

Na pesquisa desenvolvida no *assentamento quilombola* São João Batista-Ilha Campompema buscamos apreender como se dá a confecção do matapi, nesta situação social. Trata-se de uma descrição e análise etnográfica sobre o processo de produção do referido apetrecho por moradores ribeirinhos do lugar.

Percebeu-se que produzir matapi exige certas habilidades técnicas e destreza quanto a todo processo de confecção, uma vez que são muitas etapas e cada uma delas requer dos ribeirinhos usos de técnicas e estratégias de manuseio com o saber trabalhar a matéria-prima como um todo.

Outro detalhe importante quanto à confecção do matapi no *assentamento quilombola* é que todo o grupo doméstico trabalha na sua produção. Neste sentido, há uma relação de saberes que se entrecruzam no ambiente onde esse apetrecho é produzido.

Nas práticas de produção do matapi é necessário que etapas diversas sejam cumpridas pelos ribeirinhos como: desbuchar a tala, quebrar as talas do pano, do funil e da tampa, apontar as talas do funil (cone), preparar os arcos (círculos), tecer o pano, o funil e a tampa, formar o cilindro e o funil, introduzir os arcos, fazer as conexões entre as partes do matapi (pano, funil e tampa).

O matapi, portanto, constitui uma armadilha de pesca que exige formas de trabalhos técnicos diversos que envolvem desde a preparação da matéria-prima, passando pelo tecimento até chegar o momento de conexões de suas respectivas partes (pano, funil e tampa), formando-se assim o importante apetrecho de pesca. O matapi, portanto, estabelece relações sociais.

Discutido todo processo técnico de como o matapi é produzido, no contexto territorial local, passa-se ao item seguinte, abordando o uso dele na pesca, numa perspectiva que evidencia seus métodos e processos próprios.

Os recursos pesqueiros na vida do homem amazônico remontam ao período anterior à colonização (século XVI) quando os índios exerciam a prática da pesca de subsistência vista como uma das atividades complementares à vida das populações ribeirinhas (MORAES; REIS, 2011, p. 103).

A pesca tem sido uma atividade secularmente praticada no espaço rural ribeirinho Amazônico. Trata-se de uma atividade executada pelos povos e comunidades tradicionais que habitaram/habitam o contexto territorial ribeirinho da Amazônia desde tempos remotos. É um modo de conhecimento, perpetuado pelos sujeitos que ocupam esses espaços.

A pesca é uma das primeiras formas de atividade humana praticada no espaço Amazônico brasileiro. A necessidade de sobrevivência possibilitou que nossos antepassados criassem meios que levassem à confecção de instrumentos necessários à captura de peixes para serem consumidos na alimentação (MORAES, 2004). Furtado (1993, p. 31) afirma que “escrever sobre pesca na Amazônia foi [...] de levantar questões e a de resgatar conhecimentos sobre uma atividade secular de populações que vivem à beira do litoral, dos rios, lagos, igarapés e paranás amazônicos sobre cujos recursos pairam”.

Na Amazônia a pesca é praticada de diversas formas e acionada por diferentes tipos de instrumentos pesqueiros. Neste sentido, “encontramos inúmeros registros acerca da atividade pesqueira abordando variados aspectos” (MORAES, 2005, p. 34). Não se trata, no caso, de pescadores ribeirinhos de uma única e exclusiva forma de trabalho, uma vez que “a pesca é apenas uma atividade complementar na vida da população”; e “destina-se mais ao consumo doméstico do que propriamente à comercialização que geralmente ocorre nos tempos de safra” (FURTADO, 1993, p. 45).

A pesca artesanal, no contexto do espaço rural-ribeirinho Amazônico, representa não somente um modo de conhecimento praticado pelos grupos domésticos locais, mas, apresenta-se como forma de partilha tanto de conhecimentos transmitidos quanto do produto pescado/capturado pelos envolvidos com a atividade. Partilhar “É um valor muito presente em nossa vida, inclusive com o costume de emprestar alimentos como açúcar, farinha, sal... Quando se pega muito peixe, é costume repartir com os vizinhos e parentes (Revista Memória e Revitalização Identitária, 2009, p. 8).

Geralmente, em comunidades ribeirinhas, os grupos domésticos, partilham entre si alimentos e objetos pesqueiros. Os peixes capturados com a prática de pesca são em

grande medida compartilhados entre os membros do grupo. Assim, “As sociabilidades da pesca e as regras de compartilhamento ou divisão do peixe resultante da pescaria são elementos que marcam os modos de vida das famílias no contexto estudado” (BARROS *et al*, 2019, p. 146).

Inclusive os que não participam da pescaria, acabam recebendo parte dos pescados capturados para consumo. Isso porque a atividade, na maioria das vezes, é praticada por pais, filhos, netos (como membros dos grupos domésticos), etc. que residem em um mesmo território, com casas próximas umas das outras. Isso possibilita o laço de união e generosidade, aspectos esses que fazem parte do cotidiano do ribeirinho amazônico. Considerando que nesses territórios pode-se verificar que, “alguns desses agrupamentos, moram diversos membros de uma mesma família, por exemplo, três casas separadas por apenas uns cem metros, que abrigam um casal de referência e seus filhos/netos” (NETO; FURTADO, 2015, p. 159).

No contexto estuarino amazônico ribeirinho do *assentamento quilombola* São João Batista, a pesca praticada é a do tipo artesanal, cujas “relações de trabalho baseadas na parceria e nos conhecimentos empíricos com produtos direcionados, em sua maioria, ao consumo local” (MORAES; REIS, 2011, p. 109). No caso da pesca artesanal, alicerce fundante e fundamental dos que vivem às margens de rios, furos e igarapés, como os ribeirinhos do *assentamento quilombola* São João Batista, Ilha Campompema, no município de Abaetetuba, Pará, que há muito tempo, praticam variados tipos de pescas, acionando diversificados objetos técnicos.

O território de águas, principalmente a água do rio Campompema (*assentamento quilombola*), torna-se espaço de vida e local de trabalho dos ribeirinhos. Uma das características que os ribeirinhos possuem com relação ao território do qual fazem parte, é “a ciência, o saber da gente que faz do meio aquático um dos principais objetos de sua sobrevivência” (FURTADO, 1993, p. 199), sua interdependência com o território de rios/florestas, onde exercem inúmeras de suas práticas socioculturais. Como diz Cruz (2008, p. 49), “a vida se tece pelas relações estabelecidas com e através do rio”. Ou seja,

Provavelmente não consiste exagero dizer que esses grupos são em boa parte das vezes caracterizados em função da relação com a água.

No caso da antropologia, o vínculo com o meio hídrico aparece em geral como um aspecto definidor dos modos de vida, a tal ponto ser comum que surja como traço característico de uma população (SAUTCHUK, 2011, p. 83).

É no rio que esses grupos domésticos fazem uso da pesca com o matapi, entre tantas existentes no território local, uma prática que exige o conhecimento dos movimentos das águas, uma vez que em determinados períodos da semana, do mês e do ano a prática é completamente modificada em virtude da sazonalidade das águas (marés), sobretudo no período de inverno Amazônico, que interfere em algumas atividades dos ribeirinhos, principalmente nessa que se refere à pesca com o uso do matapi. Essa variação leva em consideração que “esses comportamentos de enchente e vazante, sejam na maré *morta*, sejam na maré de *lanço*, não impossibilitam os pescadores de realizar a sua atividade regularmente durante o ano” (NETO; FURTADO, 2015, p. 176).

Por conta das circunstâncias impostas pela natureza, os grupos domésticos precisam, dentre outras coisas, se adaptar a todas as mudanças climáticas oriundas das estações do ano. E essa adaptação a que os ribeirinhos são submetidos os tornam cada vez mais habituados à sazonalidade do contexto Amazônico, uma vez que “no processo de adaptação à natureza o homem foi levado a deduzir métodos de sobrevivência e remodelar todo o espaço no qual estava inserido coletivamente” (MORAES; REIS, 2011, p. 104). Tal adaptação só é possível porque os amazônidas que vivem as margens dos rios, igarapés etc, têm:

O conhecimento do ambiente em que vivem e a habilidade para fazer as coisas para utilizar esse ambiente, à medida em que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos do povo no seio do qual são desenvolvidos. Ambos são apreendidos de modo empírico, pelo contato íntimo com a natureza (terra, água, floresta e com o próprio homem (FURTADO, 1993, p. 199).

Sua experiência quanto ao uso dos recursos naturais os torna sujeitos com conhecimentos aprofundados do território das águas, da terra e da floresta (mata). Considerando que: “tais populações detêm um vastíssimo conhecimento sobre a

natureza local, sobretudo no que se refere aos diferentes usos dos recursos naturais” (BARROS, 2009, p. 157).

Moraes (2005) detalha o que é matapi, a matéria-prima de que é feito e para que é usado pelos ribeirinhos da Amazônia:

A pesca com matapi na Amazônia destina-se à captura de camarões. Trata-se de uma armadilha em forma de cilindro que se assemelha com o covo do Nordeste, pois é fechada por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair. A matéria-prima para sua construção são talas de jupati (*Raphia taedigera*), uma palmeira da floresta amazônica (MORAES, 2005, p. 64-65).

Desta forma, a pesca com o uso do apetrecho matapi no contexto da Amazônia brasileira visa à captura de camarão. Essa armadilha de pesca, conforme destacado por Moraes (2005), é um instrumento pesqueiro utilizado por ribeirinhos amazônidas na prática da pesca artesanal rotineira. No próximo item, a partir de uma abordagem etnográfica de pesquisa, descrevo a pesca local com uso do instrumento matapi. Mas antes faço uma descrição de uma situação social específica ocorrida na minha pesquisa de campo.

A análise situacional de um contexto social, segundo Gluckman (1987, p. 228) tem como objetivo “abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, etc. daquela sociedade”. Para o contexto desta pesquisa analisarei a realidade do território do *assentamento quilombola* de Campompema, cuja estrutura organizacional é bem diversificada quando se trata de meios de produção agrícola da comunidade, bem como da estrutura política de organização social que congrega vários movimentos sociais, onde os sujeitos estão inseridos, conforme já mencionado.

Farei como diz Gluckman (1987) a análise de uma situação específica, registrada por mim no final da tarde de um dia e início da manhã do outro, período em que se fecha por completo um ciclo de pesca com matapi. Em campo, observei a diversificada forma de produção extrativista, agrícola e de pesca. Entretanto, minha escolha em mapear o contexto situacional da pesca com matapi, não mais importante que as demais formas de produção da comunidade e nem mais lucrativa, ou de maior renda familiar.

Mas, sobretudo, pela intercorrência desta prática durante o ano todo, bem como por observar os pontos de pesca em todo território do *assentamento quilombola*.

O pescador que acompanhei durante a pescaria com matapi é chefe de um grupo doméstico e tem na pescaria uma possibilidade de complementar a produtividade associada a outras atividades da agricultura familiar (extrativismo do açaí, miriti etc). Na prática de pesca com o uso do matapi desenvolve o trabalho desde quando era criança, quando acompanhava o pai na atividade.

Neste dia o objetivo da pesca com matapi pelo ribeirão era capturar o camarão para ser comercializado, juntamente com três rasas de açaí que já havia apanhado/extraído da natureza durante o dia, na feira da cidade de Abaetetuba, visando complementar a dispensa da casa (estava acabando o café, o açúcar, o sal, entre outros alimentos de uso obrigatório do dia a dia). Isto é, a pesca nesse dia tinha como objetivo suprir a necessidade básica de compra de produtos não ofertados pela natureza e de consumo diário do grupo doméstico pesquisado. É importante frisar que esta é uma prática comum entre os grupos domésticos daqui da ilha de Campompema, levar o resultado do trabalho, seja de pesca ou outros produtos agrícolas extrativistas para comercialização na cidade.

Residindo, aproximadamente, a uns 50 metros de distância de minha residência (cinquenta metros de distância separam minha casa da do pescador pesquisado), o anfitrião além de ser meu vizinho, é casado com a prima da minha mãe. Fato este decisivamente importante no momento de me aceitar no acompanhamento da pescaria.

Como muitos ribeirinhos, este interlocutor costuma pescar “todos os dias”, no mesmo horário e local. Entretanto, pelo fato de o camarão ser uma atividade pesqueira disponível o ano todo, a prática deste trabalho familiar ocorre de forma quase que cotidiana, uma vez que, de vez em quando a pesca é interrompida, tendo em vista o número reduzido de camarão capturado. Este fato faz com que o pescador interrompa a pescaria por alguns dias, deixando “a beira descansar”, como costumam falar.

É importante destacar que os meses de maio e junho são o período da safra do camarão, onde se evidencia em maior proporção a captura pelos pescadores ribeirinhos,

possibilitando a comercialização em maior quantidade. No entanto, a safra faz diminuir o valor a ser pago pelo produto.

Assim, para descrição desta situação social de pesca artesanal com o uso do matapi, às 17:30 do dia 21 de novembro de 2021, na ilha de Campompema/território do *assentamento quilombola*, acompanhei um pescador ribeirinho indo armar os matapis em uma de suas pescarias. Ao estar na canoa, o anfitrião colocava os matapis ao fundo da embarcação/montaria e eu o ajudava também no armazenamento do apetrecho.

Com todos os matapis expostos ao fundo da canoa, saímos a remar, à direita, tendo como ponto de referência o local de moradia do ribeirinho pescador, para armar os apetrechos nos seus respectivos pontos de pesca. Considerando que esses pontos ficam localizados às margens do rio, no próprio território de morada, e além do mais, cada morador tem um ponto de pesca que é respeitado, isto é, somente ele pode pescar naquele local.

Quando trafegávamos pelo rio rumo ao local de pesca, o mar estava um pouco agitado, com pequenas mareas e ventos não muito fortes. Nada que pudesse interromper a pescaria, uma vez que o pescador com seu notório saber, soube lidar tranquilamente com essa anormalidade do mar, conseguindo conduzir a pescaria de início ao fim com toda segurança necessária.

Os pontos de pescar se distanciam um do outro por 2,5 a 3 metros de distância. São caules da palmeira da açazeira introduzidos de forma horizontal à margem da mata ciliar, chamada pelos ribeirinhos de vara/maral. Conforme imagem da figura abaixo, com algumas setas indicativas dos referidos pontos:

Fotos: 57, 58 e 59 - Pontos de pescas



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

De vara³⁶ em vara, como costumam denominar, íamos prendendo/amarrando com uma corda o matapi em várias delas. Isto é, a cada ponto de pesca, o apetrecho matapi ia sendo preso, com enlaço realizado à corda.

Quando estávamos fazendo a armação do matapi, outro ribeirinho também fazia o mesmo processo na confluência do território onde pescávamos, ao lado direito da fronteira que divide os territórios. Com uma diferença, esse pescador estava acompanhado de uma criança, fato notadamente corriqueiro entre as comunidades

³⁶ São espécies de caules de árvores de açazeiras que são introduzidos de forma vertical a margem/beira do rio que permitem que o ribeirinho amarre os matapis sobre eles.

tradicionais, sobretudo da Amazônia, onde os filhos costumam acompanhar os pais, desde criança, seja nas pescarias ou outras atividades produtivas, buscando apreender esses conhecimentos.

Toda vez que uma embarcação passava por nós, os tripulantes destas nos cumprimentavam, prática comum para quem habita as margens dos rios da Amazônia, a cordialidade era/é visível entre os moradores desses espaços. Esses tripulantes eram pessoas de outras localidades fora do contexto do *assentamento quilombola*. Entretanto, a maioria dessas embarcações eram pertencentes à localidade de Campompema.

Concluindo o processo de armação dos instrumentos de pesca, retornamos à casa do ribeirinho pescador. Antes de ir para minha residência, também situada no mesmo território do *assentamento quilombola*, na confluência do lado esquerdo, combinei com o pescador que o acompanharia na retirada dos matapis, no dia seguinte, e assim ficou definido.

Por volta das 05:30 da manhã seguinte, estava em companhia do ribeirinho para participar da retirada dos matapis. Fomos a cada ponto de pesca onde os apetrechos foram armados. O pescador desfazia os nós do enlaço que prende o matapi às varas e ao mesmo tempo o enrolava e ia armazenando um por um ao fundo da montaria/canoa. Ao concluir a retirada de todos os matapis, por volta das 06:15, aproximadamente, retornamos novamente à casa, local de origem.

Retiramos os apetrechos da conoa e os colocamos na ponte da frente da casa do anfitrião. Logo em seguida fez-se a despescagem de todos os instrumentos de pesca, onde os camarões iam sendo despejados diretamente a uma *rasa*, recipiente usado para armazenar frutos e pescados. Em média, neste dia, pescou uns 3 Kg de camarão, isto é, após esse procedimento o ribeirinho tomou um banho no rio e em seguida tomou o café, este servido a mim também, da *rasa* despejou o camarão em uma sacola plástica, vestiu a roupa e se dirigiu a cidade para comercializar os camarões.

Esta situação permitiu-me descrever passo a passo como ocorre o processo de pesca artesanal com o uso do matapi em contexto do território do *assentamento*

quilombola São João Batista, possibilitando compreender como esta se materializa na prática.

Esse conhecimento do trafegar nos rios e ao mesmo tempo de nele pescar, possibilita o saber lidar com o cotidiano das águas, seja na locomoção quanto no uso da prática da pesca. Todo o conhecimento adquirido ao longo da vida, nesses espaços territoriais, contribuem para que saibam o momento quando algumas práticas extrativistas e até mesmo pesqueiras devem ser interrompidas, seja para o descanso da terra ou da pesca com o matapi.

2.1 - O saber-fazer técnico da pesca com matapi no *assentamento quilombola* São João Batista

Assim como o matapi segue uma cadeia produtiva, com fases diversificadas de todo o processo, a pesca com tal instrumento também tem procedimentos técnicos que antecedem a pesca, e são utilizados durante a pesca e depois dela. Assim, a pesca com o uso de matapi, entre os grupos domésticos do território local, segue, numa abordagem da antropologia da técnica, pelo menos quatro procedimentos técnicos diferenciados para o processo de captura do camarão. São eles: preparação do matapi (fazer a puqueca³⁷ e iscar³⁸); o ato de atear ou armar (colocar) os matapis às margens dos rios, nas marés *mortas* (quando a água não fica submersa ao terreno) e/ou dentro da floresta, nas águas de *lanços* (marés de sizígia), capaz de inundar a território (terreno), - mais adiante detalharei como as pescas acontecem nesses dois tipos de sazonalidade de águas; e finalmente o ato de retirada (seguido da despescagem e armazenamento) do apetrecho pelos ilhéus no dia seguinte, uma vez que ele é colocado no final da tarde de um dia e retirado no amanhecer do outro. Sobre esse processo afirma J. P. S, um dos entrevistados: “primeiro eu faço a puqueca, depois isco o matapi, depois coloco na canoa pra colocar na beira [...] ou dentro da mata que não precisa de canoa” (Entrevista, J. P. S, pesquisa de campo).

³⁷ A puqueca trata-se de uma isca usada para atrair o camarão para dentro do matapi. Considera-se também que “a isca pronta é denominada de ‘puqueca’ pelos pescadores locais” (ARAUJO *et al.*, 2014, p. 105).

³⁸ É o processo em que a isca (puqueca) é introduzida e amarrada dentro do matapi.

Ao adquirir o matapi, seja na feira (comércio) da cidade de Abaetetuba e/ou no próprio *assentamento quilombola*, local onde esse apetrecho é produzido por muitos grupos domésticos, os ribeirinhos introduzem nele uma “boia³⁹” pequena, adereço de isopor ou pedaço do pecíolo (“braço”, popularmente conhecido pelos ribeirinhos locais) do miritizeiro (*Mauritia Flexuosa*) sobre a superfície do cilindro, próxima da abertura de retirada do camarão denominada pelos ilhéus de “boca”.

Esse instrumento adicionado ao matapi tem a função de torná-lo flutuante, evitando que ele vá ao fundo, quando da sua armação. Além desse, é também adicionada uma corda de polietileno numa das extremidades do cilindro, local onde é preso o funil e na mesma direção das talas em que foi amarrada a “boia”. O propósito da corda é justamente possibilitar que o apetrecho fique preso ao local em que será armado.

Foto 60 - Matapi exposto à água para mostrar indicação da boia e da corda.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2018.

³⁹ “Objeto flutuante us. para impedir que algo ou alguém afunde na água” (BECHARA, 2011, p. 345). No caso do mapati, a boia é um adereço introduzido na parte externa da ferramenta para evitar que ele afunde.

Esses dois instrumentos (“boia” e corda) adicionados ao matapi permanecem fixos nele o tempo todo, até que a armadilha seja destruída, definitivamente, pelo constante uso no espaço das águas, o que tem ação direta no envelhecimento e decomposição da matéria-prima da qual ele é feito, neste caso, a tala do jupati (*Raphi ataedigera*).

Em se tratando de iscar o matapi, o primeiro procedimento, depois da preparação/confecção da puqueca, adotado pelos grupos domésticos no processo de captura do camarão, e realizado todas as vezes que forem praticar a pesca do crustáceo (camarão), é a preparação da isca. Para isso, o ingrediente utilizado é o farelo, enrolado por sacolas plásticas ou folhas de “aninga⁴⁰” da região, amarradas com “enviras” (fibra natural oriunda do broto ou grelo do buritizeiro miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L. F) - espécie de palmeira-da-Amazônia.

As ditas puquecas (iscas) são confeccionadas tecnicamente, com poucas variações no processo de construção, de uma para outra (sacolas e aningas). Quanto à produzida a partir de sacolas plásticas, estas inicialmente são cortadas em forma de figura geométrica quadrado, na qual no centro é introduzido o farelo. Logo após, suas quatro extremidades são unidas e amarradas com fibras naturais (envira), formando-se uma pequena bola, as chamadas puquecas, onde alguns centímetros de pontas das enviras são deixados para amarrar (prender-se), quando da iscação do apetrecho. E finalmente várias perfurações, com o uso de pedaços de talas (jupati) apontadas, são feitas sobre ela para que atraia o camarão para dentro da armadilha.

Em se tratando das puquecas confeccionadas a partir de folhas de aningas, as folhas são dobradas, formando-se uma espécie de fôrma onde é introduzido o farelo, posteriormente amarradas, com a mesma fibra de envira e perfuradas com o mesmo método adotado com as puquecas de sacolas.

Foto 61 - Puqueca de sacola.

Foto 62 - Puqueca de aninga.

⁴⁰ Pertencente à “família das aráceas, planta herbácea, abundante nas margens pantanosas dos lagos, rios e depressões de várzeas, é muito comum às ilhas flutuantes da Amazônia” (ASSIS, 1992, p. 16).



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira , 2018



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2018.

Pronta a isca, ela é introduzida dentro do matapi. Essa introdução é feita por meio da abertura (“boca”) que dá acesso ao interior do apetrecho. A puqueca (isca), como é conhecida pelos ribeirinhos do *assentamento quilombola*, é presa sobre a boia do matapi, evitando que os peixes como o bacu (peixe de água doce da família dos Doradídeos) retirem com seu ferrão o ingrediente da isca. Essa isca é utilizada na pesca de matapi:

para atrair os camarões até as armadilhas os pescadores locais utilizam o farelo...como principal ingrediente empregado na preparação das iscas. Os ingredientes são envolvidos em sacos plásticos, folhas. Posteriormente, o material embrulhado é amarrado com tiras de “envira” ou fitilho plástico de polipropileno. A isca pronta é denominada de “puqueca”, pelos pescadores locais. A “puqueca” recebe alguns furos para que o odor do farelo de babaçu atraia o camarão até o apetrecho (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 105).

A iscação⁴¹ do matapi acontece na própria residência dos grupos domésticos, isto é, os matapis são iscados na casa. Geralmente o farelo e a “envira” estão armazenados no compartimento (parte) da cozinha da casa, e, quando utilizados para fabricar a isca, pequenas tiras da “envira” são retiradas com a ajuda de faca e levadas juntamente com a sacola ou recipiente que guardam o farelo para a parte externa da

⁴¹ É o processo de introduzir a puqueca dentro do matapi.

moradia, onde começa a fabricação da puqueca, que é posteriormente adicionada dentro do matapi. Considerando que no *assentamento quilombola* ocorre o que é descrito por Araújo “os matapis são iscados nos domicílios, posteriormente, no final da tarde, são empilhados na pequena embarcação e levados até o local de pesca, que no geral fica próximo a residência, onde são armados” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 107).

No *assentamento quilombola* pesquisado constatou-se que os ribeirinhos chegaram a fazer uso de puqueca confeccionada a partir de recipientes plásticos (**Foto 63**). A introdução dessa forma de isca no contexto local, com o uso constante e por meio da observação e experiência na atividade de pesca, os ribeirinhos detectaram que não era o instrumento ideal para atrair o camarão para dentro da armadilha. A cada dia de pesca foi-se percebendo que se capturava pouco camarão nas pescarias. Ao fazerem uso novamente da antiga isca, observaram o aumento na quantidade de crustáceos. Com essa forma de percepção e experimento dos ribeirinhos com o território das águas, entende-se “os saberes que os pescadores utilizam para modificar, comparar, diluir e reatualizar seus conhecimentos a fim de obter êxito nas pescarias” (MORAES, 2011, p. 90). Ou seja, os antigos objetos técnicos foram reintroduzidos novamente na pescaria.

Foto 63 - Puqueca testada e não aprovada para a captura do camarão.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2018.

Quando iscados, no entardecer, próximo das seis horas da noite, os matapis são armazenados pelos grupos domésticos na canoa e/ou cascos rabudos, assim como o

remo. Geralmente, as crianças menores acompanham, sejam pais, tios, avós na armação do apetrecho. Daí o processo de transmissão de conhecimento ao acompanhar os mais velhos, experientes, nos termos de Barth (1995). Após estar na canoa/rabudos, com os devidos instrumentos técnicos (matapis, remo, ele próprio etc.), o pescador percorre as margens do rio Campompema, sobretudo o local específico e de sua legítima propriedade (território) dos grupos domésticos, cujas fronteiras étnicas (BARTH, 2000) do território iniciam-se pelas margens dos rios. E assim armam os matapis cotidianamente.

Os ribeirinhos no contexto local, fazem uso da pesca de matapi no *assentamento quilombola* de duas formas: às margens do rio, quando a água é do tipo morta (baixa), quando a água é do tipo lançante (marés de sizígia) a pesca de matapi é realizada dentro da floresta (mata), considerando que “as *marés de lanço* (ou *de lua*) são as de sizígia, que atingem o ápice (*cabeços*)” (SAUTCHUK, 2011, p. 95).

No período em que a maré é baixa (morta), a pesca praticada é a da “beira” da floresta, as margens dos rios, na mata ciliar. Neste tipo de água é possível também fazer uso da pesca com matapi no igarapé. É mais uma possibilidade pesqueira também. Nesta perspectiva, é importante frisar que as pescarias de camarão,

variam com as estações do ano (inverno e verão) e com as marés de sizígia e quadratura, localmente conhecidas como “maré de lance ou lançante” e “maré de quebra”, respectivamente. No período de chuvas intensas (inverno) as capturas de camarão-da-amazônia são comprometidas na margem dos rios e favorecidas nos igarapés. Já no período menos chuvoso (verão) as pescarias mais produtivas ocorrem nos rios e praias (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 106).

A quantidade de camarão pescado no igarapé e no território de mata é quase sempre superior ao pescado na “beira” da floresta. Porém, o crustáceo capturado na mata ciliar é bem maior em tamanho, quando comparado ao capturado dentro da floresta. Como destaca um ribeirinho pescador do *assentamento quilombola* “o qual pega mais camarão é o da mata. Pega mais camarão do que o da beira da floresta. O maior pescado é o camarão da beira da floresta” (Entrevista, J. P. S, pesquisa de campo).

Outro detalhe importante é que o trabalho com o matapi, armado no igarapé e na mata é bem maior que o uso dele na “beira” da floresta. No território de mata o ribeirinho precisa se deslocar com os apetrechos até aos pontos de pesca; faz várias viagens entre a casa onde fica o instrumento de pesca e seus respectivos pontos. Isso dependendo da quantidade de armadilha que será colocada. Podem ser realizadas até quatro viagens entre a casa e os pontos de pesca. Aqui, nesta forma de pesca, não se faz uso de canoas, cascos, rabudos, uma vez que a retirada do matapi é no amanhecer do dia. Por volta das 6 horas da manhã, por conta da claridade do dia, e como se trata de período de maré lançante (sizígia), nesse horário a água já está bastante seca de vazante, não permitindo uso de nenhuma embarcação para transporte. A respeito das formas de uso do apetrecho no *assentamento quilombola*, destaca-se que “o matapi que dá mais trabalho é o de dentro da mata tem que pegar várias vezes na casa e levar pro local onde vai ser colocado” (Entrevista, J. P. S, pesquisa de campo).

O mapati, ao ser levado para ser armado nos pontos de pesca, é preso à vara (bastão), estipe (caule) do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), árvore de açaí que foi cortada e retirada o estipe e introduzida no barro (lama) às margens da floresta ou galhos de árvores existentes na beira da mata ciliar. Nos dois primeiros casos usa-se um enlaço a sua volta, no último, é preso com a ponta da corda (ele é amarrado por um, dois até três nós). Tanto uma forma de amarração como a outra permitem que ele mude de posição de acordo com a correnteza da maré (água) tornando-se uma armadilha que se movimenta (procura) e atrai o camarão para seu interior.

Ao fazer a retirada dos apetrechos no dia seguinte, após sua armação, os matapis são levados à residência dos ribeirinhos. É lá que “os apetrechos são despescados ao amanhecer, por volta das 5 ou 6 horas e trazidos até a residência, onde são “batidos” (despescados)” (ARAÚJO et al., 2014, p. 107).

Foto 64 - Ribeirinha fazendo a despescagem do matapi no assentamento.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2018

A despescagem é o movimento do matapi para os dois lados, possibilitando que os camarões se desprendam da armadilha e caiam dentro da rasa. Assim, fecha-se o ciclo do processo de captura do camarão a partir do uso do apetrecho matapi no território do *assentamento quilombola* pesquisado.

Quando os matapis são retirados/desarmados, no dia seguinte a sua armação, após despescados, as puquecas de sacolas, bem como as de aningas são desfeitas, quanto ao farelo, de dentro dela, tem dois destinos básicos: alimenta os porcos, dos que ainda criam presos em pequenos currais, ou alimentam os xerimbabos (galinhas, patos etc). Quanto às sacolas, estas são lavadas ao rio e estendidas/expostas ao sol, e assim usadas por mais alguns dias, para se fazer a puqueca, após seu primeiro uso.

Foto 65 - Puquecas desfeitas

Foto 66 - Sacolas das puquecas desfeitas estendidas/expostas ao sol para serem reaproveitadas



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Diante das considerações apresentadas, percebe-se que a pesca artesanal na Amazônia, sobretudo no contexto do *assentamento quilombola*, tem sido de fundamental relevância para a continuidade e recriação do saber local e da tradição dos povos ribeirinhos que fazem dela uma atividade cotidiana, necessária à produção de alimentos, primordial tanto para o consumo interno dos próprios pescadores como para comercialização.

Os camarões vendidos na feira de Abaetetuba suprem a necessidade de parte da população urbana que acaba se alimentando de produtos de origem natural, assim como constituem fonte de renda para os pescadores, uma vez que estes compram outros produtos alimentícios que o território da floresta não lhes oferece, como: café, açúcar, feijão, sabão, roupas, calçados etc. Assim,

A pesca na Amazônia, particularmente no Estado do Pará, reveste-se de grande importância na vida da população regional. De um lado, pela produção de alimentos que dela fluem, para o abastecimento dos pequenos, médios e grandes centros urbanos; de outro, por ser um dos vetores que levam determinadas comunidades a dependerem dessa atividade e, por ela, a se reproduzirem socialmente. (FURTADO, 1993, p. 44).

Em relação aos saberes da pesca com o uso do apetrecho matapi, os pescadores locais têm total domínio sobre a natureza, sabendo “identificar as melhores horas de capturá-los; saber sobre a influência dos ventos e da chuva nas pescarias; os espaços que podem ou não pescar; a influência da lua no regime das águas pluviais e fluviais” (FURTADO, 1993, p. 200).

A transmissão dos saberes entre crianças e adultos na pesca de matapi, no *assentamento quilombola* São João Batista, é repassada de geração a geração pelo processo em que as crianças acompanham sempre os adultos nas pescarias, considerando assim o aprender pelo ver/presenciar. Como muito bem menciona Furtado (1993, p. 200), “o registro é mental e se transmite pela tradição oral de pai para filho, de geração a geração. Neste particular, as faixas etárias mais velhas exercem um papel relevante nessa transmissão de conhecimento”.

Neste sentido, o saber local, sobretudo da pesca artesanal no território do *assentamento quilombola* pesquisado, reproduz-se até hoje por conta dessa transmissão de saberes que ocorre no processo das pescarias, possibilitando à população tanto de ribeirinhos pescadores quanto de moradores da zona urbana de se beneficiarem com os produtos alimentícios de origem natural, capturados por meio da pesca artesanal.

Diferentemente da confecção de matapi, a pesca com tal instrumento é realizada, na maioria das vezes, por homens. É uma atividade simples de ser praticada, mas exige conhecimentos específicos, como os relatados acima. Apenas uma pessoa consegue fazer tal atividade. Sobre a participação das mulheres no trabalho de pesca com o matapi, destacam Barros *et al* (2019, p. 146):

Em regiões costeiras ou fluviais com grandes rios, como aqueles que ocorrem na Amazônia, é comum a pesca ser descrita como um trabalho de homens, muito embora a mulher tenha papel importante, ainda que para os pescadores, ou para as próprias mulheres, este trabalho seja visto como ajuda.

Os meses de maio e junho são, segundo os grupos domésticos locais, os meses do camarão, ou seja, a safra.

2.2 - A Técnica nos reparos/consertos/reformas dos matapis

Com o uso prolongado, a matéria-prima principal do matapi, a tala, acaba perdendo a resistência, ficando mais sensível aos movimentos das águas que, por si só, agem sobre ele, principalmente no período da enchente e vazante, acompanhada de ondulações (maresias) e/ou por ações de animais, como o Guaxinim⁴², que às vezes quebram algumas de suas talas, para se alimentar do camarão capturado por ele. Ou até mesmo no trajeto entre casa/canoa/rabudos/armação. Assim, os ribeirinhos são obrigados a fazer pequenos reparos, a fim de usá-los, por um período maior de tempo, sem ter que se desfazer destes e adquirir novos instrumentos de pesca. O que acarretaria despesas extras.

Foto 67 - Matapi consertado após ser quebrado por Guaxinim

Foto 68 - Matapis consertados



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Foto 69 - Matapis consertados

Foto 70 - Matapis consertados

⁴² “Mamífero carnívoro, também conhecido por *mão-pelada*” (OLINTO, 2001, p. 264).



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Esses reparos com a substituição das talas quebradas (velhas) por novas, ou no aproveitamento de parte das mesmas, permitem que o apetrecho volte a ser usado novamente. É importante destacar que nem sempre é possível recuperar o apetrecho quebrado, tendo em vista que, em alguns casos, é mais viável adquirir um novo do que recuperá-lo. Ou seja, em algum momento há a necessidade de os ribeirinhos se desfazerem, definitivamente, dos apetrechos velhos e adquirirem novos (no caso de quem não fabrica o matapi e, quem fabrica não compra, apenas põe em uso os que estão em estoque).

Há de se destacar que os reparos/consertos dos matapis e os descartes destes são inevitáveis, pois o uso excessivo/constante, cotidianamente, feito pelos ribeirinhos *assentados quilombolas* locais, fazem com que o apetrecho se deteriore com poucos meses de uso ao se considerar que a pesca com esse instrumento é a que mais se pratica no contexto do território. Em todo tipo de água a pesca com o matapi pode ser executada.

2.3 - A Técnica no acondicionamento/agasalho dos matapis

Quando da retirada, os matapis são expostos em fileiras (forma vertical), ao longo da ponte e/ou nos varais construídos, geralmente, na frente das casas. Os varais

são confeccionados com o uso de quatro estacas em forma vertical (podendo ser de madeira ou pedaços do próprio estipe (tronco) da árvore do açazeiro) e duas espécies de vigas (dos mesmos materiais) em forma horizontal.

As estacas são introduzidas no solo em forma vertical, ficando em linha reta, tanto as duas de trás como as duas da frente, para receberem as vigas que são dispostas (colocadas/atracadas) de maneira horizontal na superfície superior, onde foram feitos os quatro dentes (encaixes), que servem para acoplar/encaixar as vigas a elas. Além disso, é necessário que as estacas, de trás e da frente, fiquem em forma desproporcional, uma mais alta que a outra, a fim de deixar os matapis com inclinações quando expostos ao mesmo.

Foto 71 - Varal de matapis



Foto 72 - Varal de matapis



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Foto 73 - Varal de matapis



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Os varais ficam suspensos na terra, seguindo uma altura, um pouco acima da ponte. As estacas da frente se distanciam em comprimento, uma da outra, de acordo com o quantitativo de matapis que os ribeirinhos possuem. Da mesma forma acontece com as estacas de trás, já que o comprimento é o mesmo. Já o distanciamento da largura das estacas da frente com as de trás é, aproximadamente, de 40 centímetros, podendo variar de varais para varais. Mas, no geral, esse é o tamanho padrão.

A forma vertical em que o matapi é exposto, seja na ponte ou no varal, tem o papel de fazer com que o mesmo libere a água absorvida quando da sua ateam/armação, possibilitando que volte ao estado natural.

CAPITULO 3 - CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL EM CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM ABAETETUBA, PARÁ, BRASIL

A tradição e riqueza do saber indígena, do mestre artesão na arte de navegar e na arquitetura naval, correspondem a um conjunto de fatores econômicos e culturais. As embarcações ainda são um dos mecanismos que determinam as relações de tempo e espaço de nossas sociedades locais, ditando as distâncias, a locomoção das pessoas e as possibilidades de circulação dos bens materiais e acesso às diversas instituições. É uma constante a necessidade de inventariar em toda a sua riqueza de detalhes o saber aplicado na construção de embarcações, que os índios dominavam e repassavam oral e praticamente aos seus descendentes. Esse ofício, passado de geração em geração, foi incorporado pela população cabocla, que utiliza tais informações e práticas, reproduzindo-se social e biologicamente com base em conhecimentos milenares tribais, mais do que em contributos gerados nos centros do saber civilizado [...]. Da mesma forma que o produto deste ofício milenar, as embarcações de madeira não é algo isolado em si ou desvinculado do meio ambiente e do contexto sociológico da região (XIMENES, 1992, p. 2).

A técnica da carpintaria naval artesanal no contexto estuarino Amazônico é muito mais antiga do que podemos imaginar. Os estudos indicam que os primeiros indícios desta atividade tradicional local remete-nos aos modos de “fazer, criar e viver” dos indígenas, primeiros habitantes a ocuparem este território - que ainda ocupam - desde os primórdios da humanidade.

Autores como Bittencourt (1957), analisado por Andrade e Santos (2017), Lins (2010), destacam os indígenas como os primeiros construtores de embarcações na Amazônia brasileira. Para transitarem entre/nos rios, furos e igarapés, criaram de forma artesanal os primeiros meios de transporte na região, utilizando os próprios recursos naturais do meio social em que viviam/vivem, notadamente, fazendo usos de troncos das árvores e fibras vegetais (cipós) para construírem tais embarcações.

Figura 1 - Canoa produzida pelos indígenas amazônidas



Legenda original: “Canoas Típicas utilizada (sic) pelos índios Caripunas do Rio Madeira feita de uma casca de pau inteiriça. Desenho do naturalista Franz Keller – Foto de Costa Lima” (LINS *et al.*, 2008, p. 3). In: Pantoja, Pedro Ladinilson do Rosário, 2015.

Para Lins (2010), corroborando as colocações acima, a origem das construções navais de embarcações na Amazônia coincide com as primeiras formas de vida no território. O contato estreito dos povos indígenas com a natureza e com suas habilidades na invenção de instrumentos e objetos técnicos, é considerado como uma das razões que fizeram emergir os primeiros meios de transporte fluvial local. Assim, a autora destaca:

Nos primórdios, os índios ao observarem as toras de madeiras caindo e flutuando nos rios, viram que poderiam utilizar das mesmas para se deslocar. Eis aí, o início da construção naval. A igarité, canoa feita com o casco da casca do tronco com amarrações em cipó nas extremidades, pode ser considerada a primeira embarcação Amazônica. A técnica foi aperfeiçoando com o passar do tempo e os índios Mura por sua força e destreza, conseguiram vencer os rios Solimões, Negro e Madeira em as suas flotilhas (LINS, 2010, p. 18).

Segundo a obra “Bacia Amazônica: Vias de Comunicação e Meios de Transporte” de autoria de Bittencourt (1957), Andrade e Santos (2017, p. 29) enfatizam também a contribuição dos indígenas no processo de criação e construção das primeiras embarcações a nível regional, argumentando que:

Inegável afirmar que os primeiros construtores navais da Amazônia foram os índios. Nos primórdios, a canoa era o principal meio de

transporte dos indígenas amazônicos. Os troncos de paus que caíam nos rios, boiando conforme a correnteza, foram a inspiração das primeiras embarcações elaboradas por eles. O casco era feito da casca do tronco moldada com amarração de cipó, podendo ser construído ainda, com um único tronco de árvore cavado a fogo ou a machado.

Não seria novidade, para nós amazônidas, compreender que as primeiras formas de vida na Amazônia, os primeiros instrumentos de trabalho, meios de transportes etc., foram construídos dos povos indígenas que, com suas habilidades e destrezas inventaram muitos dos objetos, instrumentos que usamos hoje, muitos com nova roupagem, é claro, e formas variadas de plantações, dentre outros modos de “fazer, criar e viver”, usando como matéria-prima os próprios recursos em sua volta. Além disso, “o ofício da carpintaria é considerado como parte integrante das técnicas tradicionais” (KATINSKY, 1967, p. 521).

Não são poucas as pesquisas e exemplos etnográficos que evidenciam o quanto devemos aprender com o legado de sabedoria das comunidades tradicionais da Amazônia. Secularmente têm sido criados modos diversificados de conhecimento, dentre os quais um conjunto de saberes vinculados à construção artesanal de embarcações para locomoção nos/entre os rios da Amazônia/habitat natural, conhecimentos estes praticados e elaborados muito antes dos europeus pisarem em solo/terras brasileiras.

Desse modo:

No Brasil, as embarcações de madeira estão presentes desde nossa origem com as populações tradicionais [...]. O transporte fluvial constitui-se uma tradição entre as comunidades ribeirinhas, caboclas e indígenas para suas locomoções. Os índios em especial, em sua canoa, montaria ou também chamada de igarité, conseguiam fazer incursões pelos furos, igarapés, igapós, e paranás sem se perderem (CORRÊA, 2016, p. 80).

A partir de pesquisas etnográficas, o presente capítulo versa sobre a abordagem da antropologia da técnica, com foco no trabalho da carpintaria naval artesanal em Abaetetuba, particularmente, deste saber fazer de carpinteiros da ilha de Campompema, território das águas da cidade local.

Abaetetuba, no Pará, apresenta um histórico extremamente favorável de desenvolvimento de uma cidade reconhecida localmente onde se fabrica/prodiz, quem sabe, as melhores embarcações de madeira do Estado do Pará. Esta parece ser a percepção de Coutinho (2018, p. 37) ao afirmar que a “carpintaria naval, [...] fez do município um importante polo regional”.

A importância da carpintaria naval nos primórdios do município que fez com que uma praça fosse construída em homenagem aos carpinteiros e, principalmente, às embarcações, chamada de praça do barco, conforme foto abaixo.

Foto 74 e 75 - Praça do Barco em Abaetetuba



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Ao analisar a construção naval em Abaetetuba, Lucena destaca:

A capitania dos portos (Belém-PA), instituição ligada a Marinha do Brasil, responsável pela legalização de veículos transitáveis em águas brasileiras, informou que os barcos construídos em estaleiros artesanais na Amazônia são de excelente qualidade, em especial, as embarcações construídas em Abaetetuba, que é considerado o “celeiro da construção de barcos” na Amazônia (LUCENA, 2004, p. 88).

É curioso notar que existe um reconhecimento externo que valoriza a arte naval Abaetetubense, inclusive por parte de órgãos ligados aos transportes em contexto marítimo Amazônico, como é o caso da Capitania dos Portos (Marinha do Brasil), embora seja uma atividade local invisibilizada dentro do próprio município⁴³. Tal invisibilidade também pode ser detectada na produção acadêmica uma vez que são poucas as pesquisas relacionadas à temática neste contexto social. A maior parte dos trabalhos acadêmicos encontrados versam, em particular, sobre o contexto da zona urbana do município. Nada foi encontrado sobre a carpintaria naval rural-ribeirinha, com enfoque socioantropológico.

Ainda que timidamente, pesquisas têm sido realizadas acerca do universo do trabalho no/do campo, especificamente voltadas para a agricultura familiar praticada na relação com a terra e/ou a água. Pouco se tem explorado sobre a prática da carpintaria naval artesanal existente e executada por ribeirinhos de área rural de Abaetetuba, Pará, como foi notado por Quaresma *et al.* (2015, p. 152) ao afirmar que “Apesar da inquestionável importância da carpintaria naval para a economia local, trabalhos sobre esta atividade são raros, principalmente no que diz respeito à origem da construção naval no município”.

Entretanto, ao destacar a origem desta atividade tradicional artesanal local, sabe-se que, segundo relatos de pesquisas oriundos de entrevistas, esta foi migrada da zona rural do município para a sede, como esclarece o estudo de Ferreira (1996) analisado por Quaresma *et al.* (2015, p. 152), “que tiveram como fontes entrevistas no município,

⁴³ O “ofício dos construtores de embarcações de madeira” do Baixo Tocantins, Estado do Pará, como parcela de dezenas de construtores de barcos artesanais da Amazônia, ainda hoje, na atual fase do capitalismo global, “*vivem ao acaso*” do Estado social promissor (CORRÊA, 2014, p. 67).

dão conta de que esta atividade teve origem em áreas ribeirinhas e posteriormente migraram para a sede municipal”.

Nesse sentido, o presente capítulo busca registrar essa prática tradicional, estritamente e particularmente da Ilha de Campompema, relacionada aos modos de “construir”, “criar”, “fabricar” que estão intimamente ligados ao ofício do carpinteiro” (KATINSKY, 1967, p. 526), ainda pouco explorada cientificamente.

Considerando-se que fazer este registro é compreender como esses sujeitos, que nunca frequentaram uma faculdade, num curso de engenharia naval, têm notório saber e domínio sobre o processo de construção das embarcações usadas no deslocamento cotidiano, “apontando-os como pessoas que aprenderam com a prática, com um conhecimento perpassado de geração a geração pela oralidade e pela observação” (LUCENA, 2004, p. 88).

Fazer tal descrição é, assim:

[...] pensar nas técnicas que cada um destes utiliza para produzir “seus” objetos, buscando comparar os distintos sistemas de produção, os estilos, bem como a relação que estabelece entre esses elementos e a organização social e do trabalho, suas expressões culturais e simbólicas (MURA 2011, p. 97).

Como diz Mura (2011), as tecnologias oriundas do trabalho de comunidades tradicionais são relevantes para a organização social e do trabalho efetivado a partir do próprio território desses sujeitos.

Apreender os saberes da carpintaria naval como modos de conhecimento de comunidades tradicionais praticado no território rural-ribeirinho do contexto da Ilha de Campompema/Comunidade São João Batista é mergulhar em uma teia de tramas de conhecimentos oriundos de experiências de anos, plasmadas na relação do ver e do presenciar o ofício do carpinteiro cotidianamente e transmitidos de geração em geração entre os membros, na maioria dos casos, de uma mesma família. Assim:

[...] pode se notar que a mão de obra da carpintaria naval é advinda mais por herança do que por interesse de aprendizagem das pessoas que estão fora desse círculo familiar. Esse saber técnico é repassado

através das gerações quando o mais velho vai ensinando a arte aos mais novos (ANDRADE; SANTOS, 2017, p. 35).

Trazer à tona os saberes que envolvem o fazer da carpintaria naval, que demarcam cada etapa de construção de embarcações e os processos que a envolvem, significa dizer que um conjunto de habilidades, conhecimentos e saberes serão mobilizados em torno do trabalho do carpinteiro naval artesanal.

Os barcos, as rabetas e os rabudos são construídos por partes, que ao serem concluídas formam o todo do processo de construção da embarcação. Assim, vamos destacar etnograficamente, uma por uma dessas partes, as quais constituem as ditas embarcações. A começar pela escolha da madeira, matéria-prima essencial desta atividade de trabalho tradicional artesanal. Tomarei como ponto de partida para a exposição feita neste capítulo o registro de um evento ocorrido no meu trabalho de campo etnográfico sobre o processo de carpintaria naval.

Considerando-se qualquer contexto de pesquisa de campo, seja qual for a realidade pesquisada, é fato que deste emergirão um conjunto de saberes, experiências e vivências oriundas do trabalho no território. Provavelmente são experiências singulares “porque ilustram de forma admirável o que estou tentando enfatizar [...]. Poderia, entretanto, ter selecionado igualmente inúmeros outros eventos ou citado outras ocorrências do cotidiano” (GLUCKMAN, 1987, p. 228). Mas abordarei aqui o caso da carpintaria naval em território de *assentamento quilombola*.

Nesta análise situacional busco analisar, portanto, o processo de carpintaria naval em um contexto de *assentamento quilombola*, particularmente do Rio Campompema em Abaetetuba-PA, a partir da vivência e observação *in loco*, considerando “minha presença e participação como observador” (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

Quando cheguei ao estaleiro do mestre Pedro, local coberto com palhas, com as laterais abertas, sem paredes, não tendo também assoalho/piso, mas apenas tábuas montadas/colocadas/expostas em cima de flechais das estruturas dos vigamentos, formando o assoalho com tábuas esparsas uma das outras, local por onde se

movimentam no estaleiro, suspenso do solo a uma altura de, aproximadamente, 1m e 20 cm.

No estaleiro estavam o pai e o filho em fase de início de trabalho, ambos carpinteiros de notório saber no ramo da carpintaria naval, um dos mais procurados pelos moradores externos ao território do *assentamento quilombola* e pela própria comunidade local, para a construção das embarcações na região.

Essas embarcações são construídas há muito tempo, e têm contribuído para deslocamento dos moradores, sejam eles de outro território externo ou do próprio *assentamento quilombola*. Com isso, a arte naval vai sendo perpetuada através de gerações consecutivas de carpinteiros possibilitando-lhes a reprodução social dos modos de conhecimento característicos desta profissão artesanal, que é, seguramente, mais uma forma de obter renda.

Os relatos etnográficos aqui elencados foram realizados e mapeados por mim em um único dia (15 de dezembro de 2021), no período de 07: 00 as 11: 00 horas da manhã e de 13: 00 as 17: 00 horas da tarde, período de trabalho dos carpinteiros.

Dos vários eventos ocorridos e que presenciei em campo, recorro à descrição da carpintaria naval artesanal realizada por mestres carpinteiros no território pesquisado do *assentamento quilombola* São João Batista. Acesso esta prática, conforme realizada no estaleiro do carpinteiro Pedro, considerado um dos mais antigos, um dos mais conhecidos dentre os artesãos navais, sendo o mestre e seus colaboradores procurados por conta da experiência neste ramo de produção artesanal no contexto local.

. Quando cheguei no citado local, duas embarcações (rabudos) estavam em construção, sendo uma de pequeno porte e a outra de médio porte. Enquanto um carpinteiro iniciava a construção de uma rabeta, o outro estava trabalhando no processo quase de finalização da outra. São essas duas fases do processo de produção de embarcações que serão detalhadas por mim a seguir.

A rabeta de pequeno porte estava em fase de construção inicial, com o fundo apenas talhado e o carpinteiro começava o processo de serragem⁴⁴ das peças de piquiá para produzir os braços e posteriormente o embracejamento da estrutura da rabeta. Os braços iam sendo moldados um por um e o trabalho fluindo normalmente. Para a realização dessas estruturas braçais, o mestre carpinteiro usava de uma ferramenta chamada enxó, onde fazia a retirada de pequenas porções da madeira dos braços a fim de aperfeiçoá-la e, na sequência, usava a plaina elétrica de mão, a fim de moldá-la e dar forma a essas estruturas. Para esse procedimento, usou a metade do tempo de trabalho do turno da manhã, isto é, duas horas.

A tábua usada para o fundo da rabeta era oriunda da árvore castanheira, do tipo vermelha; e os braços que estavam sendo moldados eram provenientes do piquizeiro, madeira principal e única para a confecção dos mesmos. Essa madeira é comprada de intermediários, antes chamados de regatões, que comercializam também outros produtos trazidos de outras regiões, como Alto Moju, no baixo Tocantins.

É importante destacar que, diferentemente da pesca com matapi, na carpintaria naval é impossível fechar um ciclo de produção de uma embarcação em um único dia, porque o trabalho é variável de acordo com o tamanho da embarcação. Por isso, minhas observações se pautaram em fases diferentes de execução do trabalho na produção de embarcações distintas, tendo realizado os registros aqui comunicados em apenas um dia.

Enquanto isso, o outro carpinteiro, no mesmo local, fabricava o alcatrate da outra rabeta de médio porte. Fazia nesse momento a marcação para serragem e, com o uso de serra de fita, cortava na direção de uma marcação feita anteriormente a lápis, onde havia ponteadado o local do corte do alcatrate; ele passou também as duas horas do tempo da manhã fazendo esse procedimento com os dois alcatrates.

Nesse intervalo de tempo, a esposa do carpinteiro mais idoso, que também é mãe do carpinteiro mais novo, trouxe uma bandeja com uma garrafa de café e alguns pães com manteiga para servi-los como lanche. Ao término do lanche, continuaram com o trabalho, desta vez, continuou o mestre mais novo introduzindo as estruturas dos braços

⁴⁴ Para a serragem usou uma serra de fita elétrica. Máquina muito apropriada para fazer esse tipo de procedimento.

ao fundo da rabeta (carpinteiro da pequena rabeta), usando para isso seis ferramentas de trabalho: o lápis, o serrote, a goiva, a furadeira elétrica, o martelo e o toca pino.

Depois de todos os braços moldados, os braços de centro/centrais foram os primeiros a serem conectados/pregados à estrutura do fundo. À medida que iam “embracejando” cada par de braços, a estrutura da pequena rabeta ia sendo construída, formando-se assim o esqueleto primário da embarcação.

Após os braços serem pregados, primeiro processo que é feito, também foram em seguida parafusadas⁴⁵ as suas extremidades próximas a linha central do meio do fundo, a fim de sustentar/fortalecer ainda mais a estrutura, tendo em vista que a falca quando conectada aos braços faz uma força muito grande e isso “poderia” prejudicar o embracejamento e a estrutura da embarcação. Os parafusos têm justamente o papel de tornar o embracejamento e a estrutura primária das embarcações bem mais resistentes e aptas para a construção.

Para prender os braços ao fundo com parafusos, usou de uma furadeira elétrica para fazer o furo (buraco) entre ambos, no qual introduziu o parafuso e apertou com uma chave⁴⁶ a porca para prender um ao outro.

O papel do serrote naquele momento era o de fazer a serragem das pontas dos braços que ficam conectados ao fundo, a fim de ficarem na mesma direção da marcação a lápis já realizada no início, quando da construção e moldagem do fundo da embarcação para sua estruturação.

A ferramenta/objeto técnico goiva formava um pequeno buraco na superfície da madeira, a fim de possibilitar a entrada e o encaixamento do prego na parte externa do fundo. O martelo foi utilizado para introduzir o prego ao furo feito pela goiva e pelo objeto técnico toca pino, para possibilitar a entrada do prego até ao final do furo realizado pela goiva.

⁴⁵ Esse processo pode também ser feito depois que a rabeta estiver pronta.

⁴⁶ Ferramenta usada para apertar as porcas dos parafusos.

Depois do lanche, isto é, das 10 horas, o carpinteiro pai prendeu os alcatrates a dois suportes introduzidos na terra, espécies de estacas para fazer o processo de arrematamento/moldagem do mesmo, utilizando a plaina elétrica de mão para esta etapa da construção.

Às 10: 30 horas, quase ao término do primeiro horário de trabalho, começou a introduzir os alcatrates na rabeta. No intervalo de tempo entre 11: 00 e 13: 00, os dois carpinteiros foram almoçar, ambos em suas casas, que se localizam ao lado do estaleiro e eu também me dirigi à minha casa que se localiza cerca de 500 a 700 metros do estaleiro.

Por volta das 12: 30 estava no estaleiro para participar da continuidade do trabalho no turno da tarde. Cheguei antes das 13: 00 porque queria acompanhar desde o início o processo de sequenciação do trabalho, desde os primeiros acontecimentos.

No retorno, os carpinteiros continuaram o processo de construção das embarcações. Até por volta das 16: 00 o carpinteiro filho finalizou parte do embracejamento da rabeta de pequeno porte e, ao mesmo tempo, conseguiu encostar um lado da falca ao fundo e aos braços.

No caso de seu pai, finalizou por completo a introdução dos alcatrates na rabeta de médio porte. Nesta ocasião, novamente, a esposa trouxe a bandeja com o lanche da tarde; café e pães com manteiga foram servidos aos carpinteiros, inclusive eu participei do mesmo, como da primeira vez.

Após o término do lanche, os carpinteiros retornaram ao trabalho, foi quando a segunda falca foi encostada na rabeta de pequeno porte. Para fazer o encostamento das falcas à estrutura dos braços e no fundo foi necessário o uso da ferramenta chamada grampos, que aprisiona uma peça à outra. Por outro lado, o carpinteiro pai dava início à produção da estrutura do paramar da rabeta de médio porte. Os dois mestres realizaram todos os trabalhos descritos acima, nas embarcações em que trabalhavam e assim finalizaram o trabalho daquele dia.

Embora a carpintaria naval seja uma atividade importante e necessária para prover meios de transporte que permitam o deslocamento dos moradores à cidade para a

comercialização dos produtos da agricultura familiar, esta atividade artesanal é realizada por algumas poucas famílias do *assentamento quilombola*.

Sendo também uma prática exclusiva de homens e que movimenta um conjunto de técnicas, saberes e habilidades específicos e complexos bem como mobiliza variados objetos técnicos.

Voltamos agora para a questão da construção de uma rabeta, barco e rabudo. A matéria-prima principal do trabalho da carpintaria, manuseada pelo carpinteiro é a madeira. De acordo com as informações obtidas com os carpinteiros locais, os tipos de madeiras comumente mais usadas são: Castanheira (*Bertholletia excelsa Bonpl*), Louro Vermelho (*Nectandra rubra*), Louro Rosa, Louro Amarelo, Itaúba (*Mezilaurus itauba*), Sapucaia (*Lecythis pisonis*), Tatajuba (*Bagassa guianensis*), para a feitura do revestimento da embarcação, e o Piquiá (*Caryocar Villosum*), madeira usada para fazer braços e cavernas, responsável pelo esqueleto/armação/estrutura das embarcações.

Vê-se que para a arte de fabricar os barcos, os tipos de madeira utilizadas devem ser aquelas classificadas como sendo “de lei”⁴⁷. Algumas delas, como a Sapucaia, a Tatajuba e a Itaúba são as usadas para revestimentos das embarcações e o Piquiá para construir as cavernas e braços. São madeiras que apresentam características do tipo “duras, próprias para construções, que possuem qualidades fisiológicas que permitem resistir às oscilações de temperatura e ataques biológicos” (ANDRADE; SANTOS, 2017, p. 31).

Foto 76 - Barco de pequeno porte

⁴⁷ Para os carpinteiros navais locais as madeiras de lei são: Itaúba, Tatajuba, Sapucaia etc. São as ditas madeiras duras e resistentes, de durabilidade muito prolongada.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Difícilmente são usadas outras variedades de madeira além das citadas para construção de barcos no contexto rural local, isto porque “Os anos de experiência no ofício da carpintaria naval são os que justificam a escolha certa da madeira adequada para a construção dos diferentes tipos de embarcação” (COSTA; MELO E VIEIRA, 2017, p. 431).

Para os barcos, as tábuas de Sapucaia, Tatajuba e Itaúba além da durabilidade, também se adequam à forma arredondada da estrutura do barco (ver foto acima). Estas são tábuas de largura entre 15 a 20 centímetros, “facilmente” manuseáveis no momento da construção, uma vez que quanto menor for a tábua em largura, “menos” trabalho terá o carpinteiro para conectá-la à estrutura dos braços.

Em relação às rabetas e rabudos, além das madeiras de lei citadas acima, são utilizadas, ainda, o Louro Rosa, o Louro Vermelho, a Castanheira etc. A forma da estrutura em estilo de figura geométrica trapézio (ver imagem abaixo) permite o uso de uma variabilidade maior de madeiras para sua confecção.

Foto 77 - Rabeta de grande porte



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

O Piquiá, como matéria-prima, essencialmente necessário para produzir braços, cavernas, alcatrates, verdugos, painel de popa e proa, é usado nas três formas de embarcações, porque se trata de:

Madeira: de alta qualidade, compacta, pesada, não se decompõe facilmente e fornece peças de grandes dimensões. Muito utilizada nas construções civil e naval, de grande importância para armação do fundo interno das embarcações. Nas áreas rurais, o piquazeiro é a árvore preferida para fazer canoas. Essas canoas têm longa duração, chegando até 10 anos (SHANLEY, GALVÃO E CYMERYYS, 2010, p. 130).

Foto 78 - Peças de Piquiá, usada na confecção de braços, cavernas, painel de popa etc.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Essas são as madeiras mais comuns da carpintaria naval no contexto desta pesquisa. A escolha do tipo de madeira da embarcação é uma opção do comprador. Se a embarcação for para trabalho (uso prolongado), as madeiras selecionadas devem ser as melhores possíveis (madeira de lei). De maneira que as madeiras sejam de melhor durabilidade no contato com a água. Neste sentido, é preferível que se gaste um pouco mais, financeiramente, em uma embarcação de melhor qualidade e durabilidade, do que improvisar com madeiras de menor tempo de duração, tendo em vista que o valor pago, de mão de obra, para se produzir uma embarcação são quase “equiparados” tanto para madeira de lei ou não.

Nesse sentido, existem duas modalidades de contratação do trabalho dos carpinteiros navais que podem ser acionadas pelo contratante (comprador). A primeira é fazendo uma empreita. Nesta, o carpinteiro naval é encarregado de dar toda a matéria-prima (madeira, pregos, parafusos etc), materiais necessários à construção, de acordo com a escolha do contratante, cobrando na empreita os valores dos materiais e o da sua

mão de obra. Na segunda opção, o contratante dá todo material para a construção da embarcação e, apenas paga os valores da mão de obra⁴⁸ do carpinteiro naval.

É importante ponderar que as condições de vida também devem ser consideradas na feitura de uma embarcação, pois uma rabeta, barco ou rabudo, dependendo do tipo da madeira, o valor a ser pago varia substancialmente (ver quadro abaixo). Por isso, é preciso entender que, por mais que alguém queira ou deseje obter uma embarcação de ótima qualidade, em termos do tipo de madeira, muitas vezes as condições financeiras do contratante da mão de obra não são compatíveis com o custo da obra.

Cabe frisar, portanto, que os valores dos tipos de embarcações variam, dependendo do tamanho e madeira a ser utilizada:

Quadro 5 - Barcos de pequeno e médio porte

Madeira de lei (Sapucaia e Itaúba)	Valor/preço Empreita	Valor/preço Contrato somente da mão de obra do carpinteiro	Tempo para se construir um barco
Barco de pequeno porte sem toldo	20.000	10.000	40 dias
Barco de pequeno porte com toldo	35.000	17.000	50 dias
Barco de médio porte sem toldo	50.000	24.000	60 dias
Barco de médio porte com toldo	80.000	35.000	90 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

⁴⁸ A diária do carpinteiro naval é de 150 reais. Além deste, precisa pagar o valor da diária do ajudante que gira em torno de 70 reais.

Quadro 6 - Rabetas de pequeno, médio e grande porte

Tipos de Rabetas	Madeira de lei com pagamento de mão de obra apenas	Sem madeira de lei com pagamento de mão de obra apenas	Empreita com madeira de lei	Empreita sem madeira de lei	Tempo para se construir uma rabeta
Rabetas de pequeno porte não possui toldo	3.000	2.500	8.000	6.000	15 dias
Rabetas de médio porte sem toldo	3.500	3.000	20.000	15.000	30 dias
Rabetas de médio porte com toldo	5.000	4.500	25.000	23.000	40 dias
Rabetas de grande porte sem toldo	6.000	5.000	30.000	27.000	50 dias
Rabetas de grande porte com toldo	7.000	7.000	40.000	35.000	60 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Quadro 7 - Rabetas/rabudos de pequeno, médio e grande porte

Tipos de Rabetas/rabudos	Madeira de lei com pagamento de mão de obra apenas	Sem madeira de lei com pagamento de mão de obra apenas	Empreita com madeira de lei	Empreita sem madeira de lei	Tempo para se construir uma rabeta
Rabetas de pequeno porte	800	600	2.300	1.600	1 semana
Rabetas de médio porte	1.200	800	3.000	2.000	10 dias
Rabetas de grande porte	4.000	2.500	15.000	10.000	30 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Os barcos e as rabetas de grande porte são usados hoje, em todo o território das ilhas, para transporte de passageiros (freteiros), de açai, na pesca etc. Questões como roubos⁴⁹ constantes de rabetas do próprio porto (residência) dos moradores, em um passado recente, fez com que esses ribeirinhos passassem a fazer uso dos chamados rabudos, de fácil locomoção e, como ele é acoplado à parte traseira de um pequeno casco, permite a retirada facilmente, todos os dias, para serem guardados dentro da residência, evitando que estes sejam furtados do porto. Assim, a grande demanda dos carpinteiros na atualidade é pela fabricação dos ditos rabudos, ou seja, rabetas pequenas.

Essas transformações contemporâneas na atividade da construção naval artesanal se apresenta tanto no modo de viver como na organização social da produção dos construtores de embarcações de madeira inicialmente pela alteração do tipo de embarcações produzidas bem como nas relações de trabalho estabelecidas no ofício, que nos últimos anos tem se concentrado para a tendência de maior número de fabricação de “rabetas” também chamadas de “rabudos” que utilizam motores pequenos e velozes em detrimento da fabricação de barco motor de utilização de motores no centro das embarcações (CORRÊA, 2016, p. 43).

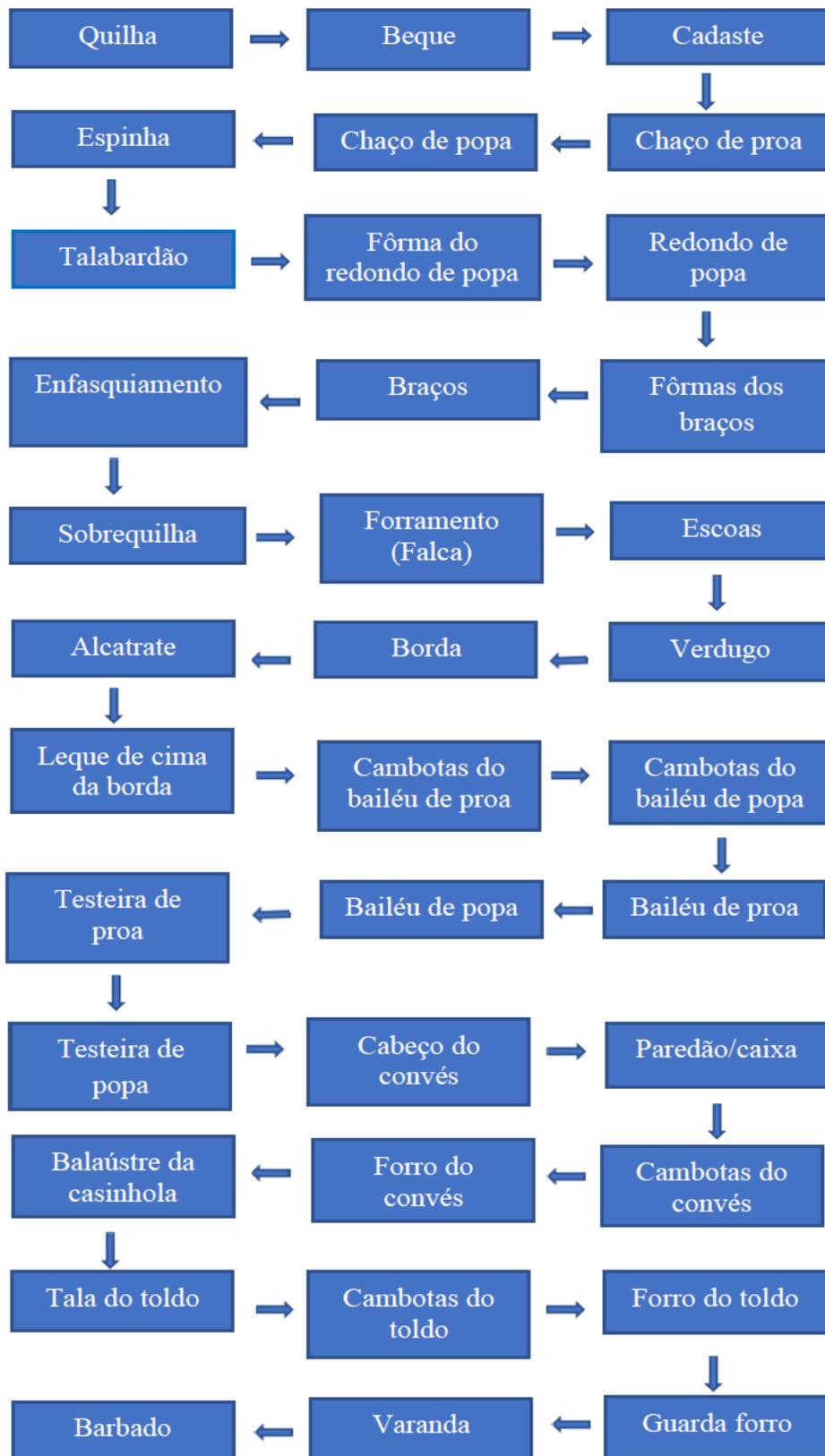
Até aqui, elencamos a origem da construção naval em contexto Amazônico, os tipos de madeiras usadas pelos carpinteiros de Abaetetuba, particularmente da Ilha de Campompema, o tempo de fabricação de cada tipo particular e os valores dos diferentes tipos de embarcações, conforme as madeiras escolhidas por cada comprador. Passarei, então, ao relato sobre como são feitos/construídos os barcos de pequeno e médio porte, as rabetas e os rabudos em uma perspectiva da antropologia da técnica, bem como os tipos de ferramentas/instrumentos/objetos técnicos de trabalhos que são utilizados para tal.

Pode-se dizer que a construção de um barco, particularmente, dá-se pela montagem de sua estrutura primária, processo que envolve a construção do esqueleto até todo o processo de finalização do mesmo.

⁴⁹ Devido os constantes roubos de embarcações do porto dos próprios moradores do território do *assentamento quilombola* atualmente a maioria desses moradores optaram em usar os chamados rabudos, tendo em vista que os gatos d'água preferem rabetas motorizadas, onde furtam a embarcação como um todo, mas ao estarem distante do local do roubo descartam, na maioria das vezes, os cascos das embarcações. No caso da embarcação rabudo, esses moradores tem a opção de tirar o motor para serem guardados dentro de suas casas, evitando assim o furto dos mesmos.

Assim, a estrutura de um barco é formada por 36 processos que envolvem a preparação e junção/conexão dos seguintes componentes/estruturais:

Fluxograma 2 - Etapas de construção de um barco



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021

Foto 79 - Barco em construção



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

A **Quilha** é a primeira estrutura organizada de um barco. No contexto local, a madeira usada é a de maior resistência possível, como longarina de sapucaia, pau d' arco (*Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nich) ou massaranduba (*Manilkara Huber*) de, aproximadamente, 15 a 18 cm de formato retangular para barcos pequenos e de 20 a 25 cm para de médio porte, respectivamente. Com comprimento variável de acordo com o tamanho do barco. Assim, percebe-se que:

A quilha do barco é uma peça estrutural posicionada longitudinalmente, construída por uma única tora de madeira, de seção moderadamente retangular, sobre a qual são fixadas as cavernas, que são as (peças da estrutura primária de uma embarcação) (ANDRADE, SANTOS, 2017, p. 31).

A primeira técnica empreendida pelo carpinteiro naval artesanal, quando de posse da quilha é nela fazer os chamados dentes, na linguagem dos mestres de ofício,

espécie de encaixes, usados para conectar os braços posteriormente. A distância entre os dentes de um braço a outro varia dependendo da embarcação, no geral, distanciam-se de 30 a 40 cm um do outro. Os dentes/encaixes são obtidos com o auxílio das seguintes ferramentas: serrote, formão e trena para marcar o distanciamento entre braços.

Quando pronta, a quilha é presa a dois troncos de esteios introduzidos na terra, a uma altura de 40 cm e, para reforçar ainda mais, evitando que o barco - à medida em que for sendo construído - enterre os troncos de esteios, calçam também com pedaços de peças de Piquiá. Esta estratégia tem dois objetivos de prevenção, primeiro porque se trata de área de várzea, a entrada da água pode deixar a construção suja de barro ao ser trazida pela enchente da maré. Segundo porque facilita no processo de revestimento das tábuas, quando for colocada a estrutura da armação do barco.

Na sequência, preparam a estrutura do **Beque**, usando praticamente a mesma madeira da quilha. O beque também é variável de acordo com o tamanho do barco. Quando preso/conectado à quilha fica em forma inclinada para frente, “é a aresta frontal da embarcação. É uma peça estrutural reta, montada de forma inclinada, como um prolongamento da quilha, servindo ainda para amarração do tabuamento de costado” (ANDRADE, SANTOS, 2017, p. 32).

Antes de o beque ser anexado à quilha, o carpinteiro naval artesanal dá o acabamento ao mesmo, fazendo cavados nas laterais que ficarão para dentro do barco, para que as tábuas do revestimento o encaixem, usando para isso o formão e a enxó como ferramentas de trabalho. E nas duas extremidades de fora afinam um pouco para torná-lo melhor esteticamente e facilitar na fluidez do movimento da água. O beque constitui a estrutura da proa do barco.

Construído o beque, a outra estrutura na sequência deste é o **Cadaste**. Peça fundamental na elaboração da popa do mesmo, considerando-se que é ele que permite, depois de pronto, a conexão da espinha com a popa. O cadaste é introduzido/encaixado de forma vertical à quilha e preso a parafusos. Trata-se de uma estrutura de formato retangular, mas que nele são realizados cavaduras, assim como no beque, para que as tábuas sejam a ele conectadas. Dentes são feitos na sua parte superior para a montagem e encaixe da espinha.

Outra função do cadaste na embarcação é que ele permite o assento do motor na parte traseira do barco, possibilitando a passagem do eixo do motor e o movimento da hélice, quando a embarcação encontra-se em movimento.

Para reforçar a estrutura de sustentação do/entre o beque e aquilha e entre a quilha e o cadaste é acoplado o **Sacho**, que permite a fixação na estrutura tanto da quilha como do beque, como do cadaste com a quilha, presa por meio de parafusos.

Os **Braços**, como partes integrantes do barco, são as estruturas que determinam largura, tamanho e altura do barco. Os braços são as peças curvadas que formam o todo do esqueleto da embarcação. Eles “tem um fator determinante na estabilidade da embarcação” (COSTA, MELO, VIEIRA, 2017, p. 432).

É importante destacar que os braços inicialmente introduzidos no encaixe da quilha são “os de meia nau (o meio, o centro, a boca da embarcação) são os primeiros a serem talhados e moldados tradicionalmente” (ANDRADE, SANTOS, 2017, p. 33).

Esses braços são obtidos pelo talhamento da madeira Piquiá, principal tábuá, usada para confecção em que são moldados a partir de uma fôrma, fabricada antecipadamente pelo carpinteiro, com tábuas finas de laje de construção civil. Essas fôrmas tornam-se os modelos dos braços prontos. Os braços são as montagens/conexões de vários pedaços de Piquiá. Geralmente, cada braço é formado por três, quatro partes, como se trata de uma peça grande, não existe uma madeira inteiriça para produzi-lo. Assim, as partes talhadas, quando unidas uma a uma, formam o braço como um todo. Além disso, os braços são todos montados antes, fora da quilha, para depois serem conectados a ela. Neles são feitos pequenos bueiras para facilitar o escoamento da água quando da sua lavagem.

Em relação à extensão traseira do barco, a chamada **Espinha**, trata-se de uma estrutura obtida de madeira resistente e quando montada ao cadaste permanece com uma inclinação para a parte superior. Ela é responsável por fazer a conexão entre o cadaste e possibilitar que nela seja assentado o redondo de popa, bem como, os braços da estrutura traseira do barco. É a estrutura que dá o elevado da parte traseira do barco pronto.

Após a espinha, é introduzido no esqueleto do barco o **Talabardão**, estrutura que sucede do beque ao final da estrutura do barco, onde é conectada sobre ela o redondo de popa. O talabardão é uma espécie de tábua idêntica às do forramento da embarcação.

Finalizando a parte estrutural, monta-se o **Redondo de popa**, pois esta “É a madeira de fechamento superior da popa de uma embarcação” (ANDRADE, SANTOS, 2017, p. 32). Quando o barco é de popa arredondada, no painel são feitos encaixes em forma de cavados para que as tábuas do revestimento o encaixem. Quando o painel é de estilo quadrado, a tabua é presa nele sem necessitar de cavamento em sua estrutura.

Em relação ao **Enfasquiamento** trata-se de pequenas ripas que são conectadas de forma provisória em toda a extensão do casco do barco, responsável por fazer com que o carpinteiro monte os braços do barco como um todo. O enfasquiamento é que forma a estrutura do casco da embarcação.

Foto 80 - Barco em construção



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Foto 81 - Barco em construção



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019.

Ao concluir toda estrutura primária do barco, o carpinteiro naval artesanal se debruça no processo de revestimento, popularmente conhecido pelos mestres como **forragem** da embarcação, introduzindo tábua por tábua, na estrutura dos braços. Nas tábuas são feitas as chamadas costuras em que os mestres de ofício usam uma ferramenta plainadeira manualmente ou elétrica de mão, para remover uma pequena superfície das laterais das tábuas, a qual permite, quando encostada às outras tábuas, uma pequena abertura para fora do revestimento, possibilitando que depois de pronta seja vedada com a introdução do uso de algodão.

Outra estratégia materializada com a tábua é que o carpinteiro vai fechando o casco do barco, de forma intercalada, colocando uma tábua de um lado da quilha, a próxima do outro lado. Isso ele faz o tempo todo, até que o mesmo se feche por inteiro. Além disso, as tábuas começam a ser pregadas da proa para o popa do barco. Assim, “Na construção artesanal o que garante as exatidões nos cálculos de espessura das tábuas, na madeira da caverna e de todos os componentes de um barco é a vivência com

a natureza que o carpinteiro naval artesanal tem” (COSTA, MELO, VIEIRA, 2017, p. 420).

Antes de assentar a última tábua da parte superior (**Borda**), que finaliza o fechamento/tabuamento do casco do barco, é introduzida uma peça ao barco, chamada de **Verdugo**. Trata-se de uma espécie de longarina de madeira do tipo massaranduba ou piquiá, com aproximadamente 10 cm para barcos de pequeno porte e de 15 cm para de médio porte. Ele se torna mais elevado à estrutura das tábuas, cujo objetivo é proteger o barco de baque quando houver contato com outra embarcação e, funciona como uma barreira de proteção, evitando que a água quando em movimento jorre para dentro do barco. Esta estrutura é presa aos braços com parafusos.

Depois de concluído o fechamento/forramento do esqueleto da embarcação, os carpinteiros cortam com serrote manual todas as partes superiores dos braços, na altura da última tábua superior (**Borda**). E a partir daí fazem o assento de quatro **Escoas**, peças colocadas nas duas partes superiores de dentro do barco, na mesma direção em que o verdugo foi colocado. Estas também permitem o assento dos bancos na embarcação, sendo duas outras feitas na parte inferior, na direção da curvatura dos braços, podendo ser presas por pregos ou parafusos. Para fabricação dessas escoas são usados flechais de massaranduba ou outra madeira resistente, tipo Sapucaia, Tatajuba, Itaúba em que são apenas quebrados os cantos (as quinas são boleadas) que irão ficar para cima, com plainadeira manual ou elétrica de mão.

Nesse momento também é introduzida a **Sobrequilha**, estrutura que fica para o lado e dentro do barco e tem o papel idêntico ao da quilha (trata-se de uma segunda quilha), conectando e prendendo os braços e parafusados à quilha.

Além disso, fazem o assento das **Cambotas** (de 4 a 5 para barcos pequenos e de 6 a 7 para barcos médios) de madeira piquiá, de forma horizontal, que atravessam de uma lateral (Borda) para a outra da parte superior da estrutura do barco, tanto na frente quanto na parte de trás. São pregadas as tábuas em cima delas, formando os **Bailéis de proa e de popa**, respectivamente.

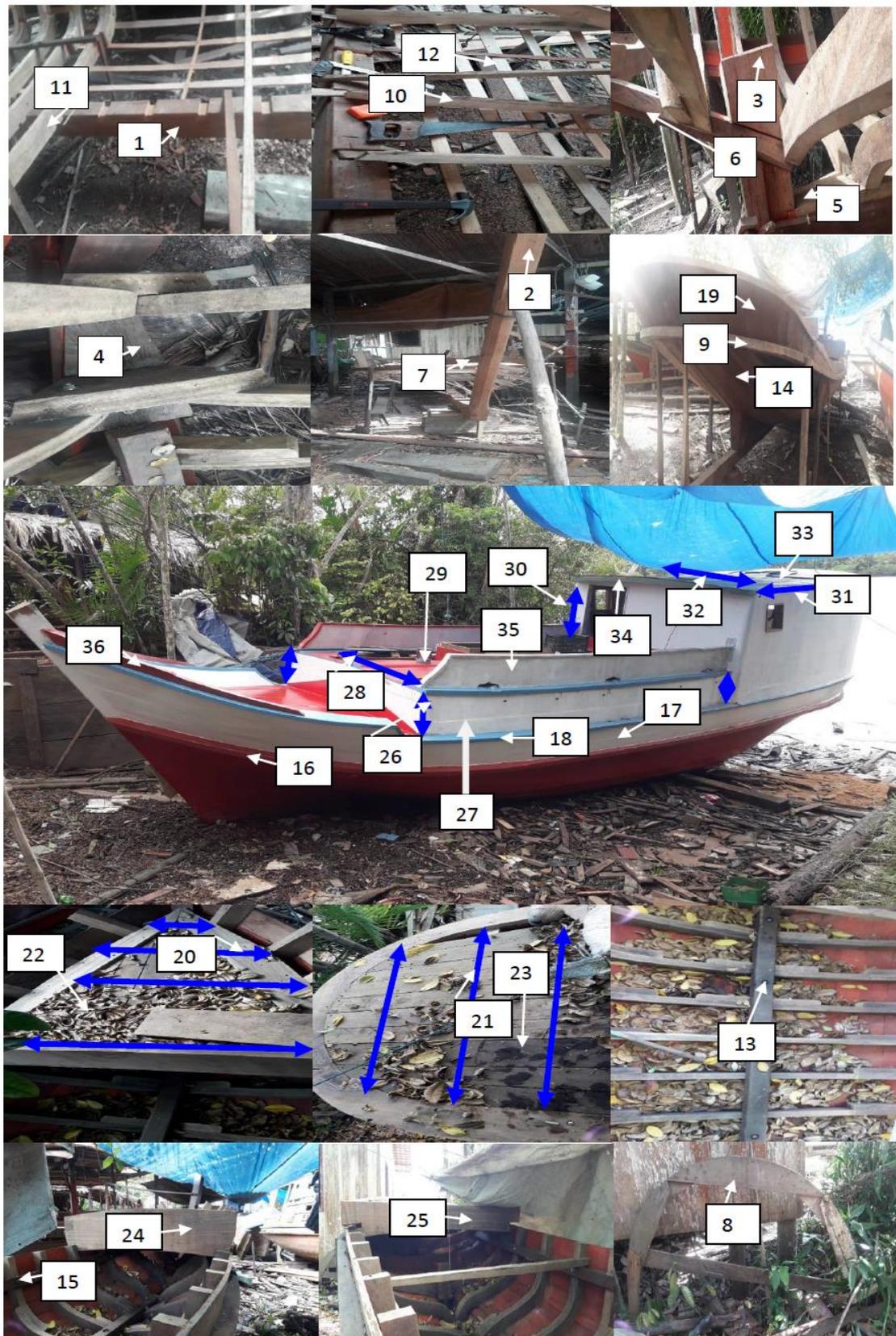
Quando introduzidas as cambotas, o próximo passo do carpinteiro naval é posicionar no barco o **Alcatrate**, pois se trata de uma tábua de madeira resistente (Itaúba, Sapucaia, Piquiá etc) disposta de forma deitada, do beque ao painel de popa, passando pela parte superior de cada braço, preso aos braços, sendo assentado na tábua por pregos.

Acompanhando o alcatrate, tem-se o **Paramar**⁵⁰, estrutura produzida por tábua resistente e em formato em pé, diferente do alcatrate que é deitado. Esta parte do barco eleva a altura do mesmo. É preso por pregos e parafusos junto ao alcatrate. E no seu final, tanto no baileu de proa quanto no de popa é finalizado com duas **Testeiras (de proa e popa)** e dois adereços da frente, que se prendem à parte superior do beque, chamada de **Barbado**. E assim conclui-se o barco por inteiro, faltando-se apenas o toldo.

Até aqui discuti uma estrutura de um barco simples, sem toldo. Um barco completo, incluindo o toldo, segue todas as etapas anteriores com exceção do Paramar. Além das estruturas já mencionadas, tem-se que introduzir: Cabeço do convés, Paredão/caixa, cambotas do convés, forro do convés, Balaústre da casinhola, tala do toldo, Cambotas do toldo, Forro do toldo, Guarda forro, Varanda e Barbado.

Foto 82 - Partes da estrutura de um barco

⁵⁰ O **Paramar** é uma estrutura existente somente em barcos sem toldo.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021

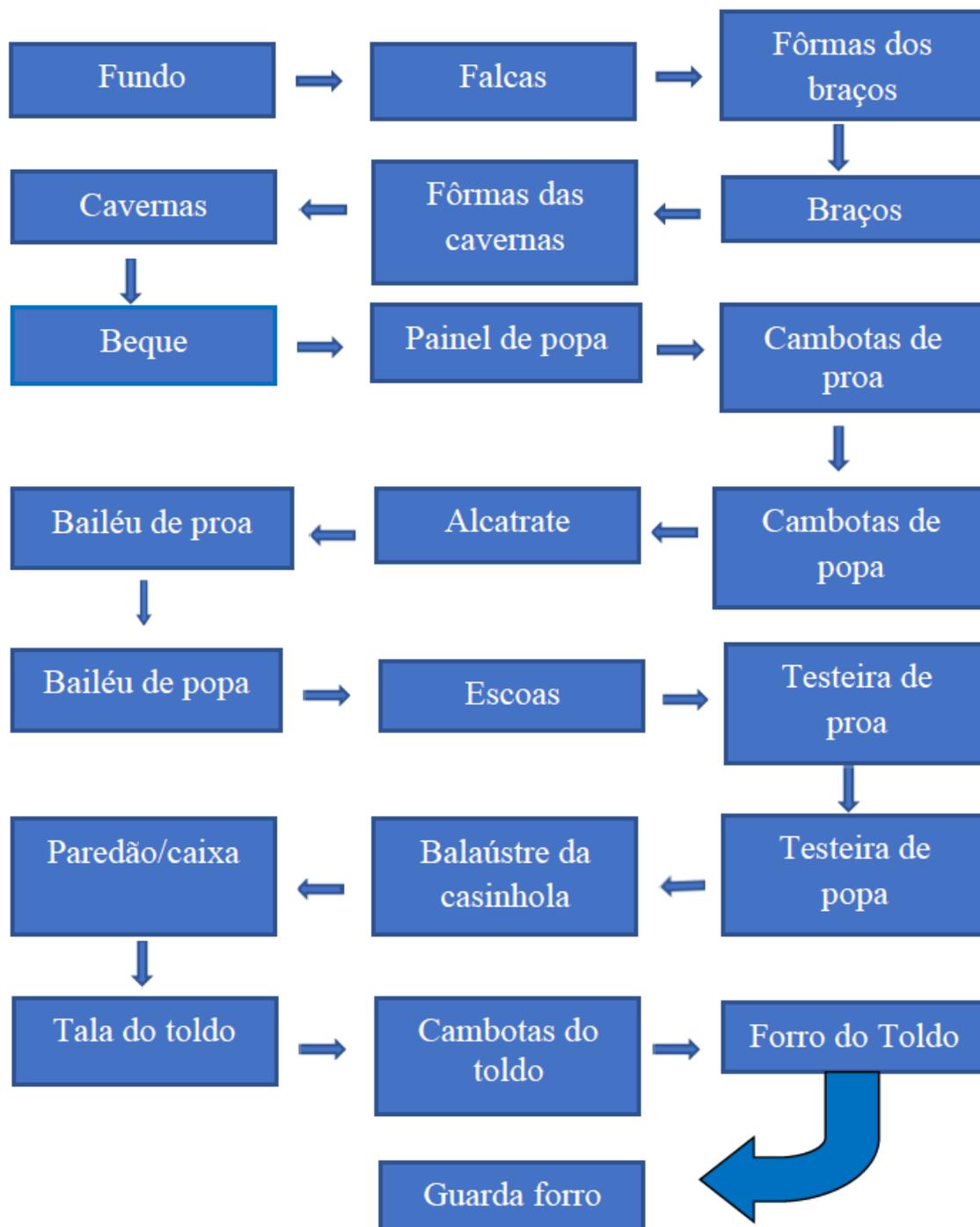
Legenda: 1. Quilha 2. Beque 3. Cadaste 4. Chão de proa 5. Chão de popa 6. Espinha 7. Talabardão 8. Fôrma do redondo de popa 9. Redondo de popa 10. Fôrmas dos braços 11. Braços 12. Enfasquiamento 13. Sobrequilha 14. Forramento/Falca 15. Escoas 16. Verdugo 17. Borda 18. Alcatrate 19. Leque de cima da borda 20. Cambotas do bailéu de proa 21. Cambotas do bailéu de popa 22. Bailéu de proa 23. Bailéu de popa 24. Testeira de proa 25. Testeira de popa 26. Cabeço do convés 27. Paredão/caixa 28. Cambotas do convés 29. Forro do convés 30. Balaústre da casinhola 31. Tala do toldo 32. Cambotas do toldo 33. Forro do toldo 34. Guarda forro 35. Varanda 36. Barbado.

Passando para as **Rabetas** e **Rabudos**⁵¹, como estes são construídos, vê-se que são estruturas um pouco menos complexas em comparação aos barcos, os quais possuem muito mais estruturas a serem produzidas. Basicamente, as rabetas são constituídas por: **a) Fundo**, em que são conectados os braços e cavernas, **b) duas Falcas**, sendo uma de cada lateral, **c) Fôrmas dos braços**, **d) Fôrmas das Cavernas**, **e) Braços**, **f) Cavernas**, **g) Beque**, **h) Painel de Popa**, **i) Cambotas de proa**, **j) Cambotas de popa**, **k) Alcatrate** **l) Bailéu de proa**, **m) Bailéu de popa**, **n) Escoas**, **o) Paramar**⁵², **p) Testeira de Popa**, **q) Testeira de Proa**, **r) Balaústre da casinhola**, **s) Tala do toldo** **t) Cambotas do toldo** , **u) Forro do toldo** e **v) Guarda forro**, sendo que não abordarei todas estas partes aqui, uma vez que já mencionei do que se tratam acima, quando me referi aos barcos. Ao todo uma rabeta é composta por 22 partes.

Fluxograma 3 - Etapas de construção de uma rabeta/rabudo

⁵¹ A estrutura dos rabudos é idêntica a de uma rabeta de pequeno porte sem toldo. Por isso, que estou juntando em uma só discussão: rabetas e rabudos. A diferença está no toldo que os rabudos não têm.

⁵² As Rabetas com toldo não possuem o paramar, apenas as sem toldo.



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021

Foto 83 - Rabeta em construção



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

O primeiro processo realizado pelos carpinteiros navais na construção das rabetas e rabudos é a **Talhagem** do fundo e a das **Falcatas**. Quando estas estão prontas, talham os **Braços**, primeiramente, e no final de todo processo de carpintaria colocam as **Cavernas**, **Alcatrates**, **Ecoas**, **Cambotas** para assento dos **Bailéis** e **Paramar**.

A **talhagem** consiste em dar formas às estruturas das falcatas, deixando-as com formato parecido com o estilo de uma faca e o fundo idêntico à prancha de surfing, quando levado em consideração que as rabetas e rabudos precisam ficar com a proa acima do percurso da água.

O talhamento do fundo consiste em fazer a retirada de partes laterais da tábua, tanto da parte que vai compor a frente quanto a popa. Quando pronta fica parecida com uma estrutura (formato) de prancha de surfing.

Em relação aos **Braços** e **Cavernas**, como se trata de uma estrutura menor que a do barco, geralmente os braços são construídos em dois e até o máximo de três estruturas e as cavernas em uma peça unicamente. Estes também são obtidos por usos de fôrmas, igualmente como ocorre na feitura dos barcos.

À medida que braços, fundo e falcas forem moldados, o carpinteiro começa a montar a estrutura das rabetas e rabudos. É o momento em que se faz a conexão/união dos braços ao fundo, usando pregos e parafusos para fixá-los, prendê-los um ao outro. Sequencialmente, unem as falcas aos braços, introduzem o beque de forma inclinada para fora, na parte dianteira, e o painel de popa inclinado para dentro. Igualmente ao barco, os primeiros braços introduzidos no fundo são os de centro ou de meia.

É interessante frisar que quando as falcas e fundo forem construídos com tábuas menores, como Itaúba, por exemplo, o processo de construção é mais prolongado, tendo em vista as várias costuras a serem feitas, e o talhamento das tábuas para se encaixarem uma à outra perfeitamente.

O **Beque** da rabeta e rabudos são produzidos por madeira do tipo Piquiá, onde cavados são feitos nele, com a ajuda da ferramenta motosserra, formão e enxó, para o encaixe das tábuas das falcas; e na parte inferior faz-se um dente, para conexão ao fundo. O estilo do beque é em forma de uma pequena curva.

Foto 84 - Beque de uma rabeta/rabudo



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021

Sequencialmente, fazem o **Painel de popa**, com inclinação da parte superior para dentro do casco da rabeta, diferentemente do barco, que é para fora. Ao concluir o forramento das falcas, assento do painel de popa e beque, cortam a parte superior dos braços na altura das falcas, deixando-os prontos para serem introduzidas as cambotas para assento das tábuas do bailéu de frente e de popa. Assim como, fazem o assento do alcatrate na parte superior da rabeta e, em seguida, finalizam a construção com o paramar, última peça montada nas rabetas, sem toldo.

Há de se destacar que tanto as rabetas como os rabudos têm as mesmas estruturas. O que os diferencia é que os rabudos não têm toldo e seu tamanho é menor em comparação às rabetas.

Foto 85 - Rabudo



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

No caso do toldo, tanto do barco como das rabetas, são distribuídos entre testeiras de popa e da frente, **Balaústre da casinhola** de forma horizontal, e com distância média proporcionais de 1,20 (um e vinte) entre uma e outra e presos por parafusos junto aos braços. Na parte superior destes são acoplados de maneira vertical aos dentes/encaixes, duas **Talas de toldo**, que percorrem ponta a ponta dessas estruturas pontiagudas, presas e parafusadas junto às mesmas.

Com o processo concluído, são introduzidas estruturas de Piquiá, com uma pequena curvatura, chamadas de **Cambotas do toldo**, de forma vertical de um lado para o outro das talas do toldo.

Estas prontas, são feitos o **Revestimento/forramento do toldo** dessa estrutura de cima, com tábuas machiadas. E o toldo é finalizado com o **Guarda forro**, que esconde todas as imperfeições deixadas pela madeira.

A diferença observada entre o toldo de um barco e o de uma rabeta de grande e médio porte é a estrutura das laterais. Enquanto que na maioria dos barcos esta cobertura é forrada por inteiro tanto por cima como pelas laterais, no caso das rabetas, apenas uma parte das laterais é forrada, a maioria não tem essa parede por inteiro. Entretanto, os toldos das embarcações são relativamente diferentes e não se tornam uma estrutura padrão em termos de forramento/revestimento das laterais, pois cada embarcação é projetada e produzida de modo único, sendo o comprador quem decide o modelo de embarcação que deseja obter.

Foto 86 - Estrutura por completo de uma rabeta/rabudo



Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2019

Legenda: 1. Fundo 2. Falcas 3. Fôrmas dos braços 4. Braços 5. Fôrmas da cavernas 6. Cavernas 7. Beque 8. Painel de popa 9. Cambotas de proa 10. Cambotas de popa 11. Alcatrate 12. Bailéu de proa 13. Bailéu de popa 14. Escoas 15. Testeira de proa 16. Testeira de popa 17. Balaústre da casinhola 18. Paredão/caixa 19. Tala do toldo 20. Cambotas do toldo 21. Forro do toldo 22. Guarda forro.

3.1 - Os instrumentos de trabalho e/ou objetos técnicos dos carpinteiros navais e quando eles são mobilizados

A invenção/presença de instrumentos de trabalho em qualquer profissão, não é privilégio dos dias atuais. Marx já mencionava a importância de todos os aparatos e conhecimentos que faziam parte dos meios de produção da era da Revolução Industrial. O homem sempre inventou e ao mesmo tempo dependeu destes para produzir sua existência, seus modos de vida, aperfeiçoando-os ao longo dos anos à medida que se reinventa novos objetos técnicos, novos instrumentos de trabalho.

Como diria Marx (1985, p. 8-9):

Se examinarmos, agora, mais de perto a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita, então reaparecem, grosso modo, ainda que freqüentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador de manufatura trabalham, não ferramentas do homem, porém agora Ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas.

Todo trabalho, seja qual for sua origem, possui instrumentos para que ele possa ser executado, podendo ser dos mais simples aos mais complexos. No caso da carpintaria naval artesanal local, algumas ferramentas são mobilizadas para que os mestres de ofício conduzam esse fazer artesanal. Isto é, “No processo de construção é necessária uma série de máquinas que dão suporte para o processamento da madeira” (FONSECA, BARTOLI, 2017, p. 10).

Porém, a presença de determinados objetos técnicos, usados como instrumento de trabalho “jamais foi estritamente local” (SAUTCHUK, 2017, p. 194), considerando que ao observar suas formas em ferro processados “nos centros urbanos” (SAUTCHUK, 2017, p. 194). No decurso da história, novos objetos técnicos foram introduzidos na carpintaria naval local, considerando-se que:

Nos dias atuais, percebemos a “adaptação” dos trabalhadores navais na modernização de equipamentos de trabalho, pois, antes eram utilizadas ferramentas manuais cuja força desencadeadora se efetivava pelo braço do homem, tais como o machado, o facão, o martelo, o formão, a broca manual etc. percebe-se que utilizam novas ferramentas cuja força motriz é a eletricidade ou o óleo diesel, tais como a motosserra, a maquina, a lixadeira, a furadeira e o guindaste, sendo todos equipamentos elétricos. Mas, o saber tradicional permanece, ou seja, a mão dupla entre a ideia e a matéria⁵³ (SILVA, SCHERER, 2018, p. 304).

Em se tratando da carpintaria, foco deste estudo, muitas máquinas elétricas foram substituindo as manuais, bem como muitos desses objetos tradicionais são ainda usados em associação com os modernos, incorporados e presentes neste ambiente de trabalho, ou seja, muitos objetos antigos são ainda hoje mobilizados pelos carpinteiros navais. É interessante destacar que apesar de novos incrementos tecnológicos, o fazer da carpintaria naval continua sendo executado pelo mesmo viés, essencialmente pautado em conhecimentos tradicionais.

Para Soares (2015, p. 127):

As máquinas-ferramentas possuem características de um objeto técnico híbrido uma vez que possuem força e energia independentes, porém, necessitam do direcionamento humano para sua operação. Essas máquinas possuem força, mas não autonomia, já que a habilidade do carpinteiro em direcioná-las e adaptá-las faz com que seu trabalho dependa do humano.

Com base no entendimento da centralidade desempenhada pelas ferramentas, apresento os objetos técnicos ou instrumentos de trabalho da artesanaria naval do contexto pesquisado, dos quais, destacam-se desde os antigos aos mais sofisticados/modernos. São eles:

⁵³ Ao analisarem a Obra “O Artífice” de Richard Fennet (2009), Silva e Scherer (2018) fizeram tais abstrações e interpretações do conteúdo da referida obra.

Foto 87 - Do uso do Lápis



O lápis é um instrumento de trabalho usado pelos carpinteiros navais para marcação de pontos em tábuas, marcação dos locais de assentos de cavernas, braços, fundos das rabetas e rabudos, cavamento nos beques, painel de popa etc.

Foto 88 - Da trena



A trena é um instrumento que tem o papel de medir o tamanho das madeiras usadas na embarcação, largura, comprimento e altura do barco, rabeta e rabudo, fazer a marcação da distância de um braço ao outro, assim como das cavernas também etc.

Foto 89 - Da Goiva



Esta, de ponta amolada e cortante em formato de uma colher, é responsável por fazer os pequenos furos (buracos) na madeira onde os pregos são introduzidos, permitindo que a cabeça dos pregos fique escondida dentro deste cavado, quando emmassado na calafetagem ele desaparece.

Foto 90 - Do Toca Pino



De formato e ponta maciça e um pouco afinada, sua função é a de empurrar o prego do início até ao final do cavamento realizado pela Goiva. Tem o papel de fazer com que a madeira se compactue uma à outra no momento da pregação.

Foto 91 - Do Formão



É uma ferramenta de ferro em formato de chapa, possuindo em uma de suas extremidades um cabo revestido em madeira e/ou plástico e, de outro, uma afiada/amolada ponta, que permite ser um objeto cortante. Na construção naval, é responsável em fazer as bueiras das embarcações, os cavados de preparação do beque e do painel de popa etc.

Foto 92 - Do Martelo



da madeira.

Instrumento mobilizado para fazer a pregagem das tábuas, retirada de pregos, retirada de madeiras usadas na sustentação das embarcações quando em construção etc. Em material de ferro e acoplado a um cabo de madeira, possui uma espécie de cabeça em uma de suas extremidades, usada no baque (movimento) para introduzir o prego à madeira, e na outra extremidade uma unha, no linguajar dos carpinteiros locais, que serve para retirada do prego

Foto 93 - Da Enxó



De estrutura composta de chapa cortante e conectada a um cabo de madeira é construída pelo próprio carpinteiro naval. Este instrumento serve para retirada de excesso de madeira para facilitar sua junção à outra estrutura de madeira do barco e/ou rabetas, também usada na preparação dos beques, painel de popa etc.

Foto 94 - Do Serrote



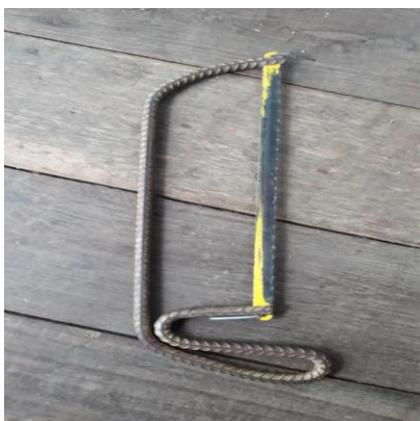
Em formato de uma chapa de ferro fina e com um cabo de madeira com encaixe para a mão, o serrote tem em uma de suas extremidades pequenos dentes, em sentidos contrários, que permitem que ele se torne um instrumento cortante. Na carpintaria naval usa-se para serragem de tábuas, no acabamento de braços e na preparação para assento do alcatrate etc.

Foto 95 - Da Serra Elétrica (Makita)



Esta possui um disco cortante, com uma chapa de regulação, serve para cortar tábuas de pequena espessura, fazer talhamento de falcas e fundos das rabetas e rabudos etc. Ela não substitui o serrote, apenas é um complemento dele no processo de construção.

Foto 96 - Da Serra manual para cortes dos parafusos



Trata-se de uma lâmina estreita e de aproximadamente 30 cm em ferro, com dentes em sentidos opostos como os do serrote, e acoplada a um arco de serra, como dizem os carpinteiros, pois sua função na carpintaria naval é cortar manualmente os objetos metálicos (parafusos, pernos etc) usados nas embarcações, sobretudo para conectar uma estrutura a outra.

Foto 97 - Do Trado



De estrutura metálica (ferro) em forma de espiral, e na parte inferior é pontiaguda, o trado tem aproximadamente 35 a 40 cm de comprimento, preso a um cabo de madeira, confeccionado pelo carpinteiro naval, seu formato permite perfurar madeira para a introdução de parafusos para conectar uma peça da embarcação a outra. Na contemporaneidade este instrumento raramente é utilizado, sendo substituído

pela furadeira elétrica, no contexto dos carpinteiros pesquisados.

Foto 98 - Do Arco de Pua



De formato manual, o Arco de Pua, apresenta uma estrutura parecida com a letra “S” (composto por diversas curvaturas em sua estrutura), além disso, possui duas estruturas de madeiras giratórias que permitem o movimento de forma circular, sendo uma arredondada de um lado e na curvatura do meio outra. E uma estrutura em forma de catraca que permite a introdução das brocas (peças furantes). Este

instrumento de trabalho tradicional tem sido substituído pela furadeira elétrica.

Foto 99 - Do poque X



Pequeno instrumento de trabalho do carpinteiro, construído em ferro, possui uma estrutura quase idêntica a um barbeador/prestobarba, com uma lâmina amolada, era responsável para fazer o polimento/acabamento das estruturas das embarcações, retirando as impurezas das madeiras. Substituído hoje pela lixadeira elétrica.

Foto 100 - Da lixadeira elétrica



De estrutura em ferro, a lixadeira, é usada para fazer o polimento das cavernas e braços, depois que a embarcação está pronta. É também utilizada para fazer polimento da parte externa do revestimento dos barcos e rabetas.

Foto 101 - Dos Grampos



Usados para prender as tábuas quando estas estão em processo de moldagem, preparação das costuras e também no momento da fixação destas junto aos braços e cavernas etc. Com estrutura de ferro, tem o formato de uma letra “C”, onde numa das extremidades de aberturas passa um espiral em forma de parafuso, com ferro, e quando acionado permite a

puxação de madeiras de uma estrutura a outra etc.

Foto 102 - Dos Sargentos



Os Sargentos são instrumentos de ferro com potencial força, têm quase a mesma função que um grampo, sendo mobilizados para puxação de tábuas, procedimento que exige bastante força para conectá-las, sobretudo aos braços e cavernas das embarcações. São usados para conexão das falcas ao beque de rabetas e rabudos etc. Possuem uma estrutura pouco mais de um metro de comprimento, com mecanismos de regulação do menor ao maior tamanho que se queira alcançar. Tem um parafuso em uma de suas pontas que permite, à medida que se vá girando, que as tábuas percam sua resistência e se conectem ao destino pretendido.

Foto 103 - Do Compasso



Ferramenta formatada como um “V” quando aberta. “Ele é formado por duas pequenas hastes unidas na parte de cima” (BRAGA, MAGALHÃES, 2011, p. 102). Na construção naval, é usado para medir a largura de tábuas, fazer pontos de marcação nas tábuas, marcar o local de cavaduras nos beques etc.

Foto 104 - Do sutado



De estrutura idêntica ao esquadro, com cabo de alumínio ou plástico na parte menor. Onde forma o ângulo de 90° graus, possui um pequeno parafuso de rosca com porca em forma de borboletinha, que atravessa de um lado ao outro, permitindo a

flexibilização de uso do objeto, considerando-se um instrumento responsável pela inclinação de algumas estruturas das embarcações, como inclinação de falcas e painéis de popas das rabetas e o inclinado do beque dos barcos. É responsável também pelos cortes de tábuas em estilo inclinado etc, ele faz a função que o esquadro não faz por conta de sua flexibilidade e da função de regulação.

Foto 105 - Do esquadro



É um instrumento em forma de “L”, a parte menor é revestida de um cabo, podendo ser de plástico ou alumínio. Este instrumento é responsável pela marcação em linha reta das tábuas, para possível serragem etc.

Foto 106 - Do machado



Instrumento muito antigo usado pelos nossos ancestrais, com formato de “lâmina cortante e cabo de madeira, com que se derrubam árvores, racha lenha etc” (BECHARA, 2011, p. 798). Na carpintaria naval local é usado para extrair/retirar os resíduos grosseiros, como por exemplo, o afilamento do beque de um barco, preparação do redondo do barco etc.

Foto 107 - Do graminho



É um pequeno objeto técnico construído pelo carpinteiro a partir de um pedaço de madeira em que é realizado, com uso de um serrote, um pequeno corte em forma de “L” deitado, sobre a superfície da madeira e na sequência introduz-se um prego. Este instrumento é usado especificamente para fazer uma marcação que orienta o carpinteiro no pregamento de tábuas, por exemplo. Sobretudo nas falcas de rabetas, quando conectadas aos braços e fundos etc. Trata-se de um objeto descartado após término do trabalho. Mas que é produzido de maneira fácil e rápida.

Fotos 108 e 109 - Da Plaina manual e Plaina elétrica de mão



Trata-se de uma “Ferramenta para nivelar superfície de madeira” (BECHARA, 2011, p. 928). Ou seja, é responsável em fazer o acabamento das tábuas, preparar as costuras das embarcações etc. A plaina manual foi a primeira e mais antiga ferramenta usada pelos carpinteiros navais nas construções de barcos e canoas. Na atualidade, existe e é usada no contexto local a plainadeira elétrica, mas esta não substituiu por completo a manual. Nos casos de costuras das embarcações, dentre outros, a plainadeira mobilizada é a manual. Nela, o carpinteiro tem o controle da porção de madeira a ser retirada.

Foto 110 - Da Plainadeira Elétrica



Quando o carpinteiro naval adquire as madeiras da embarcação (peças de Piquiá, as tábuas, os flechais etc), estas estão em estado bruto, como popularmente falam. Isto é, precisam de aperfeiçoamento, as chamadas plainagens para torná-las niveladas. Nesse sentido, fazem uso de Plainadeira elétrica, com alta potência para retirada de parte da superfície das madeiras, tornando-as assim polidas/plainadas.

Entretanto, antes esse procedimento era feito na cidade, pois os carpinteiros levavam as madeiras até a zona urbana para tal. Hoje, existe no estaleiro pesquisado, a tecnologia da Plainadeira elétrica.

Foto 111 - Da Serra de Fita



A serra de fita é uma lâmina de ferro com dentes parecidos com o do serrote. Em formato de correia/mofo circular, onde tem uma polia grande na parte superior e uma polia na parte inferior acoplada a um pequeno motor gerador. Este, quando ligado, permite o movimento dela de forma circular. Ela é usada para corte dos braços e cavernas, nas curvas de painel de popa, e outras estruturas parecidas etc.

Também adquirida há pouco tempo pelos carpinteiros navais locais.

Foto 112 - Do Motosserra



De uso moderno, a motosserra é usada para fazer o corte de estrutura de madeiras grotescas, como, por exemplo, as peças de Piquiá, serramento de beque de barcos etc. em que levaria maior tempo caso fosse realizado por serrote.

Foto 113 - Do Pé de Cabra



O nome deste objeto faz jus ao pé de uma cabra, com estrutura em ferro maciço, com um dente para encaixe de pregos de um lado, enquanto que no outro possui uma ponta afinada que ajuda no primeiro momento da remoção das madeiras e pregos das embarcações, abrindo espaço para o formato de encaixe entrar; o pé de cabra é utilizado para retirada de pregos das estruturas das embarcações, fazer remoção de tábuas, sobretudo quando os barcos e rabetas estão em processo de reconstrução/reforma.

Foto 114 - Das Chaves para apertar os parafusos



As chaves são usadas estritamente para fazer o aperto nas conexões das partes dos braços, na fixação destes à quilha, na fixação das cavernas. Isto é, prendem quilha/beque, quilha/cadaste, verdugo/braços e cavernas, cadaste/espinha, painel de popa/espinha, painel de popa/verdugo, etc.

Foto 115 - Do Nível D'água



O Nível D'água é um instrumento de alumínio com duas pequenas estruturas de plástico, que formam uma pequena bolha d'água. Quando a bolha ficar centralizada ao meio significa dizer que o que está sendo medido está em um mesmo padrão (idêntico). Serve para fazer, dentre outros, o nivelamento das partes superiores das bordas do barco, por exemplo.

Foto 116 - Do Prumo



O Prumo tem o estilo (formato) de um antigo peso usado no comércio para fazer venda de produtos como açúcar, por exemplo. Com uma pequena corda acoplada a ele e no final dela uma estrutura em madeira, onde ao meio passa a corda. Muito utilizado para aprumar (centralizar) o beque do barco, o cadaste, a quilha etc.

Foto 117 - Do Tico Tico



Trata-se de uma pequena serra usada para produzir as pequenas estruturas curvadas de uma embarcação. Seu formato permite preparar pequenas vistas das embarcações, por exemplo. Usada para corte de madeira considerada macia.

3.2 - Da organização do trabalho

A organização do trabalho da carpintaria naval dá-se pela relação de parentesco e vizinhança, onde predomina no processo a mão de obra masculina. Os saberes desta profissão são transmitidos pelo contato direto dos aprendizes com o ambiente de trabalho/estaleiros dos mestres carpinteiros. Assim:

Esse conhecimento tradicional não se adquire de um dia para o outro, mas sim através de um longo processo de aprendizagem e de compartilhamento de informações entre os membros da família na arte de fazer a construção naval (SILVA, SCHERER, 2018, p. 309).

No primeiro momento os aprendizes ajudam e acompanham o carpinteiro na construção das embarcações, mas aos poucos e, ao longo do tempo, vão adquirindo as

mesmas habilidades que o mestre de ofício. Na continuidade de suas trajetórias tornam-se carpinteiros profissionais, como o carpinteiro veterano, na arte de fabrico das embarcações.

Destaca-se, assim, que a organização do trabalho nos estaleiros é fruto de um trabalho coletivo, envolvendo a participação de membros masculinos dos grupos domésticos na consecução desta fundamental e importante forma de reprodução da vida, tão necessária tanto para quem produz como para quem precisa das embarcações para se locomover nos/entre os rios da Amazônia.

Portanto, para se construir uma rabeta, barco ou rabudo é necessário que um conjunto de habilidades e objetos técnicos sejam mobilizados. Percebe-se com a pesquisa que algumas das ferramentas, objetos técnicos usados na carpintaria naval local, foram substituídas completamente por novos objetos de tecnologia avançada, incorporadas pela evolução nos meios tecnológicos (Motossera, Plainadeira elétrica, serradeira elétrica, furadeira elétrica, serra de fita). Logicamente esses instrumentos novos possibilitaram que se produzisse mais em comparação aos instrumentos tradicionais, ganhando tempo e aumentando a produtividade por parte dos mestres de ofício.

O processo todo da carpintaria naval artesanal funciona como uma máquina em que a união das engrenagens é que as fazem funcionar. No caso específico da construção das embarcações, as partes do processo de construção é que formam o todo, isto é, o produto: os barcos, as rabetas e os rabudos. Assim, percebe-se que a carpintaria naval é um processo que faz circular conhecimentos, saberes e objetos técnicos.

Desta forma, o término da construção naval finda-se com os barcos, rabetas e rabudos construídos/prontos por inteiro. Entretanto, estes ainda, da forma que estão, não estão aptos/prontos para navegarem pelos rios. É preciso que passem por outro profissional importantíssimo na construção naval: os calafates pintores entram em cena. São eles que ajudam a vedar os barcos/rabetas para que estes não afundem, quando postos em contato diretamente com a água, bem como são eles que fazem todo o trabalho de pintura das ditas embarcações, deixando-as bonitas esteticamente.

CAPÍTULO 4 - O PAPEL DOS CALAFATES PINTORES NA CARPINTARIA NAVAL ARTESANAL EM CONTEXTOS DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DE ABAETETUBA-PA

O construtor naval artesanal calafate é o artesão responsável pelo calafetamento da embarcação, que após passar pela primeira etapa de fabricação que é feita pelo carpinteiro naval, segue para a segunda etapa feita pelas mãos do calafate e sua arte de calafeto. Esta etapa é tão importante quanto a primeira, pois sem o calafetamento, ou seja, a vedação das “costuras” que ficam abertas entre as peças de madeira que compõem a embarcação (brechas de uma emenda de madeira para outra e/ou as frestas entre as madeiras) através de materiais e instrumentos específicos para tal, à embarcação não estará pronta para ser utilizada nos rios e assim podés navegar (CORRÊA, 2016, p. 104).

Carpintaria e calafetagem são profissões artesanais inter-relacionadas, pois uma depende da outra para existir.

Nas condições de trabalho de campo observamos que há uma especialização da carpintaria em termos de grupos domésticos. Nesse sentido, o propósito desse capítulo é discutir o processo de calafetagem/pintura como parte integrante do meu trabalho de campo etnográfico, onde discutirei a antropologia da técnica, presente nesta atividade, e por se tornar, também, uma complementariedade do fazer dos trabalhos dos carpinteiros navais artesanais. Uma vez que as duas formas de atividades artesanais estão uma interligada a outra, fazendo-se existir uma na outra. De outro modo, o trabalho dos carpinteiros estaria incompleto sem os modos de fazer dos calafates pintores, na medida em que as embarcações não poderiam em hipótese alguma navegar/transitar pelos rios da Amazônia e do Brasil sem o trabalho de calafetagem e de pintura.

Essa especialização da carpintaria em termos de grupos domésticos será analisada a partir de dois grupos domésticos da comunidade de Campompema. Ambos os grupos domésticos são da ordem das relações de parentesco, considerando o processo de filiação, sendo, portanto, constituídos mediante os matrimônios. Para tanto, irei nomear os dois grupos domésticos como: A e B. Vou nomeá-los usando os sobrenomes denominando, de família Silva para o Grupo A e o B como família Costa. Ainda, para os efeitos desse estudo, toma-se o que considera Augé (1975, p. 49), de que “A família,

ao contrário do grupo doméstico, não implica necessariamente a coabitação; continua a existir mesmo que seus membros residam separadamente”.

Quadro 7 - Carpinteiros e Calafates⁵⁴

	Carpinteiros Grupo Doméstico A	Carpinteiros Grupo Doméstico B	Calafates Grupo Doméstico A
01	Raimundo Silva	Pedro Costa	Manoel Silva
02	Fábio Silva	Roberto Costa	Roberto Silva
03		Sanderson Costa	João Silva

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2023.

Quanto aos calafates, eles fazem parte do grupo doméstico A de uma das famílias mais antigas e tradicionais da comunidade, composta por até três gerações, pois são membros de grupos domésticos de tradicionais carpinteiros navais artesanais que, por sua vez, vem produzindo/confeccionando as embarcações destinadas ao transporte dos *ribeirinhos quilombolas* do território tradicional de Campompema.

Além de fazerem parte de uma das famílias de carpinteiros, mantiveram relação conjugais/matrimoniais com mulheres de outro grupo doméstico (grupo B) da comunidade, que também tem membros que são carpinteiros, composto por 5 gerações. Sendo assim, formam grupos domésticos de filiação e consanguinidade que trabalham especificamente com a carpintaria e calafetagem, vivem em um mesmo espaço de terra/território, a vila do Tio Bitá⁵⁵, cujos moradores formam, hoje, uma “família extensa na definição da unidade doméstica” (MURA, SILVA, 2011, p. 99). Esta família ajudou a construir nesta vila três grandes estaleiros de construção de embarcações artesanais, dedica todo seu tempo ao processo de carpintaria naval e calafetagem como uma especialidade. Entretanto, coletam açaí e pescam camarão.

⁵⁴ Calafates com notório saber profissional só tem no grupo doméstico da família Silva.

⁵⁵ Considerado hoje o idoso mais velho da vila, com 93 anos de idade. A vila é composta por moradores integrantes de grupos domésticos com relação de parentesco.

É importante frisar que a família do grupo doméstico A tem, dentre os filhos, dois carpinteiros e três calafates pintores atuantes no ramo da calafetagem, massagem e sobretudo, pintura de embarcações. Já o grupo doméstico B possui três carpinteiros, também com relação parental e de consanguinidade, não tendo, entretanto, calafates inseridos neste/no grupo com larga experiência profissional, como os do primeiro grupo. Deste modo, os profissionais artesanais do primeiro grupo acabam transitando nos estaleiros dos dois grupos, exercendo o processo de calafetagem e pintura. Sendo assim,

Importa constatar também que, quando ele é constituído por um agregado de unidades habitacionais, na maioria dos casos, o grupo doméstico é organizado a partir do que Evans-Pritchard (1982) denominava de “família indivisa”, formada por três gerações. É geralmente esta organização que permite, com maior eficiência, a reprodução do grupo doméstico, que se torna o eixo não apenas na determinação das atividades técnicas e econômicas praticadas pelos seus integrantes, mas também no estabelecimento de alianças políticas, principalmente através de relações de parentesco, que podem ser voltadas à formação de comunidades locais mais amplas (MURA, SILVA, 2011, p. 100).

Embora se acredite que a calafetagem tenha surgido mais tardiamente em relação a carpintaria, mas por ser considerada uma invenção dos povos originários da Amazônia, termina por ser definida como tão tradicional quanto a carpintaria naval. Desta forma, “A calafetação de barcos em casco de madeira é uma das técnicas mais tradicionais” (SILVA; SCHERER, 2018, p. 310). Aliás pode-se destacar que a calafetagem em tempos pretérito ao ser considerada uma das formas pioneiras de vedação das canoas amazônicas fazendo uso do barro de argila.

Em pesquisa realizada com o descritor calafates pintores em site de busca na internet (Google) encontrei um número reduzido de trabalhos com a temática da carpintaria naval artesanal na Amazônia. Difícil mesmo, foi encontrar textos com enfoque etnográfico específico sobre o trabalho dos calafates pintores. Então, este capítulo teve um caráter desafiador e, ao mesmo tempo, instigante, considerando que “A necessidade desta pesquisa está relacionada às escassas produções” na área (COSTA; MELO; VIEIRA, 2017, p. 416). Nosso objetivo então foi descrever essa atividade prática e ao mesmo tempo dar visibilidade a estes profissionais que contribuem

sobremaneira para o trabalho da vedação e acabamento das embarcações. São profissionais que dão o chamado brilho/retoque final nos barcos, rabetas e rabudos, com o trabalho de calafetagem e de pintura, pois o

[...] calafate, trabalhador que atua após o barco estar montado e emparelhado, necessitando de calafeto, ou seja, de uma vedação, que é feita com algodão, óleo de linhaça e zarcão em toda a sua estrutura para obstruir a entrada de água (PANTOJA, 2015, p. 82).

A calafetagem dos barcos, rabetas e rabudos depende da habilidade deste profissional capacitado, bem como das misturas de substâncias químicas (óleo de linhaça) e de pó (zarcão, cré), respectivamente, que dão forma ao próprio algodão⁵⁶ e a massa, usada para cobertura do calafeto e a diluição de tintas para passagem na estrutura da embarcação como um todo. Pois:

Calafetagem é a vedação dos interstícios existentes entre as peças de madeira que são usadas para a confecção de uma embarcação. Para essa vedação é utilizada fibra vegetal (muito comum o uso de algodão) tingida com zarcão em pó (tinta vermelha cuja base é óxido de chumbo) misturado com óleo comestível (ANDRADE; SANTOS, 2017, p. 34).

E essa vedação é feita no processo de calafetagem, procedimento em que o trabalhador, denominado calafate, faz a mistura de alguns produtos [...] com estopa de algodão e preenche todos pequenos espaços existentes entre as tábuas que constituem o casco do barco, com o auxílio de uma espátula (COSTA; MELO; VIEIRA, 2017, p. 428).

Assim, a calafetagem mobiliza o uso de substâncias químicas, pó, algodão e tintas, além de instrumentos/objetos técnicos. É uma profissão que exige conhecer e saber como trabalhar com esses produtos e instrumentos de trabalho, tornando-se o calafate uma expertise na arte artesanal que ocupa.

É bom destacar que alguns desses processos são antecipados ao calafeto, propriamente dito, como é o caso da preparação do zarcão em pó, o algodão que faz a vedação das arestas presentes entre uma tábua a outra, ou seja, é o preenchimento das costuras das tábuas das embarcações. Para a preparação do algodão é diluído com óleo

⁵⁶ Matéria-prima oriunda da planta da família Malvaceae, cujo nome científico é *Gossypium hirsutum* L.

de linhaça um pó de cor vermelha chamado de zarcão. Nesse processo, o calafate usa uma lata como recipiente em que adiciona uma porção deste pó e ao mesmo tempo acrescenta o óleo de linhaça e faz o movimento de forma circular até que o mesmo fique diluído em forma de tinta líquida.

Enquanto isso, o algodão é cortado em pequenos pedaços, com a própria mão e exposto sobre um pedaço de tábua no formato de um quadrado. Com a ajuda de um pincel e/ou um pequeno pedaço de madeira, o calafate tira o algodão dessa superfície de madeira e passa a tinta sobre ela e depois retorna com o algodão novamente. Por cima dele faz pequenos borrifos com a mesma substância. Como se não bastasse, faz o movimento de rotação do algodão até ficar por inteiro absorvido pelo zarcão em pó.

Na sequência do processo fazem a calafetagem, introduzindo a estopa do algodão nas arestas (costuras) das embarcações. Este processo de vedação ocorre no tabuamento do barco como um todo para evitar a entrada de água na embarcação quando esta é exposta a água.

Foto 118 - Preparação do algodão



Foto 119 - calafetagem



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Finalizado o processo de calafetagem da embarcação, o artesão calafate usa do mesmo zarcão em pó diluído para passar em cima do calafeto e em seguida passa a massa de cré que fecha por inteiro as arestas das embarcações. É importante salientar que as duas formas de usos do zarcão em pó no ensopamento do algodão e após o calafeto tem papéis extremamente relevantes. No primeiro caso, ele facilita a introdução

nas arestas/costuras e ao mesmo tempo não segura na palmeta⁵⁷ no momento da calafetação. O segundo caso, ele ajuda no processo de massação, uma vez que ele absorve a massa para si e, também, facilita no processo de massagem.

Foto 120 - Zarcão em pó passado em cima do calafeto



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Sobre a massação trata-se de um processo posterior a calafetagem, pois é o momento em que o calafete passa a massa em cima do algodão, isto é, o algodão fica coberto por uma massa produzida a partir do cré e óleo de linhaça. Esta fecha por inteiro as arestas/costuras entre as tábuas do forramento do barco/rabetas/rabudos. Em outras palavras, a massação é o acabamento do processo de calafetagem.

Foto 121 - Massação do tabuamento/casco do barco

⁵⁷ Instrumento/objeto técnico usado no processo de calafetagem, usado para introdução do algodão nas arestas das embarcações.



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

A massa é produzida usando a mistura do cré com o óleo de linhaça, pois uma porção do cré é colocado sobre um pedaço de tábua de madeira, igualmente usada no zarcão e no centro se faz um buraco (usa-se a espátula para tal) em que nele é adicionado o óleo de linhaça. Com uma espátula o calafate faz o movimento de mexer até que os dois produtos se transformem em massa.

Fotos 122, 123, 124 e 125 - Da preparação da massa





Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

A próxima fase a ser realizada é a passagem, com o uso de uma desempenadeira⁵⁸ de massa corrida⁵⁹ sobre a massa de cré, nas pequenas fissuras presentes nas madeiras e nas tábuas machiadas da parede do toldo, cujo objetivo é retirar todas as imperfeições das madeiras da embarcação e em seguida, de forma manual, fazem a lixação com o uso de folhas de lixa, o que torna o barco mais bonito, e pronto para a etapa da pintura. É importante destacar que anteriormente a passagem da massa corrida, o calafate passa em todo o casco do barco, rabetas e rabudos, o que chamam de fundo branco, cuja função é segurar a massa corrida junto a madeira.

Foto 126 - Passagem da massa corrida

Foto 127 - Lixação

⁵⁸ Os calafates pintores pesquisados preferem usar um pedaço de plástico resistente em substituição a desempenadeira no momento da passagem da massa corrida, conforme foto abaixo (a desempenadeira encontra-se em desuso atualmente).

⁵⁹ A massa corrida é uma opção do dono da embarcação. Caso ele, ache necessário e queira passar a massa corrida ele pede para fazer, porque aumento o custo.



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

O terceiro e último processo que os calafates executam é o da pintura das embarcações, pois é o momento em que vários tipos de tintas são associados e passadas na estrutura inteira das embarcações. Trata-se de substâncias líquidas que tornam os barcos, rabetas e rabudos mais bonitos esteticamente. Porém, da forma em que a tinta é adquirida no comércio local não é apropriada ainda para de início passar nas embarcações. Por isso, os calafates fazem uso de substâncias químicas solventes (thinner, aguarrás etc.) para diluí-la e torná-la assim pronta para uso e passagem nos barcos. Pois:

A pintura feita nos barcos não tem somente a finalidade de decoração, mas também de proteger a madeira, pois a tinta utilizada possui um certo tipo de veneno que inibi os moluscos parasitas [...]. E nessa pintura também pode aparecer o que é conhecido como linha d'água, servindo para determinar o quanto a embarcação irá submergir (COSTA; MELO; VIEIRA, 2017, p. 429).

Além disso, a pintura é:

[...] responsável pela finalização do processo produtivo da embarcação e também pelo toque final de beleza do barco, o qual é pintado com diversas cores e identificado com o nome em sua maioria de origem regional, cunho religioso ou familiar. O pintor naval realiza a pintura interna e externa dos barcos que serve como revestimento, conservação, embelezamento e identificação das embarcações (CORRÊA, 2016, p. 104).

Como último processo realizado pelos calafates pintores, a pintura tem o papel, além de finalizar por inteiro o trabalho de calafetagem pintura, que torna o barco em perfeito estado para trafegar nas águas dos rios, isto é, tanto a calafetagem como a pintura têm a função de tornar o barco, rabetas e rabudos aptos para uso.

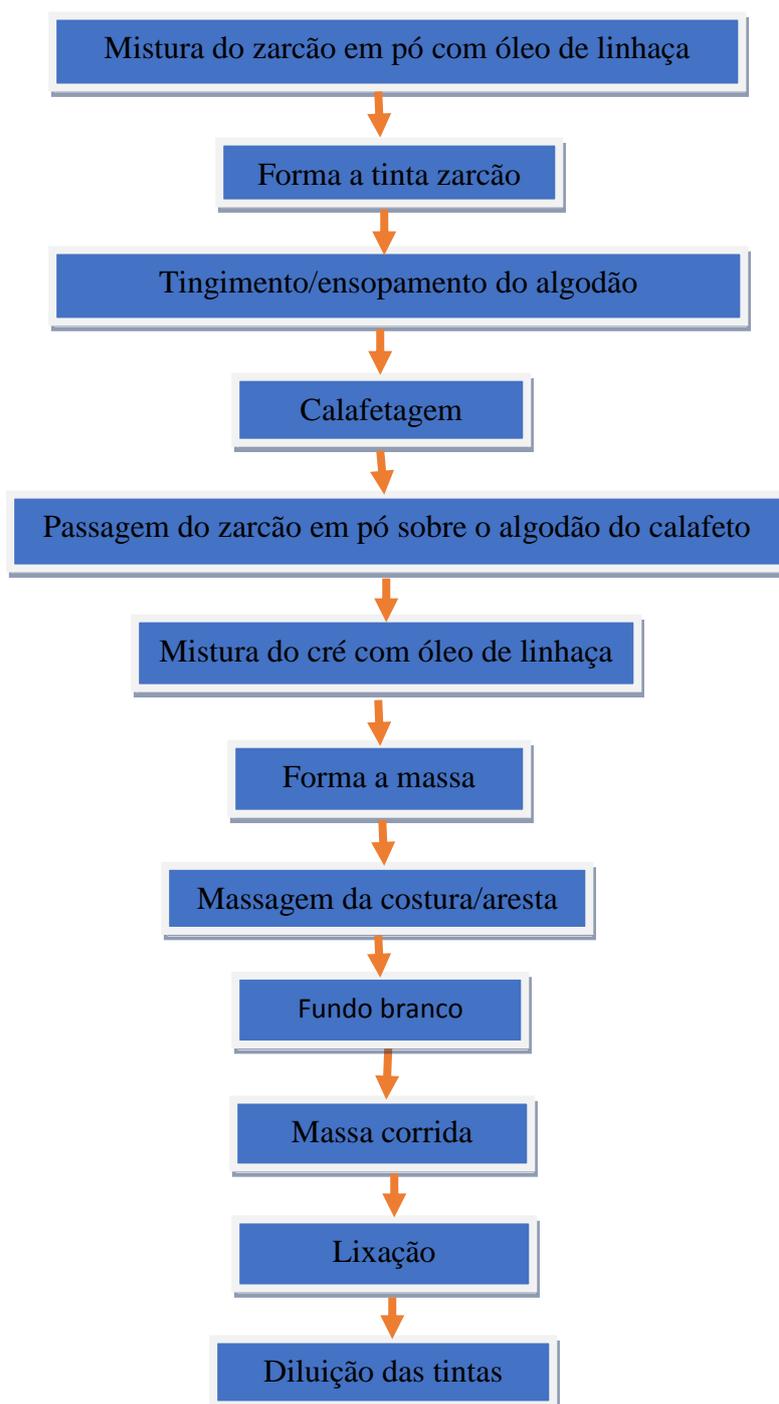
Fotos 128, 129 e 130 - Pintura, barco e rabeta pintados



Foto: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Os calafates pintores executam esta atividade tradicional sem ter passado por curso de carpintaria naval artesanal, pois o aprendizado da profissão deu-se pelo processo de transmissão de conhecimento entre gerações, passando de pais para filhos pelo contato de acompanhar e ajudar os pais nessa profissão cotidianamente, igualmente dos carpinteiros, como um saber experiencial.

Fluxograma 4 - Etapas do processo de calafetagem, massagem e pintura das embarcações





Pintura das embarcações

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira

Quanto a diária, os calafates experientes cobram um valor de 150 reais pelo trabalho que desenvolvem, enquanto seus filhos, parentes, vizinhos que atuam na massagem e pintura recebem entre 50 e 80 reais pelo dia trabalhado, pois é uma atividade que exige conhecimento do uso de substâncias químicas, pó etc. Muitas habilidades são e devem ser mobilizadas para a prática da calafetagem/pintura.

Vale salientar também que o trabalho dos calafates pintores, assim como dos carpinteiros, é um trabalho exclusivamente realizado pelo gênero masculino. Pais, filhos, netos e vizinhos são os que participam deste trabalho artesanal manual.

A seguir detalho o tempo gasto pelos calafates pintores para concluírem por completo a calafetagem, massagem e pintura dos barcos de pequeno e médio porte, as rabetas pequenas, médias e grandes e os rabudos também pequeno, médio e de grande porte.

Quadro 8 - Tempo de calafetagem, massagem e pintura de um barco

Tipos de barcos	Capacidade	Tempo para calafetagem, massagem e pintura de um barco
Barco de pequeno porte	2 a 3 toneladas	20 a 22 dias
Barco de médio porte	5 a 8 toneladas	25 a 30 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Quadro 9 - Tempo de calafetagem, massagem e pintura de uma rabeta

Tipos de Rabetas	Capacidade	Tempo para calafetagem, massagem e pintura de uma rabeta
Rabetas de pequeno porte	10 a 15 pessoas	10 a 12 dias
Rabetas de médio porte	15 a 20 pessoas	12 a 15 dias
Rabetas de grande porte	20 a 30 pessoas	20 a 25 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

Quadro 10 - Tempo de calafetagem, massagem e pintura de um rabudo

Tipos de Rabudos	Capacidade	Tempo para calafetagem, massagem e pintura de um rabudo
Rabudo de pequeno porte	1 a 3 pessoas	3 a 5 dias
Rabudo de médio porte	4 a 6 pessoas	6 a 7 dias
Rabudo de grande porte	7 a 10 pessoas	8 a 10 dias

Fonte: Rosenildo da Costa Pereira, 2021.

4.1 - Dos instrumentos de trabalho dos calafates pintores

Os instrumentos de trabalho dos calafates são bem poucos em relação aos usados pelos carpinteiros e todo trabalho é realizado de forma artesanal. Ao todo, são oito os objetos técnicos mobilizados pelos calafates. Desta forma, percebe-se que “os calafates [...] pois conseguem desenvolver seu trabalho mediante às técnicas apreendidas no passado” (SILVA; SCHERER, 2018, p. 310).

Isto é, o trabalho é realizado todo manualmente de forma artesanal, pois os objetos técnicos usados antigamente são os mesmos ainda mobilizados hoje pelos calafates pintores. A técnica tradicional e os equipamentos tradicionais são os usados por estes profissionais artesãos. Dentre esses objetos destacam-se:

Foto 131 - Escariador



O escariador é um ferro de calafetagem, mobilizado para calafetar pequenos furos (buracos) e cabeças de pregos das embarcações.

Foto 132 - Palmeta



Instrumento de ferro idêntico a uma espátula, usado na calafetagem. Ele é mobilizado pelo calafate antes do carcanel, cuja função é introduzir o algodão na costura das embarcações.

Foto 133 - Carcanel



De estrutura em ferro parecido com uma palmeta, o carcanel é um ferro de calafetagem com um ou mais gornes usado para assentar o calafeto da embarcação após a introdução do algodão.

Foto 134 - Maújo



Instrumento de ferro maciço, recurvado e cortante em uma das suas extremidades. Usado para retirar o calafeto velho das embarcações e deixar caminho livre para a introdução de um novo calafeto.

Foto 135 - Espátula



“Uma **espátula** é um utensílio de extremidade larga e plana que é utilizado para mexer e misturar substâncias pastosas. Pode ser fabricado em aço inoxidável, madeira, porcelana e plástico de diversos tamanhos e formas. Amplamente usado em pintura a óleo, para um acabamento mais perfeito das obras, seja sobre tela, madeira, afrescos ou outras superfícies” (EDUCALINGO). No caso dos calafates pintores locais, essa ferramenta é usada, dentre outras, na preparação da massa.

Foto 136 - Marreta



A marreta é um instrumento construído a partir de ferro fundido acoplado a um cabo de madeira, pois sua finalidade na calafetagem é ajudar o calafate na introdução do algodão na embarcação. Usa-se ela juntamente com a palmeta, escariador e carcanel no processo de calafetagem.

Foto 137 - Pincel



O pincel “é um instrumento formado por um monte de pelos presos a cabo, que usamos para passar tinta e outras substâncias numa superfície” (BRAGA; MAGALHÃES, 2011, p. 323). Este é de uso não muito prolongado.

Foto 138 - Desempenadeira



“Peça retangular de madeira ou metal, com alça” (BECHARA, 2011, p. 501). Usado anos atrás pelos calafates pintores no processo de passagem de massa corrida nas arestas e fissuras das embarcações, possibilitando a retirada das imperfeições das madeiras. Este instrumento foi substituído pelo uso de pedaço de plástico

resistente, o qual os calafates fazem uso para a passagem da massa na atualidade.

Além de fazer toda essa discussão de como acontece todo o processo de trabalho de calafetagem, massagem e pintura de barcos, rabetas e rabudos, também, do mesmo modo, fiz a análise e descrição de um dos dias de trabalho destes profissionais na minha pesquisa de campo etnográfico, onde “descrevo uma série de eventos conforme foram registrados por mim” numa única tarde em que acompanhei o trabalho realizado por calafates pintores do *assentamento quilombola* de Campompema (GLUCKMAN, 1987, p. 228). Segundo o autor de referência, “As situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular” (1987, p. 228). Assim, descrevo a seguir:

Assim como na carpintaria, o trabalho dos calafates, também é realizado em diversos dias, isto é, por se tratar de uma atividade bastante complexa, não é possível em um único dia começar e finalizar por completo todo o trabalho de calafetagem, massagem e pintura de uma embarcação, onde é necessário cumprir várias etapas, como já bem mencionado acima, tendo em vista que o quantitativo de dias vai depender do tamanho, modelo e estrutura da embarcação.

Certo dia, no período de uma tarde do mês de abril do ano de 2023, estive a acompanhar o trabalho de dois calafates, ambos pertencentes a um mesmo grupo doméstico, os dois são irmãos e, na companhia estava o filho de um deles que, também participava do trabalho de calafetagem e de massagem, especificamente, de um barco de

pequeno porte. Estava ali presente e participando como observador do evento que acontecia naquele exato momento.

O barco que estava sendo calafetado e massado, não era uma embarcação que ia passar pela primeira vez pelas mãos de um calafate, isto é, era um barco reformado pelos carpinteiros e, naquele momento estava passando pelo processo de calafetagem e massagem e provavelmente depois a pintura.

Ao chegar no estaleiro do Sr. Pedro conforme combinei, um dia antes com os calafates por volta das 12: 40, no local onde estava o barco a ser calafetado, observei que uma parte do forramento do casco da embarcação já havia sido calafetada de um dos lados apenas e, na minha presença um dos calafates preparava o algodão para dar início ao trabalho do turno da tarde.

Por outro lado, enquanto o calafate preparava o algodão, o jovem ajudante⁶⁰ que estava junto a eles, para exercer a função de emassador do barco organizava o processo de preparação da massa para após a calafetagem, fazer uso dela no preenchimento das costuras, cobrindo por inteiro o algodão, deixando a embarcação apta para pintura.

Com o algodão pronto, os dois artesãos começaram a calafetar entre tábuas (costuras, arestas) do revestimento do casco do barco. Nesse primeiro momento, usavam apenas o algodão, a marreta e a palmeta para ajudar na introdução do algodão às costuras da embarcação. Um dos calafates fazia a calafetagem da parte traseira (popa) do barco e o outro da frente e assim fizeram o tempo todo. Ao irem introduzindo o algodão, começaram a intercalar as ferramentas de trabalho, passando a fazer uso do carcanel, para rebater/assentar/compactar o algodão junto às costuras das tábuas, deixando apto para o processo de massagem.

É nesse momento que o jovem filho de um dos calafates entrou em cena, passando o zarcão em pó diluído em forma de tinta por cima do algodão do calafete e começou a fazer a massagem das costuras. Isto é, após cada etapa de calafetagem e rebatimento do algodão por parte dos carpinteiros, o jovem sucedia na etapa de massagem.

⁶⁰ O jovem ajudante era filho de um dos calafates. A divisão do trabalho se dá por classe de idade.

E assim, ficaram à tarde toda trabalhando, com pausa de um pequeno intervalo de tempo para o lanche por volta das quatro (04) horas da tarde. Nesse período de trabalho conseguiram concluir por completo o processo de calafetagem e massação de um lado inteiro do barco e neste momento finalizaram o dia de trabalho.

A descrição apresentada mostrou a importância dos calafates pintores na carpintaria naval artesanal, uma vez que a atividade que praticam é uma complementariedade do trabalho dos carpinteiros. Isto é, carpinteiros e calafates pintores são profissionais que tem o barco, a rabeta e o rabudo como ramo de trabalho. Os carpinteiros fabricam as embarcações, enquanto os calafates fazem a calafetagem, massação e pintura das mesmas.

Os calafates pintores são profissionais artesanais responsáveis pela finalização do processo de construção naval, pois com sua habilidade técnica preparam o zarcão em pó, ensopam o algodão de tinta zarcão, calafetam, preparam a massa, realizam a massação, passam na embarcação a massa corrida e sucessivamente lixam esta massa e por fim finalizam o processo com a passagem da tinta, isto é, a pintura.

Portanto, um conjunto de conhecimentos são mobilizados pelos calafates pintores no contexto da carpintaria naval artesanal, uma vez que se trata de um trabalho complementar aos dos carpinteiros navais. Por isso, os calafates são igualmente coadjuvantes no processo de carpintaria, pois conhecimentos tradicionais artesanais são mobilizados, conhecimentos estes não científicos, mas técnicos vinculados a praticidade no ramo dessa profissão.

Também é importante destacar que esses profissionais calafates usam de técnicas específicas de trabalho, bem como instrumentos/objetos técnicos específicos, como mostrados acima e, deste modo, conduzem todo processo de calafetagem/pintura das embarcações.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Os dados levantados na análise situacional do contexto Amazônico pesquisado apontam para um conjunto de modos de conhecimento mobilizados pelos grupos domésticos estudados. São as habilidades técnicas de produzir o matapi, usando de conhecimentos diversos, e o seu respectivo uso por ribeirinhos locais.

O resultado do estudo apresentado se desenvolveu no *assentamento quilombola* São João Batista-Ilha Campompema e teve como estratégia etnográfica apreender como se dá a confecção de matapi nesta situação social de pesquisa. Trata-se de uma descrição e análise etnográfica sobre o processo de produção do referido apetrecho por moradores ribeirinhos do lugar.

De acordo com o estudo realizado percebeu-se que produzir matapi exige certas habilidades e destrezas quanto a todo processo de confecção, uma vez que são muitas etapas e cada uma delas requer dos ribeirinhos estratégias de manuseio com o saber trabalhar com a matéria-prima como um todo.

Outro detalhe importante quanto à confecção do matapi no *assentamento quilombola* é que todo grupo doméstico, com poucas exceções, está inserido na produção. Neste sentido, há uma relação de saberes que se entrecruzam no ambiente onde esse apetrecho é produzido.

O estudo demonstrou que nas práticas de produção do matapi é necessário que etapas diversas sejam cumpridas pelos ribeirinhos como: desbuchar a tala, quebrar as talas do pano, do funil e da tampa, apontar as talas do funil (cone) preparar os arcos (círculos), tecer o pano, o funil e a tampa, formar o cilindro e o funil, introduzir os arcos, fazer as conexões entre as partes do matapi (pano, funil e tampa).

O matapi, portanto, constitui uma armadilha de pesca que exige formas de trabalhos diversos que envolvem desde a preparação da matéria-prima, passando pelo tecimento até chegar ao momento de conexões de suas respectivas partes (pano, funil e tampa), formando-se assim o importante apetrecho de pesca. Além de tecer relações sociais.

Em relação à pesca com o uso do matapi, responsável pela captura do camarão, a pesquisa deteve-se em analisar a pescaria no contexto do *assentamento quilombola* São João Batista, o que possibilitou a sistematização e produção deste texto de tese, a partir de uma incursão sobre a prática da pescaria com o uso do apetrecho matapi por ribeirinhos do espaço territorial local.

O contato com os moradores ribeirinhos por meio da pesquisa me proporcionou fazer o mapeamento da atividade do trabalho em torno da pesca, com foco no uso do matapi, pautando-se na vivência e experiência de quem o pratica. Percebeu-se com o estudo que os ribeirinhos usam de diferentes estratégias para efetuar a armação do matapi no espaço das águas, sejam elas de lanço (maré alta) ou maré baixa/morta (quando a água não fica submersa à terra).

O trabalho registrou todo o processo de pesca com o uso do instrumento matapi, incluindo o fazer a puqueca, a iscação, o armar e o despescar este importante instrumento de pesca dos ribeirinhos do assentamento São João Batista, no território da cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.

No caso particular da carpintaria naval artesanal também são mobilizados um conjunto de habilidades técnicas, bem como variados objetos técnicos para a construção dos ditos barcos, rabetas e rabudos. Os resultados da pesquisa são suficientes para evidenciar a produção variada de conhecimentos que são utilizados pelos ribeirinhos de Campompema.

O trabalho da carpintaria naval artesanal, bem como, o uso e fabricação do matapi são conhecimentos construídos pelo viver e fazer no contexto do espaço ribeirinho, mediante a criação e uso de novos instrumentos de trabalhos/objetos técnicos pelos sujeitos locais e suas experiências compartilhadas em uma prática cultural amazônica.

REFERÊNCIAS

AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos. **Boletim Campesinato de Geografia**, v. 4, n. 1, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, Terras de Santo, Terras de índio – uso comum e conflito. In: HÁBETTE, J; CASTRO, Edna(Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém; NAEA/UFGA, 1989.

ANDERSON, Scott D. Engenhos na Várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (Orgs). **Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois**. 2 ed. Belém: CEJUP: MPEG. 1992. Pp. 101-121.

ANDRADE, Carlos Eduardo Rangel; SANTOS, Manuel Fernando. A carpintaria naval do nordeste paraense. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, 2017, p. 28-36.

ARAÚJO, Maria Vera Lúcia Ferreira de; SILVA, Kátia Cristina de Araújo; SILVA, Bianca Bentes; FERREIRA, Ingrid Lins da Silva, CINTRA Israel Hidenburgo Aniceto. Pesca e procedimentos de captura do Camarão-da-Amazônia a jusante de uma Usina Hidrelétrica na Amazônia Brasileira. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 4, n. 2, p. 102-112, 2014.

ASSIS, Rosa. **O vocabulário popular em Dalcídio Jurandir**. Belém, UFGA, 1992.

AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)**. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1975.

BARROS *et al.* A tradição da pesca no território Sesmaria do Jardim (MARANHÃO): conflitos socioambientais e estratégias de mobilização. **Revista Vivência**, n. 53, 2019, p. 128-152.

BARROS, Flávio Bezerra. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, p.152-161; mai-ago, 2009.

BARROS, Flávio Bezerra; SILVA, Deusinaldo. Os Mingauleiros de miriti: trabalho, sociabilidade e consumo na beira de Abaetetuba, Pará. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 4, art. 3, p. 44-66, Out./Dez. 2013.

BARTH, Fredrik. **Cosmologia em Construção: uma abordagem gerativista da variação cultural no interior da Nova Guiné**. Editora da Universidade de Cambridge, 1995.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2005. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BRAGA, Rita de Cássia Espescht; MAGALHÃES, Márcia Adriana Fernandes. **Fala Brasil! Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Dimensão, 2011.

BRASIL, Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba (dados estatístico), 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010).

BRASIL. Instrução Normativa Nº 99, de 30 de Dezembro de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394\96**, Brasília (DF), 1996.

BRASIL. Lei nº 11.947, de junho de 2009.

CAMPOMPEMA, Ofício nº 001/2021 de 27 de abril de 2021 a Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba-Pará.

CAMPOMPEMA, Ofício nº 002/2021 de 15 de junho de 2021 encaminhado ao Ministério Público - Promotoria Agrária de Castanhal.

CAMPOMPEMA, Ofício nº 003/2021 de 15 de junho de 2021 encaminhado a Defensoria Pública Agrária da 1ª Região.

CARDOSO, Maria Cristina dos Santos. **Tecendo o Matapi: uma arte de fazer no Rio Campompema**. Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Federal do Pará), 2018.

CARVALHO, Antônio Claudio Almeida de *et al.* Cipó-titica: recurso florestal não madeireiro importante para a economia do estado do Amapá. In: **II Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis: desafios do Desenvolvimento Sustentável para Universidades Latino Americanas após a década da Educação e os objetivos do Milênio**, 29-30/10/2015-Escola de Administração /UFRGS – Porto Alegre/RS-Brasil.

COELHO, A *et al.* **Patrimônio do Nosso Meio: Programa de Arqueologia Preventiva da Companhia de Alumina do Pará**, 2012.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. **Construção naval e a metamorfose do trabalho, capital na Amazônia: um estudo sobre construtores de embarcações de madeira em Igarapé-Miri (PA)**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2016.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. Formas de transmissão do saber local e precariedade no trabalho do ofício dos construtores de embarcações de madeira do Baixo Tocantins (PA). **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, 2014, p. 49-69.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Comunidades rurais-ribeirinhas: demarcando traços, tecendo identidades. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Org.) **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando Amazônidas**. Belém: EDUEPA, 2008, p. 34-42.

COSTA, Nivea Maria Vieira Costa; MELO, Lana Gabriela Guimarães; VIEIRA, Norma Cristina. A Etnofísica da carpintaria naval em Bragança-Pará-Brasil. **Amazônia, Revista de Antropologia**. 2017, v. 9, n. 1, p. 414-436.

COUTINHO, Marcius Vinicius. Terras de identidade e terras de conflito: movimento social ribeirinho e regularização fundiária nas ilhas e várzeas de Abaetetuba-PA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, fevereiro de 2018, vol. 26, n. 1, p. 33-64.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na amazônica. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C; TAVARES. M. G. C. (Orgs.) **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 49-69.

CUIMAR, R. M. **Saberes e Práticas Culturais de Agricultores Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará (UEPA-2013).

Escola Estadual Pedro Teixeira (dados estatísticos de matrícula do anexo do rio Campompema), 2019.

FARES, Josebel Akel. Cartografia Poética. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Org.) **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando Amazônidas**. Belém: EDUEPA, 2008, p. 101-110.

FERRANTI, Adelino. **A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005 a 2008: realidade e limites**. (Dissertação de Mestrado em Educação), PPGED-UFPA, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. O minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Maria das Graças Rodrigues; BENTES-GAMA, Michelliny de Matos. **Ecologia e formas de aproveitamento econômico do cipó-titica (*Heteropsis flexuosa* (H. B. K) G. S. Buting**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004.

FONSECA, Valderlane Pontes; BARTOLI, Estevan. Carpintaria naval e sistema territorial: uma análise a partir do estaleiro do Eraldo - Paretins (AM). Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização UEA.

FORTES, Meyer. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. Brasília, 2011. Tradução de Alcida Rita Ramos.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GRUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 227-267.

GRUCKMAN, Max. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 63-76.

<https://educalingo.com/pt/dic-pt/espatula>. Acesso em 14/07/2021.

INCRA. **Terras de Todos**. Publicação da Superintendência Regional do Incra no Pará (SR-01) – Maio/ 2006.

INGOLD, Tim; KURTTILA. Percebendo o ambiente na Lapatônia Filandesa. **Revista Campos**, 2018, v. 19, n. 1, p. 169-182.

Jr. GARCIA, Afrânio R; HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA, Marte France. **Campesinato e “plantation” no Nordeste**. **Anuário Antropológico**, 1979, v. 3 n. 1, p. 267-287.

KATINSKY, Júlio Roberto. O Ofício da Carpintaria Naval no Brasil; justificação para uma investigação sistemática. **Revista de História da USP**, n. 70, 1967, p. 521-535.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense. Tradução de Marie-Angnês Chauvel, 2003.

LÉVI-STRAUS, C. **Olhar Distanciado**. Tipografia Guerra, Viseu para Edições 70 em janeiro 1986.

LIMA, Walter Chile Rodrigues. A importância da água para a reprodução da comunidade São José do furo Maracapucu, Abaetetuba-Pará. **Margens - Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFGA**, v. 7, n. 9, p. 113-129, 2013.

LINS, Nadja Vanessa Miranda. Construção Naval no Amazonas: os desafios para a Engenharia. **Revista CREA Amazonas**, 2010.

LOUREIRO, João de Jesus Paes, Meditação devaneamento entre o rio e a floresta. **Revista Arteriais**, n. 03, 2016.

LUCENA, Isabel Cistina Rodrigues de. Etnomatemática: diálogo entre conhecimento matemático e saberes da tradição. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, 2004, p. 85-102.

MACHADO, Jorge. **Terras de Abaetetuba**. Belém: CEJUP, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

Memória e Revitalização Identitária. **III Congresso dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba**, dias 8 e 9 de novembro de 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social/Emilia Pietrafesa de Gogoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 269-287.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ (PROMOTORIA AGRÁRIA DA I REGIÃO-CASTANHAL). Despacho, de 26 de julho de 2021.

MORAES, S. C. Água, vida e saberes na pesca. **Revista Margens**, v. 1, nº 2, 2004, p. 103-115.

MORAES, S. C. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2. Goiânia-GO, agosto/2011, p.88-105.

MORAES, S. C. **Saberes da pesca: Uma arqueologia da ciência da tradição**. (Tese de Doutorado em Educação), PPGED-UFRN, 2005.

MORAES, S. C; REIS, M. S. Pesca, educação e ambiente em uma comunidade ribeirinha da Amazônia. In: Palheta, J. M; SILVA, C. N. (Orgs.) **A pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**, 2011, p. 103-120.

MURA, Fábio. A política como técnica de uso e como ato transformador: algumas reflexões a partir do caso dos Kaiowa de Mato Grosso do Sul. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Ogrs) **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, p. 37-66.

MURA, Fábio. **À procura do “Bom Viver”: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa**. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional) - U F R J. Rio de Janeiro, 2006.

MURA, Fábio. A trajetória dos Chiru na construção da tradição de conhecimento Kaiowa. **MANA** 16 (1): 123-150, 2010.

MURA, Fábio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. **Horizontes Antropológicos**, 2011, p. 95-125.

MURA, Fábio. **Habitações Kaiowá: formas, propriedade técnicas e organização social**. Dissertação de Mestrado, PPGAS-Museu Nacional, 2000.

MURA, Fábio. Por que fracassam os projetos de desenvolvimento entre os Guarani de Mato Grosso do Sul? Notas críticas para uma política de sustentabilidade. *Tellus*, 2005, p. 54-72.

MURA, Fábio; SILVA, Alexandra Barbosa da. Organização doméstica, tradição de conhecimento e jogos identitários: algumas reflexões sobre os povos ditos tradicionais. **Revista Raízes**, 2011, p. 96-117.

NAHUM, João Santos. DE RIBEIRINHA A QUILOMBOLA: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago., 2011.

NETO, F. R; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**. São Paulo, nº 24, p. 158-182, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Desenvolvimento e Povos Tradicionais. In: **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**. 1ª ed. São Paulo: ANNABLUME Editora, 2013.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro:E-papers, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. **Rev. antropol. (São Paulo, Online)**, v. 61 n. 1 p. 33-46, USP, 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos do rio Erepecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade Étnica. In: **Brasil: um país de negros?** 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1999, p. 125-142.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Conflitos Ambientais: saber acadêmico e outros modos de conhecimento nas controvérsias públicas sobre grandes projetos de desenvolvimento. **Revista Antropolítica**, n. 36, p. 11-25, 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Construções identitárias: nada vem do nada. In: **Processos identitários e a produção da etnicidade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: E-parpers Serviços Editoriais, 2013, v. 1, p. 11-14.

OLINTO, Antônio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; NETO, João Colares da Mota. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno (Orgs) **Cartografias Ribeirinhas: Saberes e Representações sobre Práticas Sociais Cotidianas de Alfabetizando Amazônidas**. EDUEPA, 2008, p. 63-79.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed./Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PANTOJA, Pedro Ladinilson do Rosário. **Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó - município de Cametá-PA**. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2015.

PARÁ, **Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de 05 de junho de 2002-outorgado em favor da ARQUIA**.

PEREIRA, R. C. **Saberes culturais e prática docente no contexto da escola ribeirinha**. (Dissertação de Mestrado em Educação), PPGED-UEPA, 2016.

POJO, Eliana; ELIAS, Lina Dantas. Cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do rio baixo Itacuruçá-Abaetetuba, PA. **Tempos Históricos**, V. 22, nº 2º Semestre de 2018, p. 49-72.

QUARESMA *et al.* Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **Revista PerCursos. Florianópolis**, v. 16, n. 32, p. 143-168, set./dez, 2015.

RIBEIRO, Gerciene de Jesus Lobato; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Trajetória histórica e resiliência em um projeto de assentamento agroextrativista no Baixo Rio Tocantins, Pará, Brasil. **Sustainability in Debate** - Brasília, v. 12, n.2, p. 125-143, may-aug/2021.

SAHLINS, M. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, v. 3, nº 1, 1997, pp. 41-73.

SANTOS, Aldalena do Socorro da Costa dos; CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Agricultura e segurança alimentar em comunidades quilombolas na Amazônia brasileira: o caso da produção de farinha de mandioca em Abaetetuba, Pará, Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.16, 2020, p. 356-370.

SAUTCHUK, Carlos E. Ciência e Técnica. In: **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia** / Coordenador geral Carlos Benedito Nfartins! Coordenador de área Luiz Fernando Dias Duarte. – São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 97-122.

SAUTCHUK, Carlos E. Introdução Técnica e/em/como transformação. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Orgs) **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, p. 11-33.

SAUTCHUK, Carlos E. O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. **Anuário Antropológico** [Online], II | 2011, posto online no dia 23 novembro 2015, consultado no dia 23 setembro 2019.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Matar e manter: conservação ambiental como transformação técnica. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Org.). **Técnica e Transformação: perspectivas antropológicas**. 2017, p. 183-210.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana** 17 (2): 395-417, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um Estudo de Caso). **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993, p. 31-63.

SHANLEY, Patrícia; GALVÃO, Jurandir; CYMERYYS, Margaret. O Piquiá. In: SHANLEY *et al* (Orgs). **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. 2ª Ed. – Bogor, ID: Cifor, 2010, p. 127- 136.

SILVA, Christian Nunes; VILHENA, Thiago Maciel; SILVA, João Márcio Palheta da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SOUSA, Hugo Pinon de; LIMA, Joanderson Barra. Territorialidades e estratégias de sobrevivência de populações Amazônicas no Rio Acaraqui (Abaetetuba-Amazônia-Brasil). **Revista InterEspaço**, v. 4, n. 12, p. 8-31, 2018.

SILVA, Jefferson Gil da Rocha; SCHERER, Elenise Faria. Trabalhadores navais: um saber-fazer artesanal em estaleiros tradicionais à beira-rio de Manaus. **Revista Pegada**, v. 19, n. 3, p. 294-318, 2018.

SILVA, Leandra Rose Palheta da; SILVA, Jéssica Rodrigues; SILVA, Felix Lellis; SOUZA, Marzane Pinto de. Agricultura familiar amazônica: sistema de produção – Ilha Compompema – Abaetetuba – Pará. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 253-262, abr./jun.2015.

Sistema Gestor Web (Dados de Matrícula da Escola Municipal São João Batista-rio Campompema), 2019.

SOARES, Simone Miranda. **Quando o barco abarca: transformações na carpintaria naval Maranhense**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.

SOUZA, D. V. S. **Currículo e Saberes Culturais das Comunidades dos Discentes Ribeirinhos do Curso de Pedagogia das Águas de Abaetetuba-Pará**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará (UFPA-2011).

Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Termo de Autorização de Uso do Território de nº 21163/2010.

TOUTONGE, Eliana Campos Pojo; ELIAS, Lina Gláucia Dantas. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do rio baixo Itacuruçá- Abaetetuba, Pa. **Revista Sociais & Humanas** - Vol. 31 / Nº 3 - 2018, p. 29-47.

VELSEN, Van. Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: Bela Feldman, **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global:1987, p. 345-374.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: Bela Feldman, **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 375-402.

WALLACE, R; PEREIRA, L; PLOWDEN, C. Cipó-titica (*Heteropsis* spp. Kunth) In: SHANLEY et al (Orgs). **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. 2ª Ed. – Bogor, ID: Cifor, 2010.

XIMENES, Tereza (Org.). **Embarcações, homens e rio na Amazônia**. Belém: UFPA, 1992.